



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

MILCA RAMAIANE DA SILVA CARVALHO

**VIOLÊNCIA CONJUGAL VIVENCIADA POR MULHERES ASSISTIDAS NO
CENTRO DE REFERÊNCIA LORETA VALADARES**

SALVADOR

2013

MILCA RAMAIANE DA SILVA CARVALHO

**VIOLÊNCIA CONJUGAL VIVENCIADA POR MULHERES ASSISTIDAS NO
CENTRO DE REFERÊNCIA LORETA VALADARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial de aprovação para obtenção do grau de Mestra em Enfermagem, Área de concentração Gênero, Cuidado e Organização dos Serviços de Saúde, na Linha de Pesquisa Mulher, Gênero e Saúde.

Orientadora: Normélia Maria Freire Diniz

SALVADOR

2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Saúde, SIBI - UFBA.

C331 Carvalho, Milca Ramaiane da Silva Carvalho
Violência conjugal vivenciada por mulheres assistidas no
Centro de Referência Loreta Valadares / Milca Ramaiane da
Silva Carvalho. – Salvador, 2013.
163 f.

Orientadora: Prof^a Dr^a Normélia Maria Freire Diniz.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.
Escola de Enfermagem, 2013.

1. Violência 2. Mulher. 3. Gênero. 4. Enfermagem. I. Diniz,
Normélia Maria Freire. II. Universidade Federal da Bahia. III.
Título.

CDU 343.435-055.2

MILCA RAMAIANE DA SILVA CARVALHO

**VIOLÊNCIA CONJUGAL VIVENCIADA POR MULHERES ASSISTIDAS NO
CENTRO DE REFERÊNCIA LORETA VALADARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial de aprovação para obtenção do grau de Mestre em Enfermagem, Área de concentração Gênero, Cuidado e Organização dos Serviços de Saúde, na Linha de Pesquisa Mulher, Gênero e Saúde.

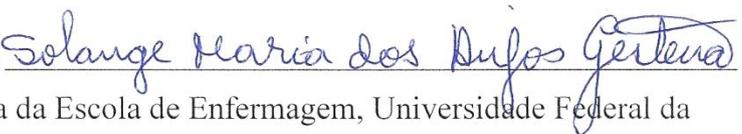
Aprovada em 23 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA

Normélia Maria Freire Diniz 
Doutora em Enfermagem, Professora da Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia

Lucila Amaral Carneiro Vianna 
Doutora em Saúde Pública, Professora da Universidade Federal de São Paulo

Nadirlene Pereira Gomes 
Doutora em Enfermagem, Professora da Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia

Solange Maria dos Anjos Gesteira 
Doutora em Enfermagem, Professora da Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia

DEDICATÓRIA

Ao meu avô, Leonardo Leite, eternamente presente, por sempre ter me estimulado a sonhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus pela presença em minha vida, por me apoiar em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis, e pela oportunidade de realização de mais este sonho.

Aos meus pais, João Serafim e Sônia Carvalho, e irmã, Camila Carvalho, em abdicarem de algum dos seus sonhos em detrimento dos meus, bem como pelos constantes ensinamentos, apoio e compreensão que permite ir à busca de todos os meus sonhos. Vocês foram os principais responsáveis por tornar possível este desejo.

À meu príncipe e sobrinho João Antônio Garcia, por fazer os meus dias cada vez mais felizes, pelo seu carinho, atenção, sensibilidade, sorrisos e brincadeiras que me animam.

À meus familiares, em especial à Djanira Leite, George Leite, Luciana Leite, Laura Angélica Leite e Amelie pelo amor incondicional que estendem diariamente a mim, só Deus sabe o quanto os amo, certos sentimentos vão além das palavras.

À minha orientadora Normélia Diniz por todo o apoio durante este período, tanto do lado acadêmico quanto emocional, seu apoio e ensinamentos foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Às minhas amigas Anne Jacob, Gilvânia Paixão e Chalana Duarte pelo apoio, contribuições e pelo agradável período em que moramos juntas.

Às novas amigas conquistadas com o mestrado, em especial para Aline Azevedo, Luana Reis e Taíse Araújo.

Aos professores da Universidade Estadual da Bahia, Campus VII, pelo diário aprendizado na área de docência e pelo agradável convívio e amizade, em especial à Gilvânia Paixão, Isaiane Bittencourt, Magna Duarte, Rudval Souza e Simone Santana.

À UNIVASF por me formar, durante a graduação em enfermagem, com um pensamento da necessidade de ir além de uma atuação fragmentada, em especial a Professora Nadirlene Gomes, sem o seu carinho, amizade, atenção e ensinamentos sei que hoje não teria chegado tão longe.

À Universidade Federal da Bahia, em especial a Escola de enfermagem pelo acesso a pós-graduação.

Aos novos amigos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Salvador-BA pela flexibilidade de horários, pelas trocas imediatas e pela colaboração em me liberar de algumas atividades sem acarretar em prejuízos na minha atuação profissional.

Às professoras Lucila Vianna, Nadirlene Gomes e Solange Gesteira pelas sugestões, dicas e incentivos durante a construção deste trabalho.

Aos profissionais do Centro de Referência Loreta Valadares pelo apoio durante a coleta de dados e pela forma sensível a que assistem as mulheres em situação de violência.

Às mulheres que participaram da pesquisa e que muito me ensinaram ao compartilhar suas vivências.

À Prefeitura Municipal de Juazeiro, na pessoa de Tatiane Malta, e o Hospital Regional de Juazeiro, na pessoa de Fátima Michelle, pela liberação para participar da seleção do mestrado e pelo apoio quando decidi ir à busca de outras conquistas.

À todos os amigos que participaram e contribuíram de alguma forma para a execução deste trabalho.

À CAPES pelo incentivo na forma de bolsa de estudo.

CARVALHO, Milca Ramaiane da Silva Carvalho. **Violência conjugal vivenciada por mulheres assistidas no Centro de Referência Loreta Valadares**. 2013. 164 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RESUMO

A violência conjugal apresenta-se de forma intergeracional, independente de classe social, raça e etnia, idade e orientação sexual, estando sua raiz sustentada na desigualdade de gênero que confere ao homem o direito de dominação da mulher. As políticas de atendimento a mulher tentam interferir nesta problemática, a partir da construção de serviços que que busque atender as diversas demandas baseadas na integralidade da atenção, propondo uma interdependência e articulação entre os serviços. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e com abordagem qualitativa, tendo como objeto de estudo a vivência e o processo de enfrentamento da violência conjugal e o objetivo de analisar o discurso de mulheres sobre a vivência e o processo de enfrentamento da violência conjugal. Esta pesquisa foi realizada no Centro de Referência Loreta Valadares, localizado no município de Salvador-BA, tendo como participantes 15 mulheres em situação de violência atendidas no equipamento. A coleta de dados foi realizada mediante entrevista, com instrumento estruturado e utilização de um gravador. As informações referentes aos dados sócio-demográficos foram processadas no programa Excel e aos dados das entrevistas tiveram a organização ancorada no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), sendo a análise fundamentada em estudos de gênero e políticas públicas de violência. As participantes do estudo tinham, predominantemente, a faixa etária entre 31 a 50 anos, negras, católicas e evangélicas, com ensino médio completo, parcialmente dependente, renda de até um salário mínimo, não residindo mais com o ex-companheiro, com filhos e uma vivência média de violência de 17 anos. Estas já vivenciavam um contexto familiar norteador por ações desrespeitosas, discriminação, anulação, vulnerabilidade, violência e abandono, ocorrência que a direcionaram também para a redução do círculo de apoio durante a vivência de violência conjugal, bem como para inserção no contexto do caráter intergeracional da cultura da violência. Quanto ao cenário conjugal, estas mulheres vivenciavam uma rotina de privações e violência que traziam impactos em sua saúde física e mental, entretanto, continuavam a vivenciar estas rotinas pela própria construção social que naturaliza as desiguais relações de poder e a vivência da violência conjugal. Diante de um suporte familiar quase inexistente, estas mulheres buscam no suporte social o apoio para romper com a vivência de violência, entretanto acabam por esbarrar em serviços, entre eles os de referência para esta atenção, que não conseguem alcançar os objetivos propostos, as vulnerabilizando ainda mais, negligenciando sua atuação e importância. Em contraponto aos outros serviços da rede, as mulheres reconhecem no Centro de Referência, um espaço adequado para a assistência e o equipamento responsável por seu empoderamento e saída da relação de violência conjugal. Dessa forma, se percebe a necessidade da reavaliação da assistência viabilizada a esta demanda, principalmente diante de serviços de referência que não conseguem alcançar seus objetivos.

Palavras-chaves: Violência Contra a Mulher; Violência Doméstica; Gênero; Enfermagem; Políticas Públicas.

CARVALHO, Milca Ramaiane da Silva Carvalho. **Marital violence experienced by women attending the Reference Center Loreta Valadares**. 2013. 164 p. Dissertation (Masters in Nursing) – School of Nursing, Federal University of Bahia, Salvador, 2013.

ABSTRACT

Domestic violence presents itself so intergenerational , regardless of social class , race and ethnicity , age and sexual orientation , with its roots in sustained gender inequality which gives man the right of domination of women. Policies of assistance to women trying to interfere in this issue , from the construction of services that seeks to meet the various demands based on comprehensive care, suggesting an interdependence and coordination between services . This is an exploratory , descriptive and qualitative approach as an object of study and experience the process of coping with domestic violence and to analyze the discourse of women about the experience and the process of coping with domestic violence . This research was conducted at the Reference Center Loreta Valadares , in the city of Salvador , Bahia , and the participants were 15 women in situations of violence seen in the equipment . Data collection was conducted through interviews with structured instrument and using a tape recorder . The information related to socio-demographic data were processed in Excel and the data from the interviews were anchored in the organization Collective Subject Discourse (CSD) , and the analysis based on gender studies and public policy of violence . Study participants were predominantly aged between 31-50 years old, black , Catholic and Protestant , have finished high school , partially dependent , income up to minimum wage , no longer residing with the ex-partner , with children and an experience averaging 17 years of violence . These already were experiencing a familiar context guided by disrespectful actions , discrimination , cancellation , vulnerability , violence and abandonment , the occurrence directed to reducing the circle of support during the experience of domestic violence , as well as for inclusion in the context of intergenerational character of culture of violence . Regarding the marital setting , these women had experienced a routine of deprivation and violence that brought their impacts on physical and mental health , however , continued to experience these routines by the social construction that naturalizes the unequal power relations and the experience of domestic violence . Faced with an almost nonexistent family support , these women seek social support in the support to break with the experience of violence , however end up bumping into services , including the reference to this attention , they can not achieve the proposed objectives , the vulnerabilizando further , neglecting his performance and importance. In contrast to other network services , women recognize at the Reference Center , adequate space for service and equipment responsible for their empowerment and output relationship of conjugal violence . Thus , one realizes the need for reassessment of assistance made possible this demand , mainly before referral services that fail to achieve their goals .

Keywords: Violence Against Women, Domestic Violence, Gender, Nursing, Public Policy.

CARVALHO, Milca Ramaiane da Silva Carvalho. **La violencia conyugal experimentada por las mujeres que asistieron al Centro de Referencia Loreta Valadares**. 2013. 164 p. Disertación (Maestría en Enfermería) - Escuela de Enfermería, Universidad Federal de Bahía, Salvador, 2013.

RESUMEN

La violencia doméstica se presenta por lo intergeneracional, independientemente de la clase social, la raza y el origen étnico, edad y orientación sexual, con sus raíces en la desigualdad de género sostenido que da al hombre el derecho de dominio sobre las mujeres. Las políticas de asistencia a las mujeres que tratan de intervenir en este tema, desde la construcción de servicios que tiene por objeto satisfacer las diferentes demandas basadas en la atención integral, lo que sugiere una interdependencia y la coordinación entre los servicios. Este es un enfoque exploratorio, descriptivo y cualitativo como objeto de estudio y la experiencia del proceso de hacer frente a la violencia doméstica y para analizar el discurso de las mujeres acerca de la experiencia y el proceso de hacer frente a la violencia doméstica. Esta investigación se realizó en el Centro de Referencia Loreta Valadares, en la ciudad de Salvador, Bahía, y los participantes fueron 15 mujeres en situación de violencia que se ve en el equipo. La recolección de datos se realizó a través de entrevistas con instrumento estructurado y el uso de una grabadora. La información relativa a los datos socio-demográficos fueron procesados en Excel y los datos de las entrevistas estaban anclados en la organización Discurso del Sujeto Colectivo (CSD), y el análisis basado en los estudios de género y las políticas públicas de la violencia. Los participantes del estudio fueron predominantemente edades comprendidas entre los 31-50 años de edad, negro, católicos y protestantes, han terminado la escuela secundaria, depende en parte, los ingresos hasta el salario mínimo, ya no conviva con el ex-pareja, con los niños y una experiencia promedio de 17 años de violencia. Estos ya estaban experimentando un contexto familiar, con acciones irrespetuosas, la discriminación, la cancelación, la vulnerabilidad, la violencia y el abandono, la ocurrencia dirigida a reducir el círculo de apoyo durante la experiencia de la violencia doméstica, así como para su inclusión en el contexto de carácter intergeneracional de la cultura de la violencia. En cuanto a la configuración civil, estas mujeres habían experimentado una rutina de privación y violencia que trajeron a sus efectos sobre la salud física y mental, sin embargo, continuaron experimentando estas rutinas de la construcción social que naturaliza las relaciones desiguales de poder y la experiencia de la violencia doméstica. Ante un apoyo familiar casi inexistente, estas mujeres buscan apoyo social en el apoyo a romper con la experiencia de la violencia, sin embargo, terminan chocando con los servicios, incluyendo la referencia a esta atención, que no pueden alcanzar los objetivos propuestos, la vulnerabilizando aún más, dejando de lado su actuación y su importancia. En contraste con otros servicios de red, las mujeres reconocen en el Centro de Referencia, el espacio adecuado para el servicio y el equipo responsable de su relación potenciación y la salida de la violencia conyugal. Por lo tanto, uno se da cuenta de la necesidad de una posible nueva evaluación de la asistencia a esta demanda, principalmente después de los servicios de referencia que no alcanzan sus objetivos.

Palabras clave: La violencia contra las mujeres, violencia doméstica, de género, Enfermería, Políticas Públicas.

LISTA DE QUADROS DE IDEIAS CENTRAL SÍNTESE

- 1 Quadro das ideias centrais síntese do discurso das mulheres sobre a relação com a família – Salvador – jun. a dez. 2012. 37
- 2 Quadro das ideias centrais síntese do discurso de mulheres sobre a relação com o companheiro – Salvador – jun. a dez. 2012. 55
- 3 Quadro das ideias centrais síntese do discurso das mulheres sobre o atendimento nos equipamentos no que diz respeito a violência – Salvador – jun. a dez. 2012. 70
- 4 Quadro das ideias centrais síntese do discurso de mulheres sobre o atendimento no centro de referência – Salvador – jun. a dez. 2012. 80

LISTA DE QUADROS DE DISCURSOS

QUADRO 1A	Ideia central síntese: Relação de violência com a família.	114
QUADRO 1B	Ideia central síntese: Vivência de discriminação racial e econômica pela família	117
QUADRO 1C	Ideia central síntese: Afastamento da família por causa da violência e resgate da relação com a separação	119
QUADRO 1D	Ideia central síntese: Relação desrespeitosa com os filhos	122
QUADRO 1E	Ideia central síntese: Anulação e dedicação aos filhos	124
QUADRO 2A	Ideia central síntese: Boa relação com a família do companheiro e apoio durante separação	126
QUADRO 2B	Ideia central síntese: Família do companheiro era contra a separação	128
QUADRO 2C	Ideia central síntese: Relação discriminatória com família do companheiro	129
QUADRO 2D	Ideia central síntese: Relação de violência com família do companheiro	131
QUADRO 3A	Ideia central síntese: O Ciclo da violência	133
QUADRO 3B	Ideia central síntese: A posse	138
QUESTÃO 3E	Ideia central síntese: A humilhação	141
QUADRO 3C	Ideia central síntese: A violência durante a gestação	143
QUADRO 3D	Ideia central síntese: O cotidiano de violência com os filhos	145
QUADRO 4A	Ideia central síntese: Se sentiu acolhida nos equipamentos da rede	148
QUADRO 4B	Ideia central síntese: Não se sentiu acolhida nos equipamentos da rede	151
QUADRO 5A	Ideia central síntese: Visão positiva dos profissionais, acolhimento	155
QUADRO 5B	Ideia central síntese: Como chegou ao serviço	159
QUADRO 5C	Ideia central síntese: A mudança	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ancoragem
CRLV	Centro de Referência Loreta Valadares
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
Ech	Expressão-chave
IC	Ideia Central
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
UBS	Unidade Básica de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	18
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	21
2.3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A SAÚDE	25
3 CAMINHO METODOLÓGICO	29
3.1 TIPO DE ESTUDO	29
3.2 CENÁRIO DA PESQUISA	29
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA E ASPECTOS ÉTICOS	30
3.4 PROCESSO DE COLETA, ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	32
3.4.1 Discurso do Sujeito Coletivo	32
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
5.1 CARACTERÍSTICAS DAS PARTICIPANTES DO ESTUDO.	35
5.2 O DISCURSO DAS MULHERES	36
5.2.1 O discurso das mulheres sobre a relação com a família	36
5.2.2 O discurso das mulheres sobre a relação com o companheiro	55
5.2.3 O discurso das mulheres sobre o atendimento nos equipamentos no que diz respeito à violência	69
5.2.4 O discurso das mulheres sobre o atendimento em um Centro de Referência	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO	106
APÊNDICE B - INSTRUÇÃO AS PARTICIPANTES E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	107
APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DOS DADOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CONJUGAIS	109
ESCOLA DE ENFERMAGEM	109
APÊNDICE D – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA	111
ESCOLA DE ENFERMAGEM	111
APÊNDICE E - QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA	112
APÊNDICE F – QUADRO DE DISCURSOS	114
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	164

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher aparece como um problema de grande complexidade, não somente devido à sua incidência, mas também pelas relações parentais que a envolvem e o espaço onde comumente se manifestam, a saber, o domicílio. A Fundação Perseu Abramo (2011) destaca que de cada cinco mulheres (20%), uma considera já ter sofrido ao menos um episódio de violência praticado por um homem. Cerca de 80% destes casos ocorreram entre pessoas que mantinham relações de conjugalidade.

Dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) destacam que a procura pela Central de Atendimento à Mulher cresceu 112% no período entre 2009 e 2010, quando saltou de 161.774 para 343.063 atendimentos (SALVADOR, 2010). Este crescimento pela procura do disque-denúncia já representa um indício que reflete o desejo da população de denunciar a violência de gênero, bem como o fortalecimento da rede de atendimento e o empoderamento das mulheres, principalmente diante da violência conjugal.

Vale destacar que, segundo a Organização Mundial de Saúde, esta violência é um fenômeno polissêmico que pode se expressar de diversas formas, tais como os maus-tratos físicos, a agressão psicológica e os abusos sexuais, por exemplo (OMS, 2002). A violência na relação conjugal, oriunda das desigualdades de poder entre homem e mulheres, tem como origem a cultura patriarcal apreendida socialmente.

Para Lamoglia e Minayo (2009), a violência conjugal é intergeracional, estando presente também nas diversas classes sociais, raças, idades, etnias e orientação sexual, tendo sua raiz na cultura patriarcal da dominação masculina e estando fortalecida pelas desigualdades nas relações de gênero.

Essas desigualdades se voltam para atribuições distintas entre os sexos, à mulher cabendo um papel socialmente não valorizado e relacionado com a reprodução e o cuidado. Leal e Lopes (2005) mostram que se atribui ao homem o poder, o que legitima a violência de gênero e estabelece uma relação de inferioridade.

Historicamente, existe uma tolerância sociocultural às ocorrências da violência doméstica, reduzindo-a a um evento de cunho familiar e privado, silenciado e naturalmente aceito, o que dificulta a visibilidade do fenômeno. Diante disto, e conforme Okabe (2010), a vivência dessa problemática só nas últimas décadas foi reconhecida enquanto problema social por causa das constantes lutas levantadas pelos movimentos de mulheres.

A luta organizada por estes movimentos culminou em mudanças históricas iniciadas ainda durante o período da ditadura militar, na década de 1970. Ao longo deste período, o

movimento feminista veio à tona, a partir daí deu-se o passo inicial para a formação de uma política de empoderamento e assistência a mulheres vítimas de violência doméstica. Nesta época, segmentos do movimento feminista brasileiro procuraram denunciar a violência cometida contra as mulheres no âmbito doméstico (BANDEIRA, 2009) e a buscar justiça para os casos de assassinatos de mulheres (BLAY, 2003).

Nesta época, a luta de mulheres buscava tornar visível a violência, a denúncia dos casos e a penalidade aos infratores. Atendendo a esta necessidade, os casos de violência denunciados eram julgados com base no Código Penal Brasileiro (1940), nos seus Artigos 129, 146, 147 e 148. Segundo eles, as denúncias de lesão corporal, calúnia, difamação, injúria, constrangimento e ameaças eram considerados crimes de menor periculosidade, sendo julgados pelos Juizados Especiais e punidos com reclusão de um mês a um ano.

Outro agravante é que, dependendo do crime, abria-se um precedente para que a pena fosse convertida em pagamento de multa. Vale destacar que, ainda com base no Código Penal, o autor da violência poderia utilizar o próprio Art. 129, que trata da lesão corporal, para justificar a agressão, diversas vezes compreendida como ato cometido sob forte emoção ou como um meio de recuperação social da sua moral. De acordo com o parágrafo 4º, “Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço” (BRASIL, 1940, p.553).

Assim, frente às várias lacunas constantes na Lei do Código Penal Brasileiro, a mulher em situação de violência não tinha a consciência de que a sua vivência era passível de intervenção jurídica, sendo o número de mulheres que conseguiam romper as barreiras psicossociais e denunciar a violência reduzido. Outro fator que dificultava a denúncia eram os atendimentos nas Delegacias Cíveis, norteados por julgamentos e atribuições de culpa à mulher no momento em que esta registrava a queixa, situações culturalmente reproduzidas até hoje. Diante das constantes pressões dos movimentos de mulheres e no sentido de favorecer o ato da denúncia, foi criada a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (BRASIL, 1985) em 1985, no município de São Paulo (SP).

Vale considerar que a criação desse equipamento proporcionou melhorias na especificidade, no acesso e no atendimento, perseguindo metas de humanização na relação quando do atendimento às famílias. Entretanto, quanto a abarcar as especificidades dos crimes que envolvem o espaço doméstico e familiar, o que se observa por meio da luta por justiça no caso Maria da Penha, somente em 2006, duas décadas após a criação do primeiro equipamento específico para atender às demandas advindas do espaço doméstico (Delegacia

de Defesa da Mulher), foi sancionada a Lei 11.340 (BRASIL, 2006a), conhecida como Maria da Penha.

As outras políticas de atendimento à mulher advindas depois deste período constituíram demandas oriundas de um pensamento com base na integralidade da atenção, propondo uma interdependência e uma articulação entre os serviços, tendo como modelo a organização em rede. Desta forma, foram construídos equipamentos observando a organização em rede, denominada “Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência”, integrando diversas instituições, tais como Delegacia de Defesa da Mulher, Casas Abrigo, Centros de Atendimento Integral e Multidisciplinar à Mulher em Situação de Violência, Instituto Médico Legal e Serviços de Saúde.

Entre os diversos espaços da rede, destacamos os “Centros de Atendimento Integral e Multidisciplinar à Mulher em Situação de Violência”, conhecidos como Centros de Referência de Atendimento à Mulher. A proposta desta instituição segue o que foi estabelecido na Política de Atenção à Mulher em Situação de Violência, trazendo um reconhecimento diferenciado da problemática compreendido como multifacetada e carente de um olhar de diversos profissionais/especialidades. Assim, em sua formação, o profissional integra uma equipe que visa à reabilitação de todos os envolvidos, vítimas e agressores.

Os Centros de Referência buscam proporcionar uma assistência focada em uma atenção humanizada e qualificada, orientada pelos princípios do acolhimento sem discriminação e pela escuta isenta de julgamentos, buscando a autodescoberta, o autoconhecimento e o fortalecimento da autoestima, consideradas condições indispensáveis para que elas se tornem sujeitos de transformação de sua história (SPM, 2011). Assim, estes centros representam a essência de uma nova política de atenção à mulher em situação de violência conjugal, por intermédio de um atendimento pautado na escuta e no diálogo. Vale ressaltar que mulheres que procuram o Centro de Referência supostamente reconhecem a vivência de violência e a necessidade de um atendimento psicossocial.

Vale destacar que existem estudos em diversos espaços da rede que buscam elucidar a vivência da violência e a busca por uma solução, tendo como principais espaços de investigação as Delegacias da Mulher, as Varas de Crimes, os Centros de Saúde, entre outros. Os Centros de Referência constituem uma nova proposta de intervenção ainda carente de investigação, diversas vezes apenas pontuados enquanto equipamentos integrantes da rede. Diante desse contexto, indagamos: *Qual o discurso de mulheres em situação de violência conjugal atendidas em um centro de referência da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Conjugal?*

Nesta perspectiva, adoto como **objeto de estudo** a vivência e o processo de enfrentamento da violência conjugal, meu **objetivo** sendo analisar o discurso de mulheres sobre a vivência e o processo de enfrentamento da violência conjugal.

Minha aproximação com a temática violência doméstica se deu enquanto eu era bolsista de projetos de iniciação científica^{1,2}. Os projetos de pesquisa viabilizaram a compreensão da problemática, desconstruindo a ideia do lar como estando simbolicamente associado a espaço de proteção. Integrei também atividades de extensão para a organização da rede de atenção à mulher nos municípios de Petrolina-PE³ e Juazeiro-BA⁴, momento em que melhor me apropriei da forma de atuação da rede e das lacunas existentes, que fazia estas mulheres continuarem inseridas na vivência de violência. Enquanto enfermeira da Estratégia Saúde da Família, entre 2009 e 2011, reconhecia vivências familiares permeadas pela violência e as inseria na rede de atenção. Por meio desta caminhada, compreendi o quanto a vivência de violência e a busca por estratégias de fortalecimento são complexas e levam a refletir sobre muitas situações.

¹ PIBIC (2005-2006): “Violência Doméstica: conhecendo a realidade do município de Juazeiro - BA”

² PIBIC (2006-2007): “Estratégias de intervenção na violência doméstica: um enfoque na mulher”

³ Projeto financiado pela SMS do município de Petrolina - PE e intitulado “Fortalecimento da rede de atenção à mulher em situação de violência doméstica e sexual de Petrolina - PE”

⁴ Projeto financiado pela SMS do município de Juazeiro - BA e intitulado “Fortalecimento da rede de atenção à mulher em situação de violência doméstica e sexual de Juazeiro - BA”

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A construção dos papéis de masculinidade e feminilidade é reconhecida como um produto histórico, que carrega características mutáveis nas variáveis tempo e espaço. Essa evolução extrapola as diferenças biológicas e sexuais entre homens e mulheres e por ser embasada em aspectos sociais, econômicos e culturais, estabelece um conjunto de normas, valores, costumes e práticas que determinam modos de ser, atitudes e comportamentos inerentes a homens e mulheres. Esta construção ordena as relações sociais, constantemente construídas e permeadas por assimetria de poderes (CAMPOS; TEIXEIRA, 2010).

A categoria gênero foi instituída a partir de 70 por meio dos grupos feministas, buscando compreender as diferenças nas relações de poder socialmente construídas entre homens e mulheres. Por meio dessa categoria analítica, foi possível demonstrar que a construção do poder entre os sexos ocorre de maneira desigual, estando as mulheres em ocupações subalternas e secundárias em relação aos homens (FONSECA, 2008).

Assim, os papéis de gêneros, para as mulheres, são fortemente vividos no ambiente doméstico, espaço considerado como tendo menos valor. E apesar de, nas últimas décadas, elas terem conquistado o espaço público, apenas elevaram a sua responsabilidade social, uma vez que devem conciliar a nova atuação com as obrigações do espaço privado. Ao identificar esta realidade, compreendemos que a sua saída para o trabalho não significou uma reflexão das funções do cuidado familiar, sendo este um dos principais eixos que demonstram a continuidade da desigualdade de gênero (AZEREDO, 2010).

Entretanto, no Brasil, a participação das mulheres no mercado de trabalho vem se elevando ao longo dos anos. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008a) destacam que entre 1996 e 2006 ocorreu uma elevação de 46% para 52,6% da população feminina empregada ou à procura de emprego. Vale salientar que, apesar de reduzir o número de mulheres dedicadas exclusivamente às atividades familiares, a conquista desse novo espaço de atuação não elimina a obrigação do trabalho doméstico, o que caracteriza a dupla jornada de trabalho para as mulheres.

Historicamente, em diversos ambientes culturais, a mulher, quando nasce, é educada de forma desigual, a saber, ela é orientada para a função maternal, assinalando uma desigualdade entre os sexos (LOPES, 2010). A naturalização destas atribuições de gênero legitima o domínio do homem sobre a mulher e a violência como uma das formas de exercer

este poder. Podemos, assim, mostrar que a violência de gênero advém de uma organização social baseada nas relações de gênero e que valoriza o ser masculino (ANDRADE, 2009).

Desse modo, ao observar esta realidade e a força dessas dissimetrias de poder criamos elementos para justificar que esta é uma ordem que sustenta o controle e a posse sobre o corpo feminino, bem como a manifestação da violência (BANDEIRA, 2009). Como uma saída para que ocorra uma mudança nas relações de poder, Cagatay (2003) e Oliveira (2012) mostram a necessidade de redução das desigualdades como possíveis estratégias para interferir positivamente nestas relações. Entretanto, a busca pela igualdade não deve negar a diversidade, mas sim buscar o reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres, atribuindo a ambos iguais valores.

Compreendendo esta necessidade, o Estado brasileiro reconheceu os elementos da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher da Organização das Nações Unidas (ONU, 1979) como estratégia para alcançar a igualdade entre homens e mulheres. Entretanto, somente em 1994 se tornou signatário da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher que definiu o que seria violência contra a mulher e suas formas de expressão (ONU, 1994).

Além destas conquistas pontuais, atualmente, em todo o mundo, está sendo realizado um ardoroso trabalho para a construção de relações igualitárias de gênero entre homens e mulheres, respeitando as diferenças. Os principais meios utilizados pelos governos e Organizações Não Governamentais (ONGs) nesta luta são o acesso ao mercado de trabalho, saúde, educação, bens, serviços e políticas contra a violência de gênero; recentemente foram incluídas também as questões que permeiam os aspectos étnico-raciais. Contudo, Lopes (2010) ressalta que ainda é necessário contemplar as questões culturais, que continuam relegadas a um segundo plano durante a implementação de ações. Tal abordagem é crucial, uma vez que a cultura local de um país ou de um continente desempenha influência sobre as demais características, podendo direcioná-la para a falência da estratégia de ação.

Vale ressaltar que com o passar dos anos e a compreensão da influência de gênero na ocorrência de violência (entre elas a doméstica), as pesquisas sobre a violência contra a mulher foram avançando, embora utilizassem exclusivamente uma perspectiva baseada em gênero, sendo este um tema atualmente emergente de estudo. Preocupadas com isso, algumas universidades investem em atividades de ensino, pesquisa e extensão que abordem a problemática, bem como a formação de grupos de pesquisa como o Grupo de Estudo de Saúde da Mulher (GEM) e o Grupo Violência, Saúde e Qualidade de Vida, ambos da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Diante disso, é importante compreender que a formação de Grupos de Pesquisa que abordam a temática violência contra a mulher viabiliza a elevação no número de trabalhos e publicações sobre o tema. É comum encontrar na literatura mundial publicações que abordem a questão da violência, chamando a atenção para o fato de que esta ocorrência é mais facilmente encontrada nas famílias, nos países ou nos continentes onde prevalece a pobreza até certo grau. Contudo, convém destacar que a violência de gênero está presente em todas as classes sociais: isto significa que a mesma não está determinada pela renda familiar, mas sim por relações construídas socialmente (LOPES, 2010). Entretanto, apesar de ser reconhecida como um problema presente na vida de milhões de brasileiras e ser fonte de estudos no meio científico, até o momento não foram realizadas estatísticas sistemáticas e oficiais que apontem para a magnitude deste fenômeno a nível nacional (BRASIL, 2010a).

Para a Fundação Perseu Abramo (2010), no Brasil, de cada cinco mulheres uma disse já ter sofrido algum tipo de violência. A mesma organização destaca que a cada 15 segundos uma mulher é espancada por um homem. E em 2011, a organização também identificou que 20% das mulheres entrevistadas diziam já ter sido vítimas de algum tipo de violência doméstica; entretanto, algumas vivências do ambiente doméstico não são reconhecidas como uma expressão da violência (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2011), uma vez que, quando estimuladas a falar sobre as formas de agressão, o percentual de mulheres falando sobre o assunto subiu para 43%.

Outro fator de crucial importância, segundo Monteiro e Souza (2007), é que a mulher inserida em uma relação conjugal permeada pela violência tem poucas chances de conseguir romper essa relação, seja por dependência emocional e/ou financeira. Este sentimento de que tal círculo vicioso é natural e impossível de romper interfere negativamente na busca por sair do ciclo da violência. Entre os motivos que levam as mulheres a permanecerem na relação conjugal violenta estão o medo de ficar sozinha, a esperança de que o parceiro melhore, a valorização do papel masculino, o medo de perder os filhos, os sentimentos de culpa pela atitude do parceiro, a incapacidade de negociar a mudança da relação e de enfrentar a situação (SOUTO; BRAGA, 2009; NARVAZ; KOLLER, 2006).

Em face disto, percebe-se que a sensação de que romper o ciclo da violência é impossível constitui um fator que inviabiliza o empoderamento das mulheres, representando uma barreira “ilusória” para a exteriorização do conflito familiar na busca de um apoio social. Reforçando esta ideia, em seus estudos Monteiro et al. (2006) mostraram que a maioria das mulheres assistidas em serviços de saúde não revelou os seus agressores. Esta atitude, segundo as autoras, baseia-se na dependência econômica e no medo de represália por parte do

companheiro, que diariamente faz pressão psicológica baseada em ameaças de morte. Além de não citar seus agressores, as mulheres mencionam motivos desencadeadores da violência, o ciúme e o álcool sendo os mais aludidos.

Nesse contexto histórico social e diante das pressões dos movimentos de mulheres, surgiram pois, ao longo dos anos, diversas políticas e programas no sentido de desenvolver estratégias nas áreas de educação, saúde e na área social com o compromisso de prevenir, coibir e punir a desigualdade de gênero.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

O Movimento Feminista, criado no ano de 1948 na Convenção dos direitos da mulher em Nova Iorque é, sobretudo, uma organização política que busca conquistar a igualdade de direitos entre homens e mulheres na sociedade, procurando desconstruir a ideia de uma diferença entre gêneros (ARAÚJO, 2007; PINTO, 2003).

Vale destacar que, apesar de ter sido inicialmente olhado com descrédito e sarcasmo pela mídia em geral, aos poucos o movimento feminista foi reconhecido e teve suas lutas validadas (BANDEIRA, 2009). Segundo Blay (2003), no cenário mundial as organizações internacionais começaram a se mobilizar no sentido de discutir a violência contra a mulher após o ano de 1975, data em que a ONU realizou o primeiro Dia Internacional da Mulher.

Em 1983, e em decorrência da luta de movimentos sociais, o Ministério da Saúde criou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Entretanto, apesar de representar um avanço, a sua implementação ficou reduzida à abordagem da atenção para questões da saúde reprodutiva, enfocando apenas o ciclo gravídico-puerperal, sem considerar a integralidade da atenção e sem tampouco contemplar a temática violência contra a mulher.

Um dos avanços dessa década a nível nacional ocorreu com o Decreto de nº 23.769, de 6 de agosto de 1985, responsável por criar, no município de São Paulo (SP), a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (BRASIL, 1985). Para Pasinato e Santos (2008), após a criação de uma instituição específica de atenção à violência contra a mulher, ocorreu uma facilitação do acesso, o que culminou com uma elevação da demanda, deixando transparecer a magnitude do problema e o quanto era pertinente esta atenção especializada.

A partir dessa percepção, o movimento feminista passou a reivindicar que a criação das delegacias da mulher estivesse incluída em uma política de atenção à mulher em situação de violência. É importante destacar que a criação deste equipamento representou apenas a

aquisição de um espaço que contempla as especificidades dos crimes que envolvem o espaço doméstico e familiar, não configurando avanços quanto a julgamentos dos casos denunciados.

Em relação às conquistas na área dos direitos sociais, a Constituição Federal (1988), influenciada pelas lutas feministas, também trouxe avanços significativos, reconhecendo a igualdade de direitos e deveres entre mulheres e homens, estendendo-o também à relação conjugal, de acordo com o que dizem os artigos a seguir:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988. p.7).

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher (BRASIL, 1988. p.70).

É importante destacar que apesar de a Constituição (1988) voltar o olhar para a igualdade de direitos e deveres, neste documento ainda não foram contemplados os aspectos da violência intrafamiliar, fenômeno diariamente vivenciado pelas mulheres. Bandeira (2009) afirma que, a título mundial, somente na Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena no ano de 1993, é que o Tribunal de Crimes contra as Mulheres defendeu que uma vida sem violência constitui um direito indissociável para os direitos humanos no mundo.

Ou seja, apesar dos avanços advindos na década de 80, somente na Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher, reconhecida como a Declaração e Programa de Ação de Viena (1993), é que foram contemplados elementos referentes a esse fenômeno, através de propostas que incluíam a denúncia e propondo medidas para coibir a violência de gênero. Este documento evidenciou também a importância de os estados viabilizarem condições de igualdade dos direitos humanos, salientando a importância da eliminação da violência contra as mulheres tanto na vida pública quanto na privada, e que isso deveria constituir uma prioridade para os Governos e para as Nações Unidas.

Mas apesar de a temática ter se tornado foco de debates ao longo dos anos, somente em 1995, durante a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim, foi que se percebeu que as desigualdades entre homens e mulheres persistiram ao longo dos anos, um verdadeiro desrespeito aos direitos humanos. Além de reconhecer essa realidade, o encontro visou a promover a formulação, implementação e monitoração de políticas e programas com enfoque no gênero, ressaltando a plena participação das mulheres neste processo e incluindo políticas e programas que almejem seu fortalecimento e avanço, e

também desejem prevenir e eliminar todas as formas de violência (ONU, 1995). A partir dessas considerações, é notório que esta conferência foi a primeira a buscar que uma perspectiva de gênero estivesse presente em todas as políticas e programas.

Outras Convenções que anteriormente também deram à mulher a possibilidade de ter direitos e de que o Brasil se tornou signatário foram a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher da ONU (1979) - que buscou os direitos entre homens e mulheres visando a criar meios para reduzir a discriminação das mulheres - e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que definiu o que seria violência contra a mulher e suas formas de expressão (ONU, 1994).

Em âmbito nacional, em 28 de maio de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.683, que representou um grande avanço. A citada lei criou a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (BRASIL, 2003a), a esta cabendo a formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, incluindo campanhas educativas e não discriminatórias de caráter nacional, além de elaborar as ações de gênero que contribuam para a promoção da igualdade, entre outras atividades. Sem dúvida uma importante conquista para o desenvolvimento de ações direcionadas às mulheres à luz da perspectiva de gênero.

Com vistas a discutir e implementar ações contra a violência à mulher foi criada, em 2004, uma secretaria específica com uma abordagem para os direitos sociais das mulheres e para as especificidades relacionadas ao sexo, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Com um olhar diferenciado, extrapolando a antiga abordagem focada nos limites da saúde reprodutiva, ela contemplava elementos diferentes para alcançar a integralidade da atenção. Aqui, o cuidado foi direcionado para todos os ciclos de vida da mulher, contemplando as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais, além de incorporar as perspectivas de gênero, raça e etnia e a diversidade na elaboração, execução e na avaliação das políticas de saúde.

Outro passo importante na atenção à mulher em situação de violência foi dado em 2006, por meio da criação da Secretaria da Mulher, em resposta aos compromissos assumidos pelo governo em âmbito internacional com as mulheres brasileiras. Neste período, também foi estabelecido, juntamente com o movimento feminista, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, importante elemento que apoia ações de prevenção, atendimento e combate à violência contra a mulher (BRASIL, 2006b).

O plano supracitado busca enfrentar a violência contra a mulher, ao traçar ações que visem a garantir um atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência; a redução dos seus índices e a construção de uma Política Nacional de

Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Algumas estratégias identificadas são integrar os serviços em redes como a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Centros de Referência, Casas Abrigo, Serviços de Saúde, Defensorias Públicas da Mulher, entre outros; implantar os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência em todo o território nacional e um sistema nacional de informações sobre a violência contra a mulher, bem como efetuar capacitações e treinamento dos profissionais atuantes nos serviços de prevenção e assistência, entre outras ações. (BRASIL, 2005).

Apesar de todos estes avanços terem sido essenciais na busca por uma desconstrução das assimetrias de poder e pela assistência às mulheres, somente no ano de 2006 ocorreu um dos maiores avanços a nível nacional, a saber, a criação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, um importante mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Este instrumento de combate à violência permite 1) a não obrigatoriedade de fazer a denúncia diante apenas do juiz; 2) a proibição de penas pecuniárias; 3) que os juizados especiais criminais não possam julgar a violência contra a mulher; 4) a prisão do agressor em flagrante, com pena de 3 meses a 3 anos de detenção. Também fica vetado denunciar a mulher que intimou o agressor (BRASIL, 2006a).

Vale destacar que, a despeito de a Lei Maria da Penha ter alcançado diversos avanços, estudo realizado por Gomes (2010) em um Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Rio de Janeiro identificou vários entraves na efetivação da lei: em 52% dos processos registrados entre junho de 2007 e março de 2010, por exemplo, ocorreram retratações do processo, ou seja, as vítimas desistiram deste, 35% dos processos foram arquivados, 10% terminaram com acordo de suspensão condicional do processo e em apenas 3% dos registros ocorreram sentenças com absolvição ou condenações (entre prestação de serviços comunitários e prisão em regime semiaberto). Para o autor, os réus são beneficiados pelo acordo de suspensão condicional do processo, o que dá a ideia de que estes são crimes que necessitam de soluções que requerem menos rigor nas punições e valorizando o monitoramento do réu em liberdade com efeito pedagógico e preventivo.

Desse modo, apesar de a Lei Maria da Penha representar uma importante conquista no que se refere aos aspectos legislativo e jurídico, visando ao combate à violência contra a mulher, estudos ratificam que essas mudanças ainda não alcançaram as condições socioculturais e jurídicas do país, uma vez que a violência institucional ainda persiste. Outro aspecto importante, segundo Inácio (2010), é que a maioria das ações e programas adotados através das Coordenadorias e/ou Secretarias de Políticas para Mulheres nos últimos anos se limita à criação de programas compensatórios, imediatistas e fragmentados, com impactos

invisíveis, devido ao pequeno período de existência dessas Coordenadorias e dos reduzidos investimentos públicos no país.

Atualmente, tornaram-se recorrentes as discussões sobre a formação de grupos de reflexões com os perpetradores da violência, medida contemplada nas atuais políticas que destacam a necessidade de atendimento ao homem autor da violência. Estudo realizado por Gomes (2010) com alguns grupos de reflexão realizados com homens que respondiam a processo por violência contra a mulher percebeu que estes indivíduos não enxergam seus atos de agressão como crime ou violência. Para eles, trata-se apenas de uma espécie de erro justificável ou desculpável diante das circunstâncias em que ocorreram. Eles classificam a Lei Maria da Penha de injusta e impositiva, e negam o rótulo de agressores criado por esta lei e a eles dirigido. Os grupos de reflexão estudados acabaram, pois, por se afastar da proposta inicial de ser um espaço potencializador da prevenção, uma vez que estes homens não se percebem como coagentes na produção dos conflitos.

Toneli et al. (2008) destacam que as intervenções específicas junto a homens perpetradores da violência foram iniciadas ainda em 1998, portanto são anteriores à Lei Maria da Penha; então, a formação dessa estratégia ancorava-se na forma de grupos de reflexão no contexto das ONGs Instituto Papai, do Recife, Instituto Promundo e Instituto Noos, do Rio de Janeiro, além do Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel, de São Gonçalo (RJ). Os centros de reeducação de agressores, ancorados na Lei Maria da Penha, começaram a ser implementados somente em março de 2009, tendo a sua primeira ação em Nova Iguaçu (RJ).

Para Oliveira e Gomes (2011) existem atualmente duas correntes que abordam estratégias de intervenção para os agressores: uma baseada na convocação dos interventores para compor propostas ancoradas na perspectiva feminista e outra que busca contemplar o aprimoramento das estratégias de intervenções já ancoradas na perspectiva de gênero, direcionando as ações para uma perspectiva mais relacional.

Andrade (2009) acrescenta que o Brasil vem implementando ações de acordo com as recomendações feitas pela OMS. Entretanto, ainda é constante o distanciamento entre as proposições e a implementação de uma política de enfrentamento de gênero, principalmente no setor saúde.

2.3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A SAÚDE

As atuais abordagens da violência contra a mulher como fenômeno não natural que deve deixar de ser considerada como um problema do âmbito privado tem exigido políticas

públicas que contemplem a sensibilização e a capacitação dos profissionais para identificar a violência e tratá-la como um agravo de natureza social que traz graves consequências para a saúde (VILLELA ET AL., 2011).

Entretanto, é notável a ocorrência constante de uma desarticulação e de uma inoperância das instituições de suporte às mulheres vítimas de violência, atuando de forma fragmentada, pontual e sem compromisso de continuidade. Na maioria das vezes, esse cuidado inadequado é prestado por serviços e instituições que não estão preparados para atender a este público. Vale ressaltar que este é um dos vieses que tornam inviável um atendimento acolhedor, fazendo deste um grande desafio a ser alcançado. Em compensação, é constante a descontinuidade na atenção à vítima, tanto nos aspectos de reabilitação física e emocional quanto nos de reabilitação social e jurídica (SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010).

Os estudos realizados ao longo dos anos destacam que os serviços de saúde também são procurados constantemente em decorrência dos resultados para as mulheres da experiência de violência. Santi, Nakano e Lettiere (2010) destacam que o hospital torna-se um espaço de escolha quando o estado da vítima é considerado grave. Por outro lado, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) são procuradas nos casos de traumas leves. É importante atentar para o fato de que os profissionais de saúde, em sua maioria, respondem ao que é visível fisicamente, considerando apenas os sinais e sintomas, reduzindo seu campo de intervenção apenas ao alívio das sintomatologias. Assim sendo, a queixa original não faz parte do plano de intervenção e cuidado do profissional.

Com relação ao atendimento realizado nas UBS, Villela et al. (2011) destacam que a falta de privacidade é um empecilho, fazendo com que o primeiro contato da usuária com o serviço já deixe claro que aquele não é um espaço para a resolução de necessidades subjetivas. A ausência de um espaço menos público para que a usuária exponha seus problemas obriga as mulheres a aguardar o agendamento da consulta, mesmo as que estão passando por situações delicadas, como as de violência, uma vez que se torna impossível relatar sua experiência em um ambiente totalmente não acolhedor.

Segundo Cunha, Assis e Pacheco (2005), muitas vezes o enfrentamento da violência dentro dos serviços de saúde é atribuído ao profissional de enfermagem, pois se acredita que este profissional realiza uma assistência integral e direta ao paciente. Apesar de as enfermeiras serem consideradas como referências para uma assistência na saúde, estudo realizado por Leal, Lopes e Gaspar (2011) acrescenta que estas reduzem a violência contra a mulher a um problema social que deverá envolver educação, família, leis e a ajuda social. Em

resumo, elas também acreditam que a questão não deve ser contemplada enquanto objeto de intervenção da Saúde Pública.

Entretanto, a Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003b), contrapõe-se a essa ideia, ao pontuar a obrigação que tem os profissionais de saúde de identificar casos de violência contra a mulher, estabelecendo a notificação compulsória dos casos atendidos em serviços de saúde públicos ou privados. Assim, a não notificação e a compreensão da violência enquanto objeto de intervenção da saúde abre um precedente para que durante a assistência a lesão passe a ser tratada de forma isolada.

Morais, Monteiro e Rocha (2010) assinalam que a assistência dissociada também é identificada nos cuidados em enfermagem, estando pautada no atendimento tecnicista, e reflete a necessidade de incorporar um cuidar acolhedor e humanista. Em relação a pesquisas no âmbito da enfermagem, estudo realizado por Souto et al. (2007) demonstrou que apenas 6,05% das pesquisas realizadas por esses profissionais entre os anos de 2001 e 2005 abordaram esta temática, ficando evidente que essa lacuna também está presente nas atividades de pesquisa dessa área da saúde.

Considera-se que essa fragmentação do cuidado é construída por uma associação de sentimentos: por um lado, o medo das mulheres de relatarem suas vivências e por outro, a impotência dos profissionais de saúde. São estes os principais aspectos que contribuem para uma invisibilidade da violência nas instituições de saúde. Para Andrade (2009), uma das estratégias a ser usada é o aprimoramento do sistema de informação dos casos de violência, ocorrência que cria subsídios que possibilitam a realização de estudos desmistificadores da real situação dos dados, viabilizando também a elaboração de estratégias eficazes de intervenção.

Muitas vezes, a violência é compreendida de forma diferenciada, dependendo de quem a está abordando e de qual a finalidade da sua intervenção. No setor saúde, a grande preocupação é a magnitude das mortes e a ocorrência de traumas que podem culminar em anos potenciais de vida perdidos. O setor saúde exige, pois, elucidar informações que viabilizem a prestação de uma assistência aos transtornos biológicos, emocionais e físicos, fatores que podem comprometer o bem-estar individual e social (OKABE, 2010).

Entendemos, portanto, que a violência contra a mulher deve ser considerada um problema de Saúde Pública. Entretanto, em países como o Brasil, ainda é necessária a criação de uma cultura institucional voltada para a identificação das mulheres em situação de violência, principalmente nas instituições de saúde, e uma educação de profissionais de saúde que lhes permita terem a sensibilidade, os instrumentos e o conhecimento necessários para

prestar assistência a esses casos. Ao conseguir elaborar essa estrutura, estaremos contemplando ações que alcancem uma adequada agenda de "atenção", indo além dos atendimentos sintomáticos, considerados os únicos problemas de intervenção da saúde, e a implementação efetiva da referência e contra-referência (com base em um suporte teórico e psicológico) norteadoras das ações dos profissionais de saúde envolvidos nesses atendimentos (LEAL; LOPES; GASPAR, 2011).

3 CAMINHO METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e com abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória tem o objetivo de proporcionar uma adequada abrangência do problema de pesquisa, envolvendo, geralmente, as etapas de levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que vivenciaram o fenômeno e a análise aprofundada do conteúdo (GIL, 2010). Nesse sentido, o estudo visa a trazer mais elementos e conhecimentos acerca da temática violência conjugal, daí escolhermos a pesquisa descritiva e exploratória.

Segundo Barros e Lehfeld (2007), o estudo descritivo permite descrever o objeto foco do estudo, muito utilizadas nas pesquisas documental, bibliográfica e de campo. Esta metodologia possibilita descobrir a natureza, as causas e as relações de determinada ocorrência e, por buscar respostas a questões particulares, é inviável quantificar o que será encontrado (MINAYO, 1995). Dessa forma, um estudo descritivo tem por finalidade identificar e/ou descrever determinado fenômeno ou situação desconhecida (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008).

A escolha pelo estudo qualitativo se baseou nas características do objeto e no objetivo da pesquisa, uma vez que esta abordagem visa a elencar elementos para a compreensão das realidades sociais (GASKELL; BAUER, 2004). Ou seja, a escolha do método está embasada na própria natureza do objeto de estudo, a partir de subjetividades carregadas de sentimentos e percepções manifestadas durante os discursos das participantes. Aqui a generalização e o número de pessoas é menos importante que a busca pelo aprofundamento e abrangência da compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação (MINAYO, 2008).

Nesse sentido, o método qualitativo deve ser reconhecido como abordagem adequada, uma vez que consegue traduzir as visões de mundo que as participantes do estudo constroem sobre determinados aspectos da realidade vivenciada.

3.2 CENÁRIO DA PESQUISA

O cenário do estudo foi o Centro de Referência Loreta Valadares (CRLV)⁵, inaugurado em 25 novembro de 2005 e localizado no município de Salvador, Bahia, Brasil. A capital do Estado da Bahia, segundo o último censo realizado no ano de 2010, contava com uma população estimada em 1.426.759 mulheres, de acordo com o IBGE (DATASUS, 2010).

O CRLV é uma conquista do movimento de mulheres da cidade de Salvador (BA), depois de 20 anos de luta. A instituição realiza assistência de Prevenção e Atenção a Mulheres em Situação de Violência. Compreende um serviço público e gratuito, com atendimento psicológico, social e jurídico, e integra a Rede de Serviços de atenção à Mulher em Situação de Violência, configurando um centro especializado que contempla uma atuação diferenciada e uma escuta qualificada (BRASIL, 2008b).

A instituição foi construída com a parceria entre os Governos Federal, Estadual e Municipal. Em relação ao número de atendimentos, no período de janeiro a novembro de 2011 foram contabilizados 1.446 atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos. Vale ressaltar que o serviço atua em três eixos temáticos: atenção, prevenção e articulação em rede. Além do atendimento na sede da instituição, o serviço também desenvolve atividades de mapeamento do município para identificar locais sensíveis que demandam o desenvolvimento de atividades educativas de prevenção da violência, utilizando como estratégia e espaço de intervenção as escolas municipais (LUIZ, 2011).

O CRLV busca viabilizar um processo de autodescoberta, autoconhecimento e fortalecimento da autoestima em mulheres que vivenciam a violência, processos indispensáveis para a transformação dessa história. Atende a uma demanda espontânea ou encaminhada por outros órgãos da rede, desempenhando papel importante na articulação da Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência de Gênero no município de Salvador (BRASIL, 2008b).

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA E ASPECTOS ÉTICOS

Participaram da pesquisa 15 mulheres em situação de violência atendidas no CRLV. Para Zoboli (2007, p.25), o “sujeito é aquele que faz a ação, aquele que age livremente, de acordo com um plano autoescolhido”. Nesta perspectiva, as mulheres que se enquadraram como participantes do estudo foram convidadas a integrar a pesquisa e informadas acerca dos aspectos éticos, ancorados na resolução 196/96 (BRASIL, 1996). Elas foram de antemão

⁵ Centro de Referência Loreta Valadares. Endereço: Rua Aristides Novis, nº 44, Bairro Federação, Salvador (BA). Telefones: (71) 3117-6770; 3235-4268. Fax: (71)3117-6769. E-mails: centroreferencialv@gmail.com; centroreferencialv@salvador.ba.gov.br.

esclarecidos acerca dos objetivos, da relevância e dos procedimentos metodológicos do estudo. Todas as dúvidas, enfim, pertinentes à sua participação na pesquisa foram esclarecidas; com isso elas podiam decidir de livre e espontânea vontade se desejavam ou não participar do estudo, sem que isto viesse a acarretar algum tipo de prejuízo decorrente de sua contribuição.

Vale ressaltar que a coleta de dados foi iniciada após apreciação e aprovação do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa, que avaliou se o estudo contemplava as normas contidas na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que norteia a pesquisa com seres humanos e outras questões éticas que podiam vulnerabilizar as mulheres e/ou expor a instituição (BRASIL, 1996), e aprovado.

As mulheres que aceitaram contribuir com a pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B). Para que a confidencialidade de todos os dados coletados fosse garantida, com base na Resolução nº 196, a identificação das participantes se deu por meio de números (BRASIL, 1996).

O TCLE tem linguagem acessível às participantes do estudo: nele se fala sobre os desconfortos e riscos possíveis e os benefícios esperados; sobre a forma de acompanhamento, assim como sobre seus responsáveis; sobre a garantia de esclarecimento, antes e durante o curso da pesquisa; sobre a liberdade que tem o sujeito de se recusar a participar da pesquisa ou retirar seu consentimento em qualquer fase desta, sem penalização e com garantia de sigilo. Além das informações acima, o instrumento também contemplou informações sobre os responsáveis pela pesquisa e os contatos, com números de telefone, endereço e e-mail.

Ao aceitarem participar do estudo, as mulheres foram convidadas a assinar o TCLE (APÊNDICE B). E a cada participante foi entregue uma cópia deste termo, devidamente assinado pela entrevistada e pela pesquisadora.

Durante a entrevista, a pesquisadora norteou sua atuação de forma a minimizar a diferença de relacionamento, estabelecendo uma relação acolhedora, baseada em uma escuta respeitosa das mulheres, livre de qualquer julgamento a respeito do processo de vivência e enfrentamento da violência conjugal.

Foi garantida à entrevistada também a possibilidade de interrupção da entrevista a qualquer momento, uma vez que o conteúdo da pesquisa diz respeito a vivências que podem mobilizar sentimentos. Assim, as mulheres que precisassem seriam também encaminhadas para o suporte psicológico da instituição sede do estudo, dependendo da necessidade apresentada e/ou exposta, a fim de garantir seu bem-estar. Nenhuma das entrevistadas,

contudo, necessitou de encaminhamento para o atendimento psicológico, embora um dos eixos desse estudo fosse a viabilização desse suporte.

3.4 PROCESSO DE COLETA, ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Polit, Beck & Hungler (2010) destacam que as determinações sobre a maneira adequada de obter os dados, bem como os participantes, a programação da coleta de dados e o período necessário para sua obtenção são feitas no campo, na medida em que o estudo se desenvolve e os pesquisadores se aproximam do cenário e dos sujeitos da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada mediante entrevista e dividida em dois momentos. Em uma primeira etapa utilizou-se um formulário (APÊNDICE C) para a caracterização social e demográfica das participantes, tais como idade, profissão, situação conjugal, filhos e dependência econômica. A segunda parte da coleta de dados consistiu em uma entrevista com roteiro estruturado (APÊNDICE D) e utilização do gravador: o instrumento utilizado nesta fase era constituído por perguntas abertas sobre a vivência da violência conjugal e o processo de enfrentamento.

No sentido de observar a eficiência do instrumento de coleta de dados, realizamos um pré-teste, com a finalidade de garantir que o mesmo conseguisse alcançar o objetivo do estudo.

As informações referentes aos dados sociais e demográficos foram processadas no programa Excel e organizadas na forma de percentuais. Em relação aos dados da vivência e ao processo de enfrentamento da violência conjugal, estes foram precedidos pela transcrição das gravações, com posterior leitura, no sentido de viabilizar a organização ancorada no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

3.4.1 Discurso do Sujeito Coletivo

Para Lefevre, Lefevre e Marques (2009), o DSC é uma metodologia que disponibiliza um resultado sobre o qual é pertinente refletir, sendo utilizada para pesquisas sociais que visam a descrever e interpretar as relações sociais, podendo, portanto, ser compreendida como uma técnica de processamento de depoimentos.

Ao realizar uma pesquisa com questões abertas objetivando representações sociais ou opiniões coletivas de grupos ou categorias de indivíduos vivendo em sociedade, torna-se

pertinente transformar os depoimentos individuais, que são as respostas às questões abertas de questionários, em representações coletivas (LEFEVRE; LEFEVRE, 2010). Dessa forma,

“estes conteúdos de mesmo sentido, reunidos num único discurso, por estarem redigidos na primeira pessoa do singular, buscam produzir no leitor um efeito de coletividade falando; além disso, dão lugar a um acréscimo de densidade semântica nas representações sociais, fazendo com que uma ideia ou posicionamento dos depoentes apareça de modo encorpado, desenvolvido, enriquecido, desdobrado” (LEFEVRE, LEFEVRE E MARQUES, 2009. p.27).

Dessa forma, o estudo, ao utilizar o DSC, trouxe uma forma de representação coletiva por meio de uma série de discursos, pensamentos, ideias ou posicionamento sobre a violência contra a mulher, ou seja, foram alcançadas as representações sociais de mulheres sobre a vivência e o processo de enfrentamento da violência conjugal. Segundo Rocha et al. (2011), para obter o pensamento coletivo é necessário convocar individualmente os sujeitos para exporem seu pensamento construído e internalizado socialmente, afastando-se da ocorrência de uma pressão psicossocial do grupo. A aproximação dessas individualidades através da formação de um único discurso com falas de diversificados participantes pode representar, sociologicamente, uma coletividade.

Os autores supracitados acrescentam que o DSC usa a categoria pelo método da indução, analisando os discursos e trabalhando por temas, dos quais são extraídas as figuras metodológicas, a saber, Expressão-chave (Ech), Ideia Central (IC) e a Ancoragem (AC). Estas figuras são utilizadas para obter, ao final, o DSC.

As Ech compreendem trechos ou transcrições literais do discurso que revelam a essência do depoimento: é através da matéria-prima das Ech que serão construídas o DSC. A IC abarca um nome ou expressão linguística que descreve da forma mais sucinta e fidedigna possível o conjunto homogêneo de Ech. Vale destacar que a IC não compreende uma interpretação do discurso, e sim a descrição de um ou mais depoimentos que contemplem ideias com significados aproximados. Apesar de se encontrar em todos os discursos a presença de Ech e IC, o mesmo não acontece com a AC. Esta última compreende uma manifestação linguística de uma ideologia ou crença pelo autor do discurso; contudo, esta deverá ser apresentada enquanto afirmação, ou seja, ela é utilizada pelo enunciador para enquadrar uma situação específica (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

Após a identificação das figuras metodológicas, torna-se viável a criação do DSC, sendo este um discurso-síntese que deverá ser redigido na primeira pessoa do singular e englobar as Ech que possuem as mesmas IC ou AC. Visando a uma melhor sistematização

durante a construção do discurso coletivo, utilizamos o software *Qualiquantisoft*, que compreende um programa destinado às pesquisas que utilizam a técnica do DSC. Entretanto, vale ressaltar que este programa compreende um instrumento facilitador, não substituindo a atividade do pesquisador para a obtenção das figuras metodológicas e a construção do DSC.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 CARACTERÍSTICAS DAS PARTICIPANTES DO ESTUDO.

No que diz respeito às características sociais e demográficas das participantes da pesquisa (APÊNDICE E), observamos que as participantes tinham entre 31 e 66 anos, com um maior percentual na faixa etária entre os 41 e os 50 anos (46,7% das entrevistadas) e entre os 31 e os 40 anos (26,7%). Ou seja, somando-se os dois maiores índices, a maioria das entrevistadas ficou situada na faixa etária entre os 31 e os 50 anos (correspondendo a 73,4% da amostra).

Com relação à variável cor, 80% das mulheres se declararam pardas e 13,3% pretas. Resumindo, quase 100% das entrevistadas pertenciam à raça negra (93,3%), de acordo com a classificação do IBGE engloba as cores parda e preta (IBGE, 2000).

No concernente à religião, entre as mulheres que declararam ter religião (93,3%), as participantes do estudo eram em sua maioria católicas ou evangélicas (índice de 33,3% para cada uma dessas crenças religiosas).

Quanto à escolaridade, a maioria das mulheres (60%) tinha concluído o ensino médio, sendo 44% delas haviam ingressado no ensino superior. Juntamente com o nível de escolaridade, é importante avaliar a condição financeira destas mulheres. Com relação a isso, os resultados mostraram que 53,3% das participantes relataram ser parcialmente dependentes e 26,7%, totalmente dependentes; apenas 20% eram totalmente independentes. Vale acrescentar que daquelas que apresentavam algum grau de dependência (80%), aproximadamente 59% não estavam em união estável/casadas com o companheiro, ou seja, eram solteiras ou divorciadas.

De acordo com a variável renda, percebemos que as mulheres que formam a população de estudo ou não tinham fonte de renda e/ou recebiam no máximo três salários mínimos, sendo que o maior percentual foi para nenhum ou para menos de um salário mínimo (60% das entrevistadas). Percebe-se assim que, apesar de um bom nível de escolaridade, a maioria das mulheres não conseguiu, em termos de renda pessoal mensal, valores que alcancem o salário mínimo preconizado nacionalmente, que atualmente está em R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), com data de atualização do mês de fevereiro de 2013 (BRASIL, 2012a).

Vale acrescentar que, segundo o Ministério do trabalho e do Emprego, este valor é calculado com base nos gastos necessários para suprir as necessidades vitais básicas do

indivíduo e sua família, incluindo-se moradia, alimentação, educação, saúde, vestuário, higiene, transporte, lazer e Previdência Social (BRASIL, 2012b?).

Mas avaliando-se a renda familiar, observou-se que ela variava entre menos de um e seis salários mínimos, com maior percentual para um e dois salários mínimos que, somados, perfizeram 73,3% das participantes.

No que se refere à situação conjugal, os maiores índices ficaram com união consensual/casada e divorciada (40% cada), e solteira (20%). Podemos observar, de acordo com esses dados, que 60% das mulheres não coabitavam com o autor da violência conjugal no momento da entrevista, o que pode ou não representar o rompimento do ciclo, já que, mesmo não existindo a coabitação, a mulher ainda pode sofrer violência.

Neste estudo, 93,3% das mulheres disseram ter filhos da atual relação (entre um e três), a maioria com um filho (em 42,9% dos casos).

Quanto a viver a violência, 46,7% das mulheres disseram conviver com a violência conjugal por um período superior a 15 anos, variando de 3 a 43 anos de um cotidiano de privação de direitos.

5.2 O DISCURSO DAS MULHERES

Este subcapítulo traz a apresentação e análise dos discursos-síntese construídos através das entrevistas das mulheres e que expressam, numa perspectiva da coletividade, a vivência e o processo de enfrentamento da violência conjugal a partir do discurso de mulheres em situação de violência conjugal atendidas em um Centro de Referência da “Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Conjugal”.

Os discursos síntese foram organizados e construídos a partir das perguntas e serão apresentados da seguinte forma: relação com a família, relação com o companheiro, atendimento em outros serviços no que diz respeito à violência conjugal e vivência no Centro de Referência. Vale ressaltar que nos discursos com ideias próximas, optamos por apresentá-los e discuti-los de forma associada.

5.2.1 O discurso das mulheres sobre a relação com a família

A seguir, apresentaremos o DSC e as ideias centrais síntese surgidas por meio das questões 1 e 2, a saber, “Fale da relação com a sua família” e “Fale da relação com a família do seu companheiro”.

Quadro das Ideias Centrais Síntese do Discurso das Mulheres sobre a relação com a família – Salvador – Jun. a Dez. 2012.

NÚMERO DE ORDEM	IDEIAS CENTRAIS SÍNTESE
01	1A - Relação de violência com a família. 2D - Relação de violência com família do companheiro. 2B - Família do companheiro era contra a separação 1D - Relação desrespeitosa com os filhos.
02	1B - Vivência de discriminação racial e econômica pela família. 2C - Relação discriminatória com família do companheiro.
03	1C - Afastamento da família por causa da violência e resgate da relação com a separação. 2A - Boa relação com a família do companheiro e apoio durante separação.
04	1E - Anulação e dedicação aos filhos.
05	1F - Familiar envolvido com drogas

A família é uma instituição que compreende “um sistema de normas que regulam as relações entre os indivíduos e que definem como estas relações devem ser” (SCOTT, 1996, p.12). Assim, por ser a primeira instituição com que o indivíduo tem contato, a família passa a ser a principal fonte de socialização e disseminação dos padrões e normas culturais a serem reproduzidas nas relações sociais (LASCH, 1991).

Historicamente, a estrutura familiar passou por diversas transformações. Na década de 50, o modelo ideal era integrado pelo casal e seus filhos, tendo o pai na condição de provedor e a mãe como dona-de-casa e responsável pela educação de sua prole (PEIXOTO, 2007). Dessa forma, a família, dentro deste contexto, representava a principal instituição de formação, sendo também a responsável pela integração e aceitação do indivíduo no ambiente social. Entretanto, as mudanças existentes ao longo dos anos alteraram a conformação familiar, reduzindo-a a um núcleo e, posteriormente, culminando com um cenário centrado em um modelo monoparental.

As readequações do modelo familiar foram associadas também à valorização da individualidade do ser e ao respeito pela sua privacidade. Embora aparentemente compreendida como um direito conquistado, ela também representou, em suma, o elemento

que culminou com a alteração da estrutura do espaço familiar, reduzindo o convívio neste ambiente e elevando o isolamento entre os membros das famílias.

Para Nicolau (2013a?) um dos fatores de influência para essa nova conjuntura é que a união estável não mais é mantida em decorrência de razões econômicas, políticas e religiosas, situação anteriormente vigente, estando a família moderna alicerçada principalmente nos elementos afetivos. Assim, a sociedade, aos poucos, se afastou de um modelo de relação familiar baseado em uma “moral geral” e influenciado pela religião, a política e a economia e passou a buscar a “escolha de existência” que direciona o ser para uma liberdade individual na busca da felicidade.

Esta transformação ocorreu a partir de diversas modificações no cenário familiar e social a partir do século XIX. Entre essas modificações, podemos citar as relações conjugais, que não mais são estabelecidas através de contratos acordados pelos pais, mas passam a ser uma escolha afetiva do indivíduo, ocorrência que traz visibilidade ao fato de que se tornou menor, então, a submissão do ser à família, o que culminou com o surgimento da família burguesa. Apesar de haver uma redução no número de filhos, a criação dessa nova formação familiar também persistiu na ideia do homem enquanto provedor e da enquanto cuidadora dos filhos e gerente do lar (RAMOS; NASCIMENTO, 2008).

Vale salientar que este cenário de atribuições do papel feminino foi modificado devido aos novos papéis da mulher, que a colocavam no ambiente externo, como trabalhadora e que, conseqüentemente, resignificou o núcleo familiar, uma vez que a fez ocupar o ambiente privado e o público. Daí surgiram lacunas, tais como, por exemplo, a responsabilidade pela criação dos filhos, nascendo a dicotomia mãe-cuidadora e mãe-trabalhadora (RAMOS; NASCIMENTO, 2008).

Anterior e concomitantemente a estas modificações surgiu a possibilidade de reavaliação do lugar do trabalho no cotidiano de homens e mulheres, abrindo vieses para também redefinir o ambiente político através do Movimento Feminista e questionar a ciência e as artes quanto aos estereótipos e construções de conceitos (OLIVEIRA, 2012) Entretanto, pode-se inferir que às mulheres ainda é atribuído um papel predominante no espaço privado, o que mostra a reduzida participação da mulher enquanto protagonista na cena política, mesmo com o advento do Movimento Feminista desde a década de 70 (COELHO E BAPTISTA, 2009).

Assim, as novas necessidades surgidas dentro da família e decorrentes da saída da mãe para trabalhar no espaço público, principalmente concernentes à educação e à criação dos filhos fez aparecer a obrigatoriedade de outras instituições que assumissem essas carências.

Dentro deste cenário, Lasch (1991) considera que, nesta perspectiva, é que o Estado, na forma das instituições educacionais e sociais, passou a assumir os papéis de educadores e disciplinadores das crianças, o que cabia apenas à família. Estas mudanças fizeram surgir reflexões sobre os papéis atuais da família em relação aos seus indivíduos. Em algumas ponderações, como as realizadas por Vitorello (2011), estas alterações são as responsáveis pelo declínio do poder da instituição familiar, principalmente no concernente à sua atuação social e ao estabelecimento da função de provedor do pai.

Vale acrescentar que a decadência desta função realizada pelo homem no ambiente familiar não ocorreu, obrigatoriamente, de forma isolada e diversas vezes está também associada à da função materna. Entretanto, é verdade que na maioria das separações conjugais, bem como nas situações em que ocorre coabitação sem existir a relação conjugal propriamente dita, os filhos tendem a ficar unicamente com as mães ou a se reportar unicamente, ou proporcionalmente mais, às mães: daí haver uma maior tendência à redução da função paterna. Dessa forma, existe um direcionamento para que as famílias tenham como eixo a mãe (FLEIG, 2008) e é também a partir daí que surge a necessidade de o Estado intervir como pacificador e civilizador na hegemônica atuação onipotente e absoluta da mãe nas relações familiares.

Daí podermos perceber que a divisão do trabalho no meio social entre o homem e a mulher fez com que o casal não conseguisse corresponder às suas atribuições no ambiente familiar, cabendo doravante ao estado a necessidade de arcar com o que antes era função da mulher, mormente a educação dos filhos. No entanto, é importante ressaltar que socialmente ainda se atribui à mulher esta função, e muitas delas ainda veem nisso sua principal contribuição social, supervalorizando este papel em detrimento da sua força de trabalho no ambiente externo.

Vale acrescentar que na família atualmente vigente, delimitada por um núcleo familiar, pela valorização do lado afetivo e pela flexibilidade dos relacionamentos, ocorre uma maior possibilidade de divórcios e recomposições familiares. Dentro deste contexto, a grande preocupação é que a não valorização da presença do pai para a formação dos filhos seja um dos principais fatores que fazem estes abandonarem o convívio familiar após o término da relação conjugal. Existe também, segundo Vitorello (2011), uma resistência da mulher quanto à participação do homem na educação e no convívio com os filhos após a separação.

Assim, essas mudanças historicamente ocorridas no ambiente familiar favoreceram o individualismo dos componentes, colocando a mãe enquanto responsável pelos filhos,

minimizando a intervenção paterna e permitindo a atuação do Estado como instituição educacional. Esta situação levou à fragilidade da instituição familiar e ao desencadeamento de conflitos de difícil resolução e à violência intrafamiliar, elementos encontrados ao longo dos discursos abaixo.

Ideias centrais síntese: 1A-Relação de violência com a família; 2D-Relação de violência com família do companheiro; 2B-Família do companheiro era contra a separação; 1D-Relação desrespeitosa com os filhos

Nas entrevistas, abordando a relação com a família, as mulheres ultrapassaram a compreensão moderna baseada unicamente no núcleo formado por pais e filhos e trouxeram ideias centrais que demonstravam um ambiente familiar composto pela estrutura macro, integrada por pais, filhos, tios, avós, primos, entre outros parentes com laços consanguíneos, bem como pelos que não apresentam esta característica mas que também se incluíam no ambiente familiar, como, por exemplo, a família consanguínea do companheiro, compreendendo a família moderna ampliada.

Estas ideias central síntese demonstram que a relação da mulher com a sua família foi norteadada por ausência de afeto, pelo desrespeito, pelos conflitos e, em alguns relatos, por um cotidiano de violência. Os discursos apresentados demonstram a existência de uma estrutura familiar que não consegue garantir a sua função de instituição social de disseminação dos princípios, nem viabilizar o bem-estar do indivíduo e a proteção da criança. Assim, a família, dentro deste contexto, representa a instituição que, indo de encontro às suas funções, acaba por trazer um cotidiano de violência; algumas vezes isso vem desde a infância - foi o que elas disseram sobre a relação com a família -, outras vezes decorre do contato inicial com a família do companheiro, como podemos identificar nos trechos dos discursos abaixo:

[...] Eu vivia com meu pai e ele me batia, me batia mesmo, eu apanhava muito! Nunca achei carinho, nunca achei nada! [...] Eu não tinha família para me defender, quando ele (companheiro) me maltratava, eu não tinha ninguém para me apoiar, eles não falavam nada! (E4) Não tive um apoio familiar para prosseguir os estudos, comecei a trabalhar cedo. (E1) Durante oito anos trabalhei para sustentar minha mãe e mais quatorze pessoas dentro de casa. Quando chegou aos quatorze anos me apaixonei por uma pessoa, o caseiro da fazenda do meu pai, e ela (mãe) não aceitou. (E2) [...]

Trecho do discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 1A (APÊNDICE F, p. 113)

Nunca fui muito próxima da família dele. (E8) A relação era péssima! (E1) A família dele não gosta de mim, sempre quis que a gente se separasse, [...] Eu era maltratada por eles, é uma situação muito ruim, muito infernal! [...] Já tinha uma que eu tinha dado uma queixa porque uma vez ela pegou, botou meu braço para trás na casa dela e queria me jogar da escadaria abaixo. (E11) Todo mundo só fazia para me derrotar. (E4) [...] O pai dele é uma pessoa maldosa, perversa! (E10) A irmã já me disse um monte de coisa. (E6) Já sofri violência por parte deles, ficavam me xingando. [...] Eram pessoas ríspidas, grossas, aquilo assustava! [...]

Trecho do discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 2.D (APÊNDICE G, p. 130)

Como se percebe pelos trechos dos discursos acima, as mulheres viviam em um ambiente familiar norteador por relações de violência. Vale acrescentar que a família é a primeira a ser procurada diante de situações conflitantes. De fato, isso é corroborado pelo estudo de Santi, Nakano e Lettiere (2010), que destacam que o primeiro apoio que as mulheres em situação de violência buscam é o meio social mais próximo, o que torna importante a participação dada à família. Observa-se, desse modo, que embora na teoria a família desempenhe um papel de proteção, na prática isso não ocorre.

E mais: apesar de a família moderna ter sido construída com base na individualidade dos familiares, bem como no declínio da autoridade, tornando os indivíduos mais livres, a família atual ainda traz em suas vivências resquícios do autoritarismo e do poder, principalmente na relação pais e filhos, não dando espaço para a construção de uma relação horizontal. Para alguns autores, como Maciel (2009), as modificações da família contemporânea para a moderna deveriam ter ocorrido com profundas mudanças estruturais, principalmente no que diz respeito à estrutura hierarquizada, a regras indissociáveis e à ocorrência de violência entre seus membros, ocorrências ainda identificadas nos discursos acima.

Estes trechos mostram que, para estas mulheres, o cenário familiar é um ambiente de constantes conflitos, de relações desrespeitosas, de naturalização e reafirmação da violência. Ou seja, existe uma maior tendência para a naturalização da violência conjugal nas mulheres que historicamente já a vivenciam dentro do contexto histórico e familiar.

Para Carinhonha e Penna (2012), a necessidade de se estudar este fenômeno, principalmente no contexto familiar, está em representar um instrumento que viabiliza compreender a complexidade e polissemia desta problemática, bem como as suas devastadoras consequências. Entre estas, podemos citar a quebra das relações familiares enquanto estratégia para sair da vivência de violência, a naturalização do abandono familiar e o abandono familiar como fator de influência para permanecer na relação conjugal permeada pela violência, situações elencadas nos trechos dos discursos apresentados abaixo:

[...] Minha tia com quem eu tinha muita afeição foi embora, saiu de casa, me abandonou quando eu tava grávida! Acho que ela teve um caso com meu companheiro, a história é meio triste, grotesca! (E13) Somadas vezes tentei me separar, mas não tinha para onde ir! Tinha mãe, irmãos, irmãs, assistiam, viam meu desespero e nunca foram solidários. O silêncio ajudou a compactuar com a violência que eu sofri. [...] Minha mãe ela era contra verbalmente, mas não se posicionava. (E14) Uma das minhas irmãs foi amante dele e isso foi que mais me machucou. Meus irmãos diziam que se eu aguentei 46 anos podia aguentar mais 20, mais 30. Acharam que eu separei porque queria homem. [...]. Mas eu não ligo não, do jeito que tá, tá bom! Já nem sinto falta deles. Eles me abandonaram! (E3)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 1A (APÊNDICE F, p. 113)

A sogra ela ligava e falava comigo praticamente todos os dias. Ele gostava de dar almoço, a família dele não saía de lá (E3) Ela ficava calada, ela não se metia, mas também não falava mal, ficava na dela. (E2) A família dele, tia, tios, primos nunca brigaram comigo por causa dele, (E6) mas quando eu disse que ia dar queixa, aí tudo se virou contra mim, tanto a mãe quanto os irmãos, quanto as irmãs. Hoje a gente não tem nenhum contato, nenhum diálogo, nem com a família e nem com ele. (E15) Depois da separação ela cortou a relação comigo. (E8) Ninguém nunca mais me procurou, também eu nunca procurei ninguém. Não quero contato com ninguém, nem quero mais saber! (E3)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 2B (APÊNDICE F, p. 127)

Nos trechos do DSC acima, vemos que as mulheres disseram vivenciar um cotidiano de violência e abandono por parte dos familiares e atribuem a isso um papel de influência na sua permanência no seio de uma relação conjugal norteadas pela violência. Entretanto, é importante ressaltar, segundo Franzoi, Fonseca e Guedes (2011), que se pode inferir como principal fator de permanência da mulher na relação de violência a construção social de

gênero, que naturaliza a sua presença nas relações entre homens e mulheres, ocorrência construída e apreendida historicamente.

Para Schraiber et al. (2005), a naturalização destes episódios reflete um processo histórico e cultural centrado em uma ideologia androcêntrica reafirmada ao longo dos anos e resistente às modificações sociais de gênero, em que prevalece a dominação do ser masculino e a naturalização dos episódios de violência infligidos às mulheres, passando a violência a ser compreendida como um fato natural e corriqueiro dentro da relação afetiva. Entretanto, a omissão da família diante da violência conjugal pode constituir, segundo as falas destas mulheres, em um elemento que dificulta a compreensão da vivência de violência, direcionando-a para o silêncio e a continuidade do ciclo.

Outro importante elemento a ser destacado é o cotidiano de violência que estas mulheres vivenciaram durante anos, fato diversas vezes presente desde a infância e de forma silenciosa, fazendo-a invisível diante dos olhos da família, da sociedade e do Estado e naturalizando-a. Assim, percebe-se que o cotidiano de violência, negligência e abandono a que estas mulheres foram submetidas vai de encontro ao direito estabelecido na constituição. A violência fere também o que foi estabelecido no Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990), principalmente nos seus Artigos 5º, 53º, 70º.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990, p.1)

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. (BRASIL, 1990, p. 9)

De acordo com o que foi citado acima, pode-se inferir que desde a infância estas mulheres já vivenciavam a omissão de direitos, que deveriam ser garantidos pela família, pela sociedade e pelo Estado e que acabou por ser negligenciado por todas estas esferas. Esta violência cotidiana acaba por constituir um elemento que reforça nos indivíduos a naturalização dos atos de violência infligidos contra a mulher e, segundo Vieira et. al (2011), fortalece um posicionamento de naturalização de tais situações, impostas culturalmente pela sociedade e negligenciadas pelas políticas e pelo governo.

Vale acrescentar que o silêncio e a falta de posicionamento da família diante da violência conjugal representa uma omissão de direitos e cuidados. Para Singly (2007), este posicionamento que consiste em, face à violência, silenciar, é atribuído à nova formação

familiar. Para a autora, a família moderna é formada por membros que têm uma individualidade maior do que nas famílias existentes anteriormente, ou seja, ao longo dos anos vem se acentuando o crescimento do individualismo dentro das pessoas que integram as famílias.

Juntamente com isso, pode-se destacar a omissão do Estado, enquanto instituições sociais, jurídicas, policiais e de saúde, e a conseqüente não intervenção no ambiente familiar em que se reafirmam relações desrespeitosas e norteadas pela violência. A obrigatoriedade, por parte do Estado, de intervir nestas situações pode ser vista na Constituição Federal de 1988, que incluiu o parágrafo 8º, em seu artigo 226, que afirma: “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 1988, p.37).

Ao lado da individualidade familiar e da não intervenção do Estado neste cenário de reafirmação da violência, também podemos citar a violência que passa de geração a geração como importante fator levando à “aceitação” da ocorrência deste fenômeno no âmbito familiar, o que pode ser percebido no trecho do discurso abaixo:

Minha mãe foi toda marcada, surrada porque a madrasta não prestava. [...] Ela ficava debaixo da mesa esperando os enteados comer e jogar o resto que não prestava pra ela, tinham ela como um nada, ela era lavadeira, babá, cozinheira. [...] Ela (madrasta) não podia dar amor porque ela não sabia! (E14) Uma coisa que eu esquecesse de fazer me batiam, era pancada! [...] Eu fui criada desorientada, via meu pai fazendo sexo com minha madrasta. (E12) Meu pai era violento, ele batia em minha mãe, cuspia, eu vi várias vezes ele querer esfaquear ela. Uma vez ele raspou a cabeça dela só de um lado para ela não ir trabalhar. (E3) Então ela traduziu isso em mim e fazia algumas violências comigo, talvez até involuntárias. (E13) Ela sempre foi muito rude, ela batia mesmo, ela batia de cinto, de fivela, ela tinha prazer em me bater no rosto.

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 1A (APÊNDICE F p. 113)

O trecho do DSC revela que a ocorrência de violência dentro do âmbito familiar já é algo culturalmente presente, reproduzido desde a relação conjugal dos pais e depois passando para os filhos. Para essas mulheres, a relação de violência entre os pais representa uma influência e uma justificativa para a vivência de violência durante a infância, sendo talvez, também, o fator que as fará repetir esta cultura e se posicionar da mesma forma na relação com seus filhos.

Dentro deste contexto é que se pode identificar o caráter da cultura da violência como passando de geração a geração sendo expresso no discurso, uma vez que as mulheres justificam de forma naturalizada a ocorrência da violência na relação familiar dizendo que os pais estavam “apenas” reproduzindo vivências passadas, podendo estas até mesmo ter sido involuntárias.

Salientamos que, ao aprofundar esta ideia, se fortalece a necessidade de se trabalhar as famílias vulneráveis à violência, principalmente porque este fenômeno provavelmente se fará presente e naturalizado ao longo de diversas gerações. Para Quinteiros, Branco e Silva (2009), uma das estratégias para as famílias enfrentarem a situação de violência é a priorização dos trabalhos preventivos e a promoção de mudanças culturais referentes ao exercício respeitoso da sexualidade e das relações de gênero, o que deve estar presente, principalmente, durante a infância e a adolescência.

Corroborando esta ideia, Seron e Milani (2011) destacam que é durante a formação do indivíduo, principalmente durante a infância e a adolescência, que o indivíduo vive as principais experiências para as formações corporais, psicológicas e para as relações sociais. Desse modo, a violência neste período, caso não seja trabalhada, representará um elemento a ser acrescentado à formação do indivíduo e, futuramente, inserida nas suas reorganizações familiares durante a fase adulta.

Quanto à necessidade de adentrar a dinâmica familiar para trabalhar a vulnerabilidade à violência, Xavier (2007) compreende que, com a intervenção do Estado neste ambiente, ficou fácil submergir na realidade familiar e se apropriar de seus hábitos, principalmente em contextos familiares que representam iniquidades sociais ou estão na iminência disso.

Daí se explica a necessidade de refletir acerca da forma como as instituições familiares atualmente estão sendo organizadas e consolidadas. A importância desta reflexão está basicamente na compreensão de que a família ainda representa uma instituição de formação do indivíduo, e de que a naturalização de conflitos e distanciamentos entre as pessoas poderá constituir um elemento para a consolidação de uma estrutura familiar alicerçada em desencontros de ideias, posicionamento e relações desrespeitosas, como podemos identificar no trecho do discurso abaixo:

Eu me negava a ter filhos! (E14) Antes eu xingava muito meus filhos! (E12) Cada vez que tinha que ter um filho era horrível, era um sofrimento, um tormento! (E2) Minha menina se separou de mim quando meu ex-companheiro começou a mexer com ela (violência sexual), foi para casa da minha mãe e tá lá até hoje. (E9) A relação com meus filhos são relações que

não é muito agradável eles fazem o que querem. (E4) Meu filho é um adolescente que tem medo do pai, para o pai ele não diz nada, mas comigo ele responde! (E10) Minha filha quando estava longe de mim extravasava, bebia. [...] Quando ia reclamar ela sempre corria para ele. (E11) Minha filha quando vai para a casa dele vem totalmente diferente. Agora me chama de maluca, com comportamento agressivo. (E15) O menino mais velho depois que chegou da casa do pai começou a me tratar como o pai me tratava. Ficou muito agressivo, é como se tudo aquilo que o pai fez ele tivesse mandando para mim. A menina ficou fria, diferente, arrumou um trabalho na igreja, foi embora de casa. [...] Tento falar com ele para procurar atendimento psicológico e ele não quer. (E2)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 1, ideia central síntese 1D (APÊNDICE F, p. 121).

Percebe-se, pelo trecho do discurso acima, que o desencadear da violência no ambiente familiar é compreendido de forma naturalizada pelos seus integrantes. Ressaltamos que estas relações desrespeitosas acabam constituindo um fator para a ocorrência da violência no cenário familiar, principalmente quando associadas à ideia de liberdade e individualismo dos integrantes. Ou seja, a liberdade adquirida pelas pessoas no ambiente familiar e a redução da interdependência acabou por estabelecer uma relação fria e distante entre seus integrantes.

Para Lasch (1991), um dos principais fatores que influenciou este distanciamento, principalmente na relação entre pais e filhos, foi a criação de núcleos familiares e a influência do Estado. Esta nova conformação familiar, que reduziu o número de integrantes neste ambiente e que permitiu a interferência do Estado na família, é que fez surgir uma nova tendência na educação dos filhos baseada na liberdade, direcionada para o ambiente externo e norteadada pela não dependência à família, pela autonomia e a permissividade.

A própria reorganização da estrutura familiar, segundo a literatura (ENRIQUEZ, 1994; RAMOS; NASCIMENTO, 2008), trouxe a minimização dos valores parentais e a formação de indivíduos com reduzido apego à família, situações que favorecem conflitos familiares de difícil resolução.

Ideias centrais síntese: 1B-Discriminação racial pela família; 2C-Relação discriminatória com família do companheiro.

A ideia central síntese abaixo demonstra que a vivência dentro do ambiente familiar desde a infância foi norteadada por relações desrespeitosas, pela violência e pela discriminação racial.

Sofri muito preconceito porque os filhos dela não me aceitavam porque eu era branca como o meu pai, sofri muita discriminação. [...] Minha mãe nunca teve preocupação comigo, ela tinha preocupação com os filhos mais velhos, eles eram o carinho dela, tanto que ela dizia que amava os filhos negros. (E1) Foi muito sofrimento, muito choro, muita injustiça, muita desigualdade! Porque ao que eles tinham direitos eu não tinha, tudo era diferente! [...] Ela tirou de mim tudo, direito de ficar dentro de casa, de comer, de ir para a escola, eu fiquei muito tempo em um castigo cruel, não podia sair de casa para nada e ainda ficava dentro de casa com fome e, às vezes, desmaiava de fome. Um dos pontos que eu percebia, é que eu sou negra e ela não gosta de filho negro. Ela não gosta! Ela fala claramente! (E2)[...]

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 1B (APÊNDICE F, p. 116).

O discurso acima mostra o cotidiano de violência e a discriminação racial que a mulher vivencia dentro do ambiente familiar por ser diferentes, sendo a mãe a principal perpetradora dos episódios de violência. Salientamos que a vivência destas mulheres contrapõe-se drasticamente à ideia socialmente construída de família enquanto espaço de amor e de proteção.

Ou seja, por não ter correspondido às expectativas familiares quanto às suas características físicas, a depoente acima afirma que esta foi a causa de um cotidiano de privações, exclusão, desrespeito e violência. Para estas mulheres, pois, o cenário familiar representou o primeiro e principal ambiente de violação de direitos, em uma inversão de atribuições, com o ambiente externo cumprindo o papel de viabilizar a garantia de direitos, principalmente quanto ao estabelecido nas Leis que não foram para essas mulheres garantidas pelo Estado, o que culminou em um cotidiano de violações.

Quanto ao estabelecimento deste direito, podemos elencar os aspectos legais estabelecidos no artigo 227 da constituição, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente a proteção contra qualquer ocorrência de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e/ou opressão (BRASIL, 1988).

Além do estabelecido pela legislação, deve-se deixar claro que no meio social a ideiação da família enquanto instituição onde os indivíduos recebem aceitação e onde são protegidos, independentemente de suas características, é fortalecida, principalmente por constituir o principal cenário de relações interpessoais para a formação do indivíduo. Buenol et al. (2012) adicionam que uma relação a que faltem a aceitação e o respeito entre os familiares acaba por também influenciar a formação do indivíduo e a sua aceitação social, em

decorrência da ausência de relações satisfatórias no cenário das relações interpessoais familiares.

Outro aspecto a ser pontuado dentro desta reflexão é a construção social da figura materna enquanto elemento de proteção da família e a principal responsável pela formação da identidade dos filhos. Devemos compreender que a mãe, pela sua própria vivência familiar, poderá também ser a responsável por relações discriminatórias dentro desta instituição. Em face de uma relação mãe-filho (a) norteadada por violência e falta de amor ao (à) genitor (a) acaba por não reconhecer na mãe a principal figura para a formação da identidade, podendo deslocar para outro indivíduo o reconhecimento desta figura, como, por exemplo, o pai.

Essa ocorrência da figura materna como referência para a construção da identidade feminina é identificada e reconhecida em diversos estudos, tais como o de Seron e Milane (2011), que assinalam que as adolescentes identificaram enquanto figuras de referência para a construção da identidade em primeiro lugar, a mãe, em segundo, as avós maternas e, posteriormente, as avós paternas. Para as autoras, este é também um dos motivos para que a filha tenha a tendência a repetir as ações e posturas da mãe.

Juntamente com a falta de apoio da figura materna, o discurso aponta para um cotidiano de discriminação vivenciada por estas mulheres em decorrência, exclusivamente, da cor. Assim, percebe-se que a discriminação racial é ainda algo fortemente enraizado na sociedade e estabelecido até mesmo dentro do núcleo familiar, sendo repetida com o elemento que não corresponda às normas estabelecidas pelo grupo, independentemente do vínculo estabelecido, podendo também estar presente nas relações da mulher com a família do companheiro, como podemos ver no trecho do discurso abaixo:

No início do relacionamento eu frequentava a casa da mãe dele, mas eu sentia que não era uma relação bacana, saudável! Era uma relação de inveja, eu não me sentia à vontade! [...] Eles ficavam comentando porque eu era branca, de dizer que eu era patricinha, isso incomodava! Parecia que eu era culpada por ser de uma condição diferente, por ser branca, como se eu fosse culpada por meu pai morar em um lugar melhor, por ter uma condição melhor. (E7) A própria mãe dele dizia que eu não era para ele, que ele deveria ter uma pessoa da cor dele. Ela sempre frisava que eu ia ter com ele um monte de macaquinho, que eu não ia aceitar os meus filhos. (E8) Eu sentia que existia discriminação e me mantive afastada, não quis proximidade, não procurei impor a minha presença! [...] (E1).

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 2C (APÊNDICE F, p. 128)

Aqui podemos perceber que as relações discriminatórias também se fizeram presentes nas relações das mulheres com a família do companheiro. Podemos igualmente afirmar que as relações discriminatórias independem da condição dessas mulheres: sua não aceitação se deve unicamente ao fato de elas se encontrarem em uma posição diferente em relação ao grupo, podendo ser vista como inferior, o que pode ser visto no discurso da mulher negra e sua família (*Um dos pontos que eu percebia, é que eu sou negra e ela não gosta de filho negro*), ou colocada em uma posição de superioridade, como o que vimos no discurso da relação da mulher branca com a família do companheiro (*Eles ficavam comentando porque eu era branca, de dizer que eu era patricinha![...] Parecia que eu era culpada por ser [...] branca*).

Vale salientar que a ocorrência e as formas de expressão das atitudes discriminatórias e do racismo ao longo dos anos não ocorrem de formas estáticas, pelo contrário, o racismo e a exclusão de um indivíduo por parte do seu grupo vêm se modificando ao longo dos anos. Para Carone (2003), este fenômeno sofre constantes transformações formais de expressão; contudo, prevalece o fortalecimento da neutralidade de cor/raça, que protege do preconceito o indivíduo branco e o supervaloriza, como podemos perceber no discurso da relação da mulher com a família do companheiro.

Apesar de historicamente se reforçar a ideia do racismo contra o negro, o discurso acima mostra que a discriminação que ocorre no ambiente familiar se sobrepõe ao protecionismo direcionado ao branco, e passa a ter como único critério o fato de o indivíduo ser considerado diferente do seu meio. Ou seja, a pessoa pode não ser aceita pelo grupo/família, sofrendo episódios de discriminação racial, independentemente da sua cor. O que difere é a posição em que ela será colocada - de superioridade ou inferioridade -, conforme pudemos perceber no discurso das mulheres branca e negra, respectivamente.

O discurso deixa claro que a discriminação será dirigida ao ser considerado diferente do grupo, podendo ocorrer na mulher branca que nasceu em uma família negra, em uma mulher negra que nasceu em um cenário familiar com traços brancos, o que também pode estar presente na construção da identidade, principalmente no que diz respeito à naturalização da percepção do indivíduo enquanto ser submisso.

Silva e Leão (2012) acrescentam, ao buscar conhecimentos sobre as identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos, que a identificação racial está diretamente vinculada à identidade construída através da conscientização familiar, bem como às experiências de discriminação racial.

Outro importante elemento a ser analisado é o destaque dado pela literatura à existência social da prática da discriminação brasileira de uma forma indireta e velada,

dissimulada, diversas vezes ocorrendo de uma maneira tão sutil que passa a ser de difícil identificação, mesmo para aqueles que sofrem os seus efeitos (OLIVEIRA, 2004). Bento (2003) corrobora esta informação, acrescentando que a maioria das manifestações racistas do cotidiano é expressa de forma clandestina e dimensionada. Entretanto, no discurso, a forma de expressão dessa discriminação é perceptível a todos os familiares; contudo, não percebemos um posicionamento ativo que vise a retirar esse indivíduo de um cotidiano de privação de direitos por parte da família, da sociedade e do Estado.

Enfim, é importante compreender que a discriminação social é uma grande problemática. Entretanto, o desafio inicial a ser superado é a construção de espaços para a discussão das relações sociais, incluindo neste cenário a família, uma vez que esta também representa um meio de reprodução destas ocorrências. Para Bento (2003), o ideal é também buscar desconstruir a ideia que as ações racistas ocorrem de formas esporádicas, ocasionais e que são frutos de um desatino perpetrado por um indivíduo considerado fanático.

Outra ideia que faz parte do senso comum e precisa ser reavaliada é a de que a figura materna é a principal protetora do indivíduo, já que estudos como o de Costa et al. (2007), ao estimarem a prevalência das formas de violência contra crianças e adolescentes, registradas nos Conselhos Tutelares, concluíram que a mãe foi a agressora que mais contribuiu para a negligência (60,7%), a forma de violência mais frequentemente denunciada na instituição. Em resumo, o ideal é compreender que todos podem ser desencadeadores dos episódios de violência e discriminação e que, diante de uma criança vítima de tais abusos, não podemos concordar com o senso comum segundo o qual a mãe é um ser que protege, uma vez que esta também poderá ser responsável pela ocorrência deste fenômeno.

Ideia central síntese: 1C-Afastamento da família por causa da violência e resgate da relação com a separação; 2A - Boa relação com a família do companheiro e apoio durante separação.

A partir da ideia central síntese apresentada no discurso 1C, podemos perceber que o contexto da relação entre a mulher e a sua família se alterou devido à relação conjugal, ou seja, após o início do vínculo, a família se afastou, principalmente por não concordar com o papel de submissão a que a mulher era sujeita: no entanto, com o rompimento do vínculo conjugal, a relação foi restabelecida:

É um relacionamento de família, de um ajudar o outro, em outro tempo perdi isso, no período que vivi com meu ex-marido ficou esquecida porque ele não aceitava que me relacionasse com minha família. [...] Mas resgatei o vínculo e tenho o apoio deles, me ajudam muito! Ainda separei várias vezes, mas voltei e com isso minha família foi desacreditando. Minha mãe falou que se eu voltasse podia esquecer que tinha família. (E5) Meu pai não queria eu que casasse porque ele sabia que não ia dar certo, que ele não tinha condições de me sustentar, mas eu não entendia. (E10) Meus familiares quando andava lá eram maltratados pelo marido, por isso eles não vão na minha casa, ficam usando a desculpa que é muito longe. (E11) Quando eu fui morar com ele minha família ficou contra, mas não proibiu, minha mãe me orientou, achou que não ia dar certo, minha irmã pensava da mesma forma, achava que a gente era muito diferente de valores, crenças e comportamentos. [...] (E7).

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 1C (APÊNDICE F, p. 118)

De acordo com o trecho do DSC acima, podemos observar que a relação da mulher com a sua família sofreu alteração após o início da relação conjugal. Ou seja, o enlace matrimonial desestruturou a estrutura familiar, principalmente o vínculo até então vigente, devido principalmente ao fato de a família não aceitar o relacionamento conjugal e à relação desrespeitosa e permeada pela violência por parte do companheiro para com a mulher e seus familiares. Pode-se inferir também que a família responsabiliza a mulher pela vivência de violência, estigmatizando-a, o que expressa a incompreensão da cultura da violência no espaço doméstico.

É importante ressaltar o papel fundamental da família como instituição de apoio para a mulher, que, diante de situações de difícil resolução, é a primeira a ser procurada. Isso é dito também por Santi, Nakano e Lettiere (2010) que, ao estudar a percepção das mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio do seu contexto social, concluiu que as mulheres em situação de violência, antes de procurar ajuda em instituições sociais, buscam o apoio dos familiares. Dessa forma, a família passa a ser a primeira estratégia de autoproteção das mulheres em situação de violência.

No entanto, a decisão familiar de se afastar da mulher pode ser compreendida como causa da permanência na relação permeada pela violência, uma vez que vem a representar a ausência da primeira estratégia de autoproteção a ser buscada e, dessa forma, reduz o círculo de apoio. Mas não é apenas a mulher que é vítima dos episódios de violência. Os familiares também passam a vivenciar a violência doméstica, que inicialmente tinha como foco,

exclusivamente, a violência conjugal, fato também evidenciado nesta pesquisa. Assim, todo o contexto familiar poderá ser inserido no cenário de violência, entre eles pais e irmãos.

Quanto ao posicionamento da família em relação à forma com que a mulher norteia suas ações, no trecho do DSC acima é perceptível que a família não nota que a mulher está inserida em um ciclo de violência e as separações e retornos à relação conjugal passam a ser compreendidas como forma de demonstrar um posicionamento voluntário de submissão e aceitação. Para estas mulheres, o motivo para que os familiares optassem por se afastar delas foi o seu retorno à relação conjugal; dessa forma, percebe-se que a família não compreende que o próprio contexto da violência vitimiza a mulher e a coloca dentro de uma relação conjugal cíclica, com períodos de lua-de-mel e de crises/agressões.

Com relação a isso, Rabello e Caldas Júnior (2007) ainda trazem outras contribuições: para os autores, ao romper com a família original, a mulher 16 vezes mais chances de vivenciar a violência. Neste caso, o afastamento da família acaba por ser uma ocorrência que coloca a mulher em uma situação ainda mais vulnerável aos episódios de violência conjugal e a faz se sentir mais próxima de pessoas estranhas do que dos próprios familiares quando necessita buscar alguma forma de apoio.

Contrapondo com a vivência familiar da mulher, o discurso abaixo apresenta uma relação com a família do companheiro baseada em apoio e amparo durante a vivência de violência e em face dela:

Até hoje é uma boa relação! Me dou muito bem com eles. (E10) A mãe dele se tornou como se fosse uma mãe. [...] Dos irmãos dele não tenho o que falar, quando ele começava a fazer as artes de me bater eles mandavam que eu largasse. Eles me davam apoio. Diziam que eu só apanhei porque eu continuava com ele, porque não ia embora. (E12) O irmão dele também chamava a atenção dele. (E9) Eles sempre me faziam bem, me ajudavam e na hora da violência sempre me defendiam. A irmã dele era um pouco mais velha e era uma mãe para mim, me defendia, me acolhia, trazia comida, dava apoio! [...] A mãe dele vivia me dando conselho para eu largar ele por conta do jeito que ele me tratava, da violência, por eu estar doente, todas as vezes que eu separava ela dava o maior apoio e quando acontecia de voltar ela chegava ao ponto de ficar sem falar comigo, ela dizia que eu era burra. (E2) Com a tia e prima dele minha relação também é ótima. (E6) A mãe dele desde o primeiro momento que ela me conheceu ela me avisou, ela dizia que ele sempre foi assim, o tipo de pessoa que não leva desaforo! (E4)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 2A (APÊNDICE F, p. 125)

Tal discurso remete a um contexto oposto ao que é apresentado pela família da mulher, refletindo-se em apoio, orientações e acolhimento. Para estas mulheres, a família do companheiro pode ter compensado a falta de apoio familiar e orientado o rompimento do ciclo da violência, convergindo para a construção de uma rede de apoio formada pela família do companheiro. Aqui percebemos que a compreensão familiar e as orientações estavam direcionadas para a necessidade de romper a relação afetiva enquanto estratégia para sair do vínculo conjugal permeado pelo ciclo da violência. É importante destacar que, segundo Scott (1996), as desiguais relações conjugais estão alicerçadas em relações de poder e somente diante de suas reformulações a mulher conseguirá romper com o ciclo da violência.

O próprio modelo atual de família, muitas vezes em regime de coabitação, instalado no mesmo ambiente, principalmente em famílias de baixa renda, faz com que os membros tenham mais conhecimento da vivência diária dos seus indivíduos, favorecendo igualmente o reconhecimento dos episódios de violência e podendo interferir na forma de orientações e apoio quanto às condutas a serem tomadas, podendo ser um fator de ajuda para as mulheres, como fica claro no discurso apresentado.

Ideia central síntese 1E - Anulação e dedicação aos filhos:

Esta ideia central síntese traz à tona a compreensão da vivência familiar reduzida à relação com os filhos, afirmando corresponder esse a um modelo social adequado de a mulher direcionar sua vida a uma dedicação integral aos cuidados com os filhos, como se pode ver no discurso abaixo:

Me dediquei 100% a meus filhos! Parei a minha vida e foquei na dos meus filhos. (E1) Devido à situação de saúde da minha filha eu parei de trabalhar para cuidar dela, porque ela tem um problema de saúde de rinite alérgica muito sério. (E11) Meu filho sempre foi o meu amigo, eu não tinha muito com quem conversar, então eu conversava muito com ele. (E5) O mais novo todo dia faz assim alguma coisa que me agrada para poder compensar, demonstrar que ele tá agradecido por ter tirado ele de onde ele sofria tanto, da casa do pai. (E2) Hoje só tenho agora o meu filho. [...] Sou a meu ver uma mãe boa porque não saio com ele para bar, ele não me vê com homem. Não sou uma mulher promíscua, eu sou uma mulher que toma conta só de meu filho, que se pode dizer dentro do traçado para mulher! Então eu acho que ele não tem muito o que reclamar! (E13) Hoje minha filha vive dizendo para

arranjar um namorado, diz que o meu casamento já morreu e eu insisto em usar o luto. Digo que não é assim, largar um e pegar outro, comigo não é assim! (E11) Mas não quero atrapalhar a vida de ninguém, não quero atrapalhar os programas dos meus filhos. Não quero incomodar ninguém. (E3)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 1, ideia central síntese 1E (APÊNDICE F. p.123)

Pelo discurso acima, percebe-se que, mesmo com o rompimento da relação conjugal e ainda que compreendendo que este é o elemento essencial para sair de uma situação de violência, a mulher ainda sente a necessidade de corresponder socialmente ao que é esperado dela, principalmente enquanto indivíduo que se comporta de forma recatada e que dedica seu tempo às suas atribuições sociais, principalmente a de cuidar dos filhos. Em outras palavras, a mulher continuou a ter a necessidade de corresponder aos anseios sociais como forma de ser aceita e respeitada no seu meio, o que faz pensar que romper a violência não deve ser compreendido como uma consequência de a mulher haver refletido e modificado a sua compreensão do gênero.

Com relação a isso, Saffioti (1992) afirma que a compreensão e as relações de gênero constituem concepções internalizadas por homens e mulheres de forma unidirecional. Ou seja, a reprodução desigual nas relações de gênero se deve à compreensão que homens e mulheres têm de seu papel social, não sendo algo imposto pelo sexo masculino, mas reproduzido naturalmente, consciente ou inconscientemente, por ambos os sexos.

Dentro deste contexto, podemos também asseverar que a mulher continua a se anular: sendo que, antes, ela aceitava um papel de anulação e submissão na relação com o companheiro. Com o fim desta relação, ela continuou a se anular como mulher e assumiu isoladamente o papel de cuidadora, de mãe, talvez apenas reorganizando o lugar antes assumido pelo companheiro e atualmente direcionado aos filhos, passando a supervalorizar este papel.

Para Vitorello (2011), a supervalorização da mulher no cuidado com os filhos surgiu juntamente com a familiar nuclear burguesa, quando a maternidade recebeu uma resignificação social e a valorização disto. Apesar das mudanças sociais, muitas mulheres até hoje dirigem as suas vidas para a função maternidade. Isto também pode ser percebido como um fator que influencia drasticamente as readequações familiares diante do término da relação, principalmente com respeito a não se valorizar o homem enquanto agente da educação dos filhos e a algumas mulheres resistirem em aceitar que o pai conviva com o filho, pois, para estas, a educação da criança deve ser exclusivamente de sua responsabilidade.

O discurso mostra, de forma clara, o quanto, atualmente, se separam os papéis dos pais com relação aos filhos. Para Vitorello (2011), existe uma distinção entre a figura paterna e materna na família, sendo real a naturalização de uma família composta apenas pelos filhos e pela mãe. Para o autor, a maior preocupação não está na presença de uma família monoparental, mas sim na naturalização da ausência da figura paterna, muitas vezes também presente no ambiente familiar, embora sendo neutro nas ações de educação dos filhos. Neste contexto, pode-se perceber que há uma readequação e um deslocamento do poder, antes centrado na figura paterna e baseado em um modelo masculino e agora substituído por uma autoridade absolutamente materna, percebendo assim o que se pode chamar de um esvaziamento da figura paterna no ambiente familiar (ROUDINESCO, 2003).

5.2.2 O discurso das mulheres sobre a relação com o companheiro

No que se refere à questão 3, “fale da relação com o seu companheiro”, foi possível construir os discursos e as ideias-centrais síntese abaixo apresentadas:

Quadro das Ideias Centrais Síntese do Discurso de Mulheres sobre a relação com o companheiro – Salvador – Jun. a Dez. 2012.

NÚMERO DE ORDEM	IDEIAS CENTRAIS SÍNTESE
01	3A – O cotidiano de violência 3B – Mulher como objeto de poder
02	3C – A violência durante a gestação
03	3D – O cotidiano de violência na relação com os filhos
04	3E – A humilhação

Berger e Kellner (1970) descrevem o relacionamento conjugal como o momento em que duas pessoas vão se unir, redefinindo suas individualidades. Dessa forma, o casamento vai representar um sistema de troca e reorganização de conceitos pela associação da percepção dos dois indivíduos, sendo esta ocorrência estabelecida desde os primeiros contatos e construindo as normas interpessoais que se farão presentes durante todo o relacionamento (FÉRES-CARNEIRO, 1998).

Dentro do pensamento da formação conjugal, dá-se ênfase à importância da qualidade das relações construídas e estabelecidas entre os membros (SINGLY, 1993). Nesta

perspectiva, compreende-se que a relação só deverá ser mantida se estiver baseada no prazer bilateral, no respeito e na valorização das individualidades e dos espaços conjugais, tendo como estratégia a minimização das assimetrias e as relações respeitadas e igualitárias, com a não construção e a valorização das assimetrias de poderes.

Atualmente, segue-se a percepção social da união conjugal associada com o amor, a sexualidade e o casamento, construída pela era burguesa, e agregada à idealização do espaço conjugal como um ambiente de plena felicidade e exercício do amor e sexualidade (NARDI; BENETTI, 2012). Ariès (1981) mostra que, dentro da ideologia burguesa, que estabelece um casamento por amor, aos cônjuges se impõe a obrigatoriedade de seguir as expectativas sociais, demonstrando socialmente seu amor, e a existência de um respeito bilateral no matrimônio, disso podendo ocasionar conflitos decorrentes da desilusão pelo não atendimento das expectativas, o que culminaria em relações desiguais.

Homens e mulheres, portanto, têm suas construções de identidade alicerçadas em relações familiares que ainda reproduzem as desiguais relações de poder, indo de encontro à simetria necessária para a construção de uma relação igualitária e respeitosa. Dessa forma, quando questionadas sobre a relação conjugal, diversas vezes as mulheres traziam à tona as mesmas representações do ambiente familiar, colocando o homem em uma posição central com relação ao grupo, sendo este a figura responsável por deter o poder e o controle dos indivíduos e o autor dos episódios de violência no meio familiar e conjugal.

Salientamos que a compreensão da vulnerabilidade à violência conjugal, quando esta estava presente na relação familiar, já é algo destacado na literatura, que coloca que a violência contra a mãe por um parceiro íntimo ou a violência infligida pelos pais é um fator que elevaria a probabilidade de vivenciar a violência conjugal nos futuros relacionamentos (RENNER; SLACK, 2006).

O estudo feito por d'Oliveira et al. (2009) identifica que as mulheres que presenciaram episódios de violência conjugal dos pais, independentemente da associação com outras variáveis, representam um fator de risco para a violência conjugal demonstrando, assim, que a violência se dá entre gerações. Uma das estratégias para alterar este cenário poderá ser a educação social relativa à igualdade nas relações de gênero.

Ideias centrais síntese: 3A - O cotidiano de violência; 3B - A mulher como objeto de poder

O trecho do discurso a seguir mostra que as ideias centrais apresentadas pelas mulheres convergem para a ocorrência de uma relação conjugal com traços de agressividade inicial que sucessivamente se intensificaram, demonstrando o caráter cíclico da violência conjugal.

Quando eu conheci, ele não demonstrou nada! (E9) Depois que a gente começou a morar junto é que ele passou a ficar um pouco agressivo, me xingava, me humilhava. (E12) Ele começou a mudar o comportamento dele comigo, a me tratar mal. (E10) Agora não posso dizer que sempre foi uma relação de companheirismo, porque companheirismo é troca e isso nunca existiu, ele sempre determinou o que ele queria. [...] Após as agressões ele nunca me pedia desculpa, o tempo ia passando, a gente ficava sem se falar um bom tempo e aí depois ele ia me dirigindo a palavra, eu ia respondendo, mas não havia um pedido de desculpa. [...] Quando eu voltava tinha a promessa que não ia fazer mais, que não ia agredir mais! Eu largava e ele que me procurava, vinha pedindo para voltar, dizendo que gostava de mim, me amava e que não queria mais fazer aquilo. [...] Era a questão da esperança, que ele ia mudar! (E5) Eu percebia que ao mesmo tempo que ele fazia algo que era perverso, ele fazia algo que me atraía, me seduzia, como se nada tivesse acontecido. (E7) [...]

Trecho do Discurso do Sujeito Coletivo, pergunta 3, ideia central síntese 3A (APÊNDICE F, p. 132)

O trecho acima demonstra que os indícios de violência estavam presentes desde o início da relação. Para Heise (1994), por conta da construção social que coloca o homem no centro do poder e da tomada de decisões na relação familiar, a mulher, provavelmente, acabava por naturalizar esta ocorrência.

Daí se infere que os indícios de violência muitas vezes estão presentes na relação, embora não sejam compreendidos pela mulher como tal, por serem considerados episódios esperados nas relações entre os cônjuges. Esta naturalização da detenção do poder por parte do homem pode ser atribuído à vivência familiar e social que também naturaliza estes episódios, podendo estas relações existir desde o contexto familiar. Em resumo, observa-se que a mulher vivencia a violência de caráter cíclico sem perceber que a relação com o companheiro se acha dividida em períodos de construção da tensão, explosão da violência e lua-de-mel.

Para Walker (2009), a primeira a descrever este ciclo ainda no ano de 1979, esta primeira fase abrange o acúmulo de tensão, norteadas por brigas constantes e insegurança e

diversas vezes denominada socialmente como a violência considerada normal e esperada na relação conjugal. Neste discurso, a construção da tensão ocorre porque o companheiro sempre determina as decisões do casal e se comporta de maneira possessiva. Outros comportamentos que levam a isso são a forma como o homem censura as condutas da companheira e a diminuição na frequência com que as mulheres tomam decisões.

A segunda etapa do ciclo é a explosão da violência. Nesta etapa, ela é claramente percebida e geralmente identificada, quando se expressa física e/ou psicologicamente. Neste período, norteados por episódios agudos de violência, normalmente a mulher passa a tomar decisões quanto ao seu posicionamento na relação, daí surgindo debates conjugais sobre separação e abrindo espaço para a terceira fase do ciclo, quando o companheiro demonstra arrependimento pelos atos cometidos. Para Schraiber et al. (2005), este terceiro momento é o período crítico da relação, pois o comportamento de arrependimento do companheiro e a esperança que a mulher tem de que a relação mude toma a direção da retomada do vínculo, o que dá início a um novo ciclo.

É importante acrescentar que a ilusão de que o companheiro vai mudar é a explicação mais adequada para compreender a permanência da mulher em um ciclo que dura anos, oscilando momentos alegres e tristes (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012). Chama a atenção também o fato de que a violência não se faz presente de forma súbita: ela é inserida e solidificada gradativamente na relação e principalmente percebida pela mulher. Neste sentido, o discurso ressalta que estas compreendem que a violência, apesar de estar presente desde o início da relação, se intensificou após a união estável ou casamento:

Ele queria mandar em mim! (E13) Na época de namoro mesmo eu tentei terminar o namoro com ele e ele não aceitava, ele já me ameaçava e isso foi indo. [...] Eu perdi empregos por causa dele, ele chegava na empresa e ficava lá o tempo todo, tinha muito ciúmes. (E5) Percebi que depois do casamento foi que veio piorar toda a minha vida com ele porque ele achava que passou a ser meu dono, que eu era um objeto, uma coisa que ele comprou, eu não tinha voz ativa dentro de casa, tudo era ele que mandava! Fiquei sendo mais propriedade dele! [...] Eu não tinha direito de sair, de me arrumar, quando ia para o trabalho não tinha o direito de passar um ferro no cabelo, não podia pintar a unha, não podia nada! Quando saía do trabalho eu vinha fedendo, porque se me arrumasse um pouco ele dizia que eu tava com homem na rua. (E12) Eu nunca pude ir fazer um mercado porque ele nunca permitiu que eu fosse, nunca permitiu que eu fizesse nada! Eu era como se fosse o robzinho dele. (E3) [...]

Ele não me deixava sair de casa, não deixava visitar parentes, não deixava parentes vir me visitar. (E2) [...]

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 3, ideia central síntese 3B (APÊNDICE F, p. 137)

É importante notar que na relação conjugal norteadora por assimetrias de poderes, a concretização viabilizada pelo casamento pode constituir o aumento das manifestações de violência, representando um divisor entre as ocorrências veladas, ou formas sutis de manifestações, e a intensificação de atos considerados cruéis pelas mulheres. A união estável representou, pois, a concretização da relação conjugal pautada em uma relação de poder do homem sobre a mulher.

Neste contexto, Madureira e Trentini (2008) acrescentam que a assimetria nas relações conjugais constitui um espaço propício para o exercício do poder. Vale destacar que a ideia de controle presente neste discurso se sobrepõe ao direito da mulher de tomar suas decisões, abrangendo também distanciá-la de familiares e amigos: quanto à forma como a mulher poderá exercer a sua liberdade e o seu modo de agir, vestir e se comportar, elementos fundamentalmente integrantes do direito à liberdade, conforme o estabelecido na Constituição Brasileira (1988), passariam a ser regidos pelo homem.

Em outras palavras, o controle do exercício da liberdade da mulher, tais como a maneira de se arrumar e o seu relacionamento social e familiar, já é uma forma de expressão da violência conjugal e abre brechas para julgamentos e atribuições de culpa por parte do companheiro. Muitas vezes, evitando estes episódios de violência, a mulher opta, cotidianamente, por seguir o que o companheiro estabelece como a forma adequada de agir e de se comportar socialmente.

Vale destacar que este posicionamento ocorre por medo, uma vez que não seguir o estabelecido poderá servir de desculpa a um maior número de privações e a um maior controle por parte do companheiro, ou seja, o temor de novos episódios de violência acaba por vulnerabilizar ainda mais a mulher. Em contrapartida, mesmo convivendo com o controle e a posse, as mulheres continuamente trazem em si a esperança de que a relação mude e de que tenham fim as práticas de violência por parte do companheiro, por isso elas continuam vinculadas a ele.

Assim, essa esperança é o principal fator que faz com que a mulher ainda permaneça no ciclo da violência conjugal, principalmente porque, depois dos episódios de agressão, tem início a fase de arrependimento, os pedidos de perdão, as juras de amor e as promessas de

mudança. Nesse contexto, pode-se dizer que as mulheres se submetem a isso, como podemos ver no trecho abaixo:

[...] Eu fico triste porque durante um tempo eu descobri essas coisas e não tomei providências, é como se eu tivesse permitindo essa situação por achar que ele ia mudar, achava que era uma coisa passageira e me submeti! Na realidade as coisas aconteceram porque eu não tomei providência, tudo não começou de vez. [...] Hoje eu vejo os meus erros, vejo que eu não me posicionei, não fui mais clara. [...] Hoje, avaliando, eu tive muitas falhas, eu fui uma pessoa omissa, apagada, não me coloquei nessa situação. (E11) Hoje nós somos inimigos, ele não fala comigo e nem eu falo com ele. (E6)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 3, ideia central síntese 3A (APÊNDICE F, p. 132)

O trecho que acabamos de ver mostra que a mulher tem consciência de que a permissividade na relação com o companheiro foi o que a fez dar poder ao parceiro íntimo. Entretanto, esta compreensão já pode representar o elemento que faz entrever a mudança de posicionamento por parte da mulher e a reflexão referente ao delineamento da relação conjugal.

Para Freire (1979), a tomada de consciência representa o momento em que se ultrapassa a vivência de opressão espontânea, alcançando a esfera crítica da realidade, viabilizando se afastar da ideia de objeto. Dessa forma, a conscientização é, neste ponto de vista, a compreensão da realidade, diretamente associada ao desvelamento da vivência que, no caso destas mulheres, é a relação conjugal violenta, permitindo sua análise crítica e uma penetração na essência do fenômeno.

Para que estas mulheres alcançassem a compreensão de suas vivências foi necessária, pois, a inserção crítica na sua história, assumindo o papel de sujeitos e refazendo seus posicionamentos. Ou seja, a tomada de consciência se deu quando elas tomarem posse da realidade, se afastando de uma ficção utópica alicerçada na esperança da mudança do companheiro.

Esta reflexão é importante, porque evidencia a consciência que tem a mulher da percepção de sujeito e não de objeto, esta última sendo a compreensão que leva à violência. Assim, a partir do momento em que ocorre a consciência de sua vivência, criam-se direcionamentos para a saída da relação de violência, o que vai de encontro a uma cultura que naturaliza socialmente a condição de submissão do sexo feminino ao sexo masculino, traço que ainda está fortalecido no meio social.

Dessa forma, o discurso construído mostra que a mulher tomou consciência de sua vivência de violência e, durante longo período, permitiu uma relação norteada em diversas formas de violência, conforme o trecho abaixo:

Ele passou a me agredir por bobagem! (E5) Ele me agrediu muito psicologicamente. (E13) Ele saía, tomava todas e quando chegava me chamava de puta, cachorra e vagabunda. (E3) Tinha vezes de chegar com raiva da comida, aí ele pegava a comida, ou o mingau da criança, e jogava para cima. Pegava minhas coisas e quebrava, minhas roupas rasgava, até a roupa que tava no meu corpo. (E15) Ele já chegava quebrando tudo! Dizia que ia me matar, que ia sair para comprar um revolver. (E6) Ele me chamava de vagabunda, dizia que eu era pior que uma vagabunda porque eu não queria fazer sexo anal com ele, praticamente me forçava. Era um sofrimento! (E8) Ele queria sexo a todo custo, me batia, me mordida! Cada vez que começava a fazer sexo e eu não queria ele ia ficando muito violento comigo e eu acabava sempre na emergência. [...] Ele até já me trancou e me amarrou para fazer sexo a pulso, foi a cena pior! [...] Ele me enforcava muitas vezes, eu vivia com o corpo cheio de marcas, era ruim demais, era corpo, coração, a alma, tudo! (E2) Ele começava com insinuações, “alguém tá pegando! Deve ter outro!”, aí você é obrigada a ceder para evitar ouvir certas coisas. Porque para mim me feria mais ouvir isso do que ter relação com ele. [...] Até que um dia ele chegou a tentar me matar com uma tesoura, para me defender fiquei com a mão toda perfurada! (E1)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 3, ideia central síntese 3A (APÊNDICE F, p. 132)

O discurso acima demonstra o cotidiano de violência a que a mulher se submetia na relação conjugal, manifestada por meio da associação das formas de expressão psicológica, moral, patrimonial, sexual e física, conforme o categorizado pela Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006a). Em face da violência conjugal, é importante compreender que na vivência dessas mulheres os episódios de agressão passam a fazer parte da rotina e tendem a se acentuar e a se agravar com o passar do tempo.

A naturalização destas ações, atualmente, se deve principalmente à influência da impregnação das identidades culturais de homens e mulheres, que toleram as manifestações de agressividade e naturalizam socialmente a violência contra a mulher, o que dificulta, inclusive, o reconhecimento, por parte destas, das agressões sofridas como sendo uma forma de expressão da violência. Os principais elementos que influenciam nesta ordem social são a dominação masculina, patriarcal e relacional, levando à divisão de papéis de dominação e

vitimização. Toda esta abordagem da violência conjugal deve levar em conta também a violência como uma expressão de poder, exercida pelo homem sobre a mulher (GIROTTI, 2010).

Com relação às formas de violência apresentadas neste trecho do discurso, a violência física é aquela que ofende a integridade ou a saúde corporal da mulher, conforme conceitua BRASIL (2006a), no discurso presente em expressões como bater, morder, enforçar. Quanto à violência física, é importante acrescentar que, apesar de esta forma de expressão ter maior visibilidade no meio social, é necessário compreender que ela não vem de forma isolada, estando associada a outras formas de violência. Entretanto, infelizmente, apenas diante da violência física a maioria das mulheres identifica sua vivência de violência e busca estratégias para sair do ciclo.

Isto é corroborado por vários estudos, como os de Lamoglya e Minayo (2009), que mostram que mais da metade das mulheres (53%) que procuraram uma delegacia no Rio de Janeiro para abrir um boletim de ocorrência tinham como queixa principal a lesão corporal, seguida por ameaça e tentativa de homicídio (39%). Ou seja, na maioria das vezes, só existe a procura por apoio para sair do ciclo da violência quando a permanência na relação conjugal representa um risco para a integridade física das mulheres e quando implica alto risco de vida.

No que diz respeito à violência psicológica, esta é entendida como aquela que resulta em dano emocional, redução da autoestima ou controle de ações, comportamentos ou crenças, e que se expresse por meio de ameaças, constrangimentos, isolamento ou qualquer ato que venha a limitar o direito à liberdade (BRASIL, 2006a). No discurso, isto ocorre sob a forma de ameaças, controle das ações e o isolamento dela de familiares, situações que podem minimizar o poder de ação da mulher e impedi-la de usar estratégias que visem a romper com o ciclo da violência.

No que concerne à violência sexual, no discurso ela é identificada pela obrigação da mulher de realizar o ato sexual mesmo contra a vontade: o fato de ela não permitir o ato sexual, mostra a depoente, é um fator desencadeante da agressão física, como tal sendo realizado mediante ameaça ou força física. Brasil (2006a) diz que este tipo de violência ocorre quando o parceiro íntimo constrange a parceira a presenciar, manter relação sexual não desejada ou dela participar, utilizando-se de intimidação, ameaça, coação ou uso da força, bem como a induz a comercializar a sexualidade ou a impede de usar qualquer método contraceptivo, sendo alguns destes pontos identificados nos relatos presentes no discurso acima.

Outra forma de expressão da violência apresentada é a moral, identificada no discurso quando as mulheres citam um cotidiano de violações de direito e julgamento, bem como de xingamentos, sendo definida como “condutas de calúnia, difamação ou injúria”. Já a expressão patrimonial é “entendida como qualquer conduta de retenção, subtração, destruição de bens ou documentos” (BRASIL, 2006a, p.3) e é identificada no discurso pelo ato de jogar comida fora, destruir objetos e/ou roupas praticado pelo marido.

Percebe-se, pois, que a violência no cenário conjugal pode se manifestar de diversas formas, todas com consequências para a integridade física e/ou emocional da mulher, desde episódios de maus-tratos até as formas consideradas socialmente como sutis, como, por exemplo, as torturas psíquicas diárias (DINIZ ET AL., 2011). Diante disso, o grande desafio a ser superado é conseguir minimizar a construção da violência conjugal, desmistificando a ideiação de vítima e autor.

A necessidade de desmistificar estas ideias sociais de homens e mulheres precisa estar associada também à compreensão de que os episódios diários de violência vivenciados por estas mulheres ocasionam perdas consideráveis em suas conquistas sociais e na qualidade de vida. Para o Banco Mundial (2006), alguns dos dados que refletem esta perda social pela vivência de violência pelas mulheres são salário inferior para a mulher que não está em situação de violência; perda de um dia de trabalho e cada cinco; a cada cinco anos um ano de vida saudável perdido, entre outras perdas sociais e pessoais.

Para Ribeiro e Coutinho (2011), todos estes questionamentos mostram que as consequências da vivência de violência conjugal não estão limitadas aos aspectos físicos, emocionais e sociais, tais como agravos à saúde física, reprodutiva e mental das mulheres, culminando também em resiliências e na falta de perspectivas com relação à possibilidade de sair do ciclo da violência.

Ideia central síntese 3C: A violência durante a gestação.

A gravidez é um fenômeno natural que ocasiona profundas transformações psicológicas, sociais e corporais em um curto espaço de tempo. Neste contexto, Campos e Teixeira (2010) acrescentam que estas alterações podem ocasionar um período de crise, deixando a mulher mais vulnerável, pela readaptação e readequação a papéis da relação familiar e conjugal, podendo estar associado mudanças emocionais, tais como alterações de humor, inquietação, irritabilidade, preocupação e depressão, decorrentes da ansiedade que se instala no ciclo gravídico e da mudança da imagem corporal e de identidade.

Todas estas alterações decorrentes do período gestacional podem interferir na dinâmica familiar e, segundo Maldonado (2000), deixam a mulher ainda mais vulnerável aos estímulos externos, além de minimizar o grau de tolerância a situações que antes não a abalavam, principalmente em face de uma gestação não desejada. A gravidez representa, em suma, um período crítico da mulher e na relação conjugal violenta esta crise tende a se agravar, como podemos observar no discurso abaixo:

No início eram flores, era tudo muito bem, mas ele não me avisou que ele não queria filhos! [...] Eu não podia tomar remédio porque eu tinha displasia e ele não queria usar preservativo. Quando engravidei, ele não queria, ele me ameaçava, dizia que se eu tivesse filho eu perdia o marido e assim aconteceu! (E10) Para dizer a verdade foi desde que eu engravidei, ele começou a me maltratar, a me xingar, a me bater. (E9) Aí eu fui levando porque eu engravidei. Tive que manter o casamento, não quis fazer o aborto e depois o filho nasceu, preferia me submeter a isso, sabendo que meus filhos iam ter certo conforto. (E1) Teve uma vez mesmo que eu fui fazer a consulta do pré-natal só que nesse dia a médica atrasou, quando cheguei em casa já era quase uma hora da tarde, ele estava plantado na esquina me esperando, quando nós entramos ele fechou o portão, eu com um barrigão e ele me deu um tapa nas costas tão grande que eu chega senti aquela coisa, pensei até que eu ia perder o meu bebê! (E5) Ele me jogava no chão e quase pisava na minha barriga. (E15) Então eu vivi uma gestação com medo, é tanto que o meu filho nasceu prematuro, com sete meses. (E7)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 3, ideia central síntese 3C (APÊNDICE F, p. 140)

A violência conjugal que atinge a mulher no período gestacional ganha maior ênfase porque a deixa mais vulnerável em um momento em que, fisiologicamente, ela já se encontra frágil física e emocionalmente (AUDI, 2008).

A identificação da gestação como fator desencadeante de episódios de violência também é citado por Pazo e Aguiar (2012), que estudando 413 registros do Disque Mulher, se deu conta de que, para algumas mulheres, a violência conjugal estava associada com a rejeição do cônjuge e com a gravidez. Em resumo, a literatura ainda é contraditória com relação à abordagem da gestação enquanto fator de proteção ou enquanto processo desencadeador da violência, tendo alcançado, em revisão de literatura realizada por Gazmararian et al. (1996), um índice de 0,9% a 20,1% de violência conjugal durante a gestação.

Dessa forma, podemos dizer que a ocorrência, iniciação ou intensificação dos atos de violência na gestação vai de encontro a alguns estudos que apontam a gravidez como fator de proteção para a violência (BRASIL, 2012c). Segundo o discurso, a relação conjugal começou a ser violenta após o descobrimento da gestação, ou seja, para estas mulheres a gravidez não planejada e não aceita pelo companheiro representou o motivo para a ocorrência de ameaças, abandono e término do vínculo conjugal.

Também são a discutir os impactos decorrentes da vivência dessa violência. Neste contexto, Watts e Zimmermana (2002) afirmam que a vivência de violência durante a gestação pode ter consequências graves para a mulher e para o conceito, implicando também a interrupção da gravidez.

Com relação a isso, estudo realizado por Diniz et al. (2011) com mulheres que realizaram o aborto mostra que quase metade das mulheres abordadas fizeram referência à vivência de violência doméstica durante a gravidez atual, sendo este o motivo do aborto de 67% delas. Ou seja, para este estudo havia uma relação entre a vivência de violência e o aborto provocado. Coker, Sanderson e Dong (2004) também incluem a prematuridade entre as consequências da violência conjugal para o desenvolvimento fetal. Outros problemas apontados pela OMS (2010) são o aborto espontâneo, o natimorto, o trabalho de parto prematuro e o baixo peso ao nascer.

Um dos elementos que influi nas complicações perinatais é a forma inadequada do acompanhamento pré-natal realizado por essas mulheres, segundo o que foi evidenciado por Moraes, Arana e Reichenheim (2010). Esta inadequação da atenção à saúde pode estar associada até mesmo com a proibição por parte do companheiro do direito da mulher de sair para realizar consultas ou exames, sendo este o período em que se estabelecem os julgamentos e episódios físicos da violência.

Outra consideração a ser feita diz respeito à sensibilidade dos profissionais de saúde de buscar estratégias para identificar os reais motivos que fazem as mulheres abandonarem o acompanhamento pré-natal. Diversas vezes, a abdicação do atendimento em saúde é visto como impregnado por julgamentos negativos na avaliação dos profissionais, diversas vezes não sensibilizados para o problema da violência conjugal e sem estar conscientes de que esta é uma ocorrência de identificação compulsória, conforme fica evidenciado na Lei 10.778 (2003b).

É importante deixar claro que, apesar de não existir um consenso quanto à questão de o período gestacional representar um fator de proteção ou desencadeador dos episódios de violência, Chan (2009) fortalece a ideia de que homens que já apresentam um histórico de

comportamento possessivo e violência são os que estão mais predispostos a cometer atos de violência contra sua parceira íntima durante o período gestacional e a direcionar estas agressões aos filhos.

Ideia central síntese 3D: O cotidiano de violência na relação com os filhos

É importante compreender que não é apenas a mulher que passa a sofrer quando é vítima de violência, mas todo o círculo familiar. Entretanto, com a construção da família moderna, formada principalmente por um núcleo com pais e filhos, estes passam a ser os únicos a presenciar o cotidiano de violência entre os pais, podendo igualmente se tornar alvo dos episódios, como observamos no trecho do discurso abaixo:

[...] Ele (companheiro) também ficava muito olhando para ela (filha) quando ela ia se arrumar para ir para a escola. (E9) Ele não dava amor, ele só dava porrada. Qualquer coisa que o menino (filho) fazia era motivo para porrada e era pancada de dar em homem! (E12) Ele renega, maltrata sorrateiramente, de modo que a criança às vezes nem percebe. [...] O menino hoje já mostra problemas psicológicos com relação à agressão. (E13) Na verdade, ele nunca botou autoridade como pai, e sim como um ditador, gritando, com violência, que ela (filha) não é nada, que ele que banca tudo! Como se o dinheiro dele desse autoridade dele fazer o que faz com a gente. [...] No final foi ela que prensou ele para ele sair de casa. [...] Ela não quer que ele volte e ela me disse que se eu permitir que ele volte quem vai sair é ela. (E11)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 3, ideia central síntese 3D (APÊNDICE F, p. 142)

A presença de um pai, nos discursos acima, considerado o perpetrador dos episódios de violência contra os filhos, vai de encontro a uma figura paterna idealizada socialmente como o responsável por propiciar educação, cuidado, carinho e proteção a sua prole. Ferreira (2002) acrescenta que a violência infantil tem como principal cenário de ocorrência o ambiente familiar, apesar de não se limitar a este espaço.

Dentro do ambiente familiar, a violência contra os filhos pode se manifestar por meios físicos (as agressões diretas à integridade física dos filhos), patrimonial (destruição ou privação de objetos), psicológica (por meio de ameaças, coerção, entre outros), moral (lesão à integridade moral e julgamentos) e sexual (obrigatoriedade de presenciar a violência sexual

dos pais ou de participar de alguma prática sexual). A maioria dessas formas foi identificada ao longo dos trechos do discurso.

Apesar de compreendermos que a vivência em um ambiente familiar norteado pela violência entre os pais repercute ativa e passivamente na vida dos filhos, ainda há, na literatura nacional, uma lacuna com relação aos riscos a que estes indivíduos estão expostos, abarcando apenas a violência perpetrada diretamente contra crianças e adolescentes. (DURAND ET AL., 2011).

Apesar dessa deficiência, o discurso deixa claro que, inicialmente, a violência infligida pelo parceiro íntimo tinha como foco atingir a mulher, apesar de utilizar como estratégia as ações direcionadas aos filhos, que, posteriormente, também passaram a ser alvo direto dos episódios de violência.

Ele disse que não ia registrar a criança, que se eu quisesse que fosse para a justiça. (E7)
Quando minha filha nasceu a gente brigava até com a menina no colo, ele impedia que eu desse de mamar, puxava meu cabelo, dava tapa no meu rosto eu com a criança no colo. (E15)
Com um tempo esse homem começou a machucar a menina, pegava a menina pelo pé e eu tinha aquela preocupação do que ele ia fazer com ela. (E6) *Ele já chegou a agredir a minha menina, minha menina tomava a frente para ele não me agredir e acabava sendo agredida, ela já chegou a tomar um murro! Teve uma vez que minha filha tava com fome e aí eu fui pegar mais comida para ela, aí ele chegou, apertou ela pelo braço, jogou ela lá longe e ficou reclamando porque aquela comida era dele e era para colocar só para ele. (E9) [...]*

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 3, ideia central síntese 3D (APÊNDICE F, p. 142)

Aqui podemos identificar que a violência inicialmente era direcionada apenas à mulher, apesar de os filhos acabarem sofrendo as consequências de presenciar estas vivências. Entretanto, talvez até como estratégia para vulnerabilizar ainda mais a mulher, o parceiro íntimo passou a dirigir a violência também aos filhos.

Com relação à forma como se estabelece a violência contra os filhos, Carvalho, Galvão e Cardoso (2009) acrescentam que esta violência também tem como base as relações de poder, uma vez que o autor também constrói uma relação de poder com a vítima, que, no caso dos filhos, pode abranger as formas física, econômica e emocional. Vale ressaltar que Adeodato et al. (2005) afirmam que os episódios de violência com os filhos podem se intensificar, caso se associem a outros elementos: para o autor existe, por exemplo, uma correlação entre consumo de álcool e maior agressão aos filhos.

Ideia central síntese 3E: A humilhação

A sociedade constrói o modelo ideal ou estereótipo a ser seguido por homens e mulheres. Para Chauí (1997, p. 116), o estereótipo pode ser definido como um “conjunto de crenças, valores, saberes, atitudes que julgamos naturais, transmitidos de geração em geração sem questionamentos, e nos dá a possibilidade de avaliar e julgar positiva ou negativamente ‘coisas e seres humanos’”.

Espera-se das mulheres um comportamento que se adeque a um estereótipo de obediente, controlada, correta, mãe delicada e que não infrinja o traçado padrão da mulher. Visando, portanto, a ser aceita no seu grupo familiar e social, ela passa a tentar se aproximar o máximo possível desta idealização, compreendendo que não satisfazer estas imposições pode resultar em julgamentos e prejuízos referentes a sua aceitação social e familiar, principalmente dentro do cenário conjugal.

De acordo com Silva (2010), na construção social a mulher deve ocupar um lugar de menor destaque, uma vida direcionada, principalmente, para a criação dos filhos e os cuidados com o lar, ou seja, uma vida voltada para a vida privada. Todo esse cenário é feito de elementos que fazem com que a mulher acredite que seguir os padrões sociais seja indispensável para também construir um relacionamento conjugal pautado no respeito com o cônjuge, recebendo o mesmo tratamento, o que não ocorre segundo o discurso abaixo:

Sempre fui fiel! Respeitei (E1) e ele desde o começo me destratava. Ele me reduzia a nada como mulher e isso era mais danoso do que apanhar! (E13) Um dia ele virou para mim e falou “ninguém mais te quer, você já tá velha, acabada!”. Ele acabava me destratando, me colocava lá em baixo. (E7) Ele dizia coisas terríveis, que eu era inútil, não servia para nada, que era pior que as vagabundas da rua porque não fazia o que ele queria. (E8) Quando é agora ele me arranjou uma mulher. (E6) Passava praticamente por frente da porta e quando eu ia falar alguma coisa ele ainda achava ruim. [...] Ele ficava dizendo que eu era uma mulher doente porque eu tirei o útero. Ainda vinha dizer que ele pegava outra na rua porque eu não fazia o que elas faziam com ele, eu não era mulher para ele! (E12) Ele tinha várias, ele nunca deixou de ter. [...] Já chamei diversas vezes para conversar e ele não mostra o menor interesse, ele só queria ficar na boa, com aquela presença humilhante (E11).

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 3, ideia central síntese 3E (APÊNDICE F, p. 145)

No discurso acima a mulher inicialmente se apresenta como alguém que corresponde socialmente ao papel a ela outorgado: a de alguém fiel e que respeita o seu parceiro íntimo, ou seja, enquanto indivíduo que corresponde integralmente ao estabelecido em um relacionamento conjugal mas que, no entanto, não recebe a mesma forma de tratamento pelo companheiro.

O relato dos homens, na fala das mulheres, mostra uma série de julgamentos estabelecidos pelos estereótipos de mulher: mãe, cultuadora da beleza, aquela que serve ao homem, cuidadora e fértil. Não corresponder a isso significou estar inapropriada para permanecer na relação e contribuiu para aumentar a vulnerabilidade a uma vivência baseada em humilhações.

A forma como o homem cultua a necessidade de uma mulher bonita e fértil também está alicerçada na cultura social, uma vez que se estabelece a importância do corpo da mulher como elemento necessário para a procriação, e não corresponder a tal, como no caso da mulher que se submeteu à histerectomia, significa ser a razão, dentro destas relações, para episódios de violência, sob a forma de julgamentos, abandono e traição.

A visão de traição atribuída ao homem e à mulher é construída de formas diferenciadas na sociedade, devido à influência do gênero. Ao mesmo tempo em que socialmente se fortalece a ideia da traição do homem como compreensível, perdoável e natural, da mulher se espera uma fidelidade ao relacionamento, a traição sendo inaceitável e imperdoável. Para Madureira e Trentini (2008), um dos fatores que levam à traição é que o homem não reconhece como infidelidade ou traição os relacionamentos que mantém ocasionalmente.

Vale acrescentar que a traição também pode ocasionar outras consequências além da emocional, tais como o sentimento de abandono, por exemplo, implicando igualmente a vulnerabilidade a doenças como a AIDS. Para Rodrigues et al. (2012), o sofrimento advindo da traição ocasiona maiores consequências na mulher do que o contágio por uma DST, uma vez que a doença neste cenário passa a ser encarada apenas como a comprovação da traição e da promiscuidade masculina, e como obrigatoriedade social de um comportamento baseado na submissão feminina às condutas masculinas.

5.2.3 O discurso das mulheres sobre o atendimento nos equipamentos no que diz respeito à violência

Com relação à pergunta de nº 6, “Fale da procura de atendimento em outros serviços, no que diz respeito à violência”, os relatos das entrevistadas possibilitaram construir os discursos e as ideias centrais síntese abaixo apresentadas:

Quadro das Ideias Centrais Síntese do Discurso das Mulheres sobre o atendimento nos equipamentos no que diz respeito a violência – Salvador – Jun. a Dez. 2012.

NÚMERO DE ORDEM	IDEIAS CENTRAIS SÍNTESE
01	4A - Se sentiu acolhida nos equipamentos da rede
02	4B - Não se sentiu acolhida nos equipamentos da rede

Através do movimento de mulheres, entre eles o Movimento Feminista, iniciado na década de 1970, se criaram estratégias para a visibilização, assistência e superação da violência de gênero. As mudanças sociais estreadas por estes movimentos foram firmadas através de tratados e conferências que pressionavam os países a adequar o sistema assistencial, jurídico e social para conseguir contemplar os critérios estabelecidos nestes mesmos tratados e conferências e que traziam elementos essenciais sobre os direitos das mulheres.

As pressões sociais advindas destes movimentos e das mudanças sociais se voltaram para a obrigatoriedade de se construir leis específicas no sentido de legislar nos casos da violência de gênero, culminando com a promulgação da Lei 11.340 no ano de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha. Esta lei criou os mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabeleceu a forma de assistência e proteção a ser realizada para esta demanda no nível do atendimento policial, da atuação do ministério público, judiciário e da equipe multidisciplinar (BRASIL, 2006a).

Como decorrência da promulgação da Lei Maria da Penha, atualmente, no concernente ao atendimento nos equipamentos da rede de atenção à mulher em situação de violência conjugal, três setores se destacam: a saúde, a justiça e o social. Para Mochnacz (2009), nestes setores atuam diversas categorias profissionais que devem se organizar de forma a conseguir estabelecer os fluxos de atendimento entre os equipamentos, buscando, assim, viabilizar meios para o atendimento integral e a resolução do problema apresentado.

Dessa forma, a construção da rede entre setores visa a assistir à multiplicidade dos problemas envolvidos nos casos de violência contra a mulher, compreendendo a existência da interdependência e da complementariedade dos serviços como eixo primordial para um atendimento integral e resolutivo. Este pensamento é fortalecido por Schraiber, d'Oliveira e

Couto (2009), que consideram a violência contra as mulheres como um tema complexo e sensível no campo da intervenção, já que é construído através de elementos e características sensíveis, sendo um objeto de intervenção fugidio e instável.

Para assistir à mulher em situação de violência conjugal, portanto, é essencial a integração de profissionais de diversos setores assistenciais, com ênfase nas áreas de saúde, jurídica, policial e social. Em relação às atuações, no cenário da saúde destacam-se as ações de tratamento e prevenção dos agravos físicos e emocionais; na assistência jurídica serão acordadas as definições referentes à separação, guarda dos filhos, direitos sobre bens e orientações de situações enquadradas como crimes; na assistência policial ocorrerá a denúncia de crimes, registro das queixas, proteção em situações de urgência e possibilidade de riscos potenciais, enquanto a assistência social deverá agir para nortear as ações de benefícios sociais que direcionem para a melhoria na condição de vida e/ou contribuir para o enfrentamento da violência (BRASIL, 2010b).

Vale salientar que a complexidade do problema sofre direta interferência das suas múltiplas dimensões. Dessa forma, a violência conjugal se caracteriza como objeto transdisciplinar que exige a composição de diversos conhecimentos, sendo uma assistência isolada de um único campo considerado insuficiente para abarcar o problema de forma integral e resolutiva. Outro elemento que influi nesta assistência é o sentimento de incapacidade carregado por muitas das mulheres que procuram auxílio nestes equipamentos. Não ser assistida de forma qualificada, pois, poderá ser um componente a mais na vulnerabilidade da mulher ao contexto da vivência da violência conjugal.

Ideia central síntese 4A: Sentiu-se acolhida nos equipamentos da rede

O trecho do discurso a seguir mostra que as ideias centrais apresentadas pelas mulheres convergem para a ocorrência de uma assistência acolhedora nos equipamentos da rede de atenção:

Eu gostei, as pessoas foram bem atenciosas, se preocuparam muito comigo, com meu estado, estava naquela fase inicial, tava perdida mesmo, não sabia o que fazer e aí me orientaram. (E15) Fui muito bem atendida. (E1) Eu tava cheia de marcas, toda ferida, cheguei lá na delegacia e um rapaz veio me atender, comecei a relatar o caso e ele paciente, não ficou de mau humor, ficou até três horas da tarde me atendendo. (E8) Fui também no Conselho Tutelar e (E5) os serviços foram muito acolhedor! [...] Quando sofri a violência sexual fui

para o IML, lá a assistente social foi muito cuidadosa com o atendimento, o exame é constrangedor, mas o médico também foi acolhedor. Fui na DEAM para dar queixa e a delegada foi super cuidadosa na forma de abrir a queixa, no sigilo, ela tinha muito cuidado ao telefonar para a minha casa, de não dizer de onde era, porque eu não queria que os meus pais soubessem. (E7) [...]

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 6, ideia central síntese 4A (APÊNDICE F, p. 155)

Percebemos que, ao falar sobre a assistência na rede de atenção à mulher em situação de violência conjugal a mulher valorizou a forma acolhedora com que foram assistidas pelos profissionais. Com relação ao termo utilizado, Miranda e Miranda (1990) afirmam que a palavra acolher é compreendida socialmente como o simples ato de, se transmitir receptividade e interesse no encontro com o outro, valorizando a sua presença e o seu relato.

Neste sentido, o acolhimento passa a representar a humanização do atendimento entre trabalhadores e usuários dos serviços, pressupondo a limitada obrigatoriedade da garantia do acesso ao equipamento e da escuta dos problemas a serem apresentados pela usuária durante o atendimento. Merhy (1994) acrescenta que para existir um atendimento acolhedor é imprescindível existir uma resposta às questões solicitadas e o compartilhamento da responsabilização pela busca de soluções. É importante compreender também que para existir o acolhimento, no verdadeiro sentido da palavra, é essencial que o serviço consiga acolher toda a demanda, garantindo uma qualidade satisfatória do atendimento, resolvendo os problemas apresentados e inserindo as usuárias na rede de atenção, encaminhando-as para outros equipamentos dependendo da demanda apresentada pela mulher (CARVALHO ET AL., 2008).

A partir dessa reflexão, percebe-se que a mulher faz uma avaliação parcial do atendimento, dando a entender que não compreende a magnitude da assistência a ser realizada. Durante as falas, elas não fizeram referência à resolutividade da atenção nem ao atendimento integral como um passo necessário para se alcançar a resolutividade da demanda. Percebe-se, portanto, que existe uma limitação na compreensão da relação entre objetivo almejado e o tipo de atendimento a ser realizado pelo equipamento.

Um dos elementos que pode influenciar esta percepção fragmentada é a existência de diversas situações em que estas mulheres são julgadas e ainda mais vitimadas, no seu meio social e familiar, por vivenciar a violência conjugal. Encontrando, pois, profissionais que não tenham o mesmo comportamento, elas constroem a percepção de uma assistência adequada, sem muito considerar se a atenção viabilizada corresponde à demanda apresentada.

Assim sendo, o conceito de acolhimento deve passar pela postura e pela reorientação de serviços, pressupondo uma atitude receptiva para a escuta individualizada, alcançando também a perspectiva técnica com a instrumentalização dos procedimentos e ações organizadas para o processo de trabalho (MEDINA, PENNA; 2008).

Esta compreensão de atendimento limitado ao acolhimento, de atender bem e não integralmente, também foi identificado nos relatos relativos aos serviços de saúde, como podemos ver no trecho do discurso abaixo:

[...] No serviço de saúde encontrei um médico maravilhoso, ele foi um ser humano maravilhoso, o gesto marcou! (E14) Quanto à emergência eles me tratavam muito bem, iam me atendendo imediatamente porque já sabiam do meu caso. [...] Inclusive uma das médicas sentou comigo numa madrugada e conversou: “Olha, se você continuar assim você vai morrer! Se aqui não tá dando vá para a casa dos seus pais. Veja uma forma de você ir embora, de você sair dessa violência. Procure tirar seus filhos do meio disso!” (E2)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 6, ideia central síntese 4A (APÊNDICE F, p. 155)

Percebe-se aqui que as mulheres identificam, nos serviços de saúde, um equipamento que também atuou de forma receptiva e acolhedora, o que fez com que a mulher sempre retornasse à instituição desde que se apresentavam consequências físicas da vivência de violência conjugal.

Em face disso, os profissionais de saúde devem estar atentos a esta demanda, uma vez que, independentemente do nível de atenção, eles podem se defrontar com esta situação, o que necessita de um olhar diferenciado, acolhedor, humanizado e resolutivo a ser sentido e vivido por parte de quem é cuidado (MORAIS; MONTEIRO; ROCHA, 2010). Outro elemento a ser pontuado é que a maioria destas instituições está próxima à comunidade, sendo constantemente procurada constituindo um importante espaço de acolhimento e apoio, não devendo representar mais um obstáculo na busca de ajuda pelas mulheres em situação de violência conjugal (BORSOI; BRANDÃO; CAVALCANTI, 2009).

Pelo fato de a vivência de violência ocasionar consequências sintomatológicas nas mulheres e pelo fato de os equipamentos de saúde estarem próximos à comunidade, diversas vezes estes serviços são procurados para assistir a esta demanda. Entretanto, nem sempre durante a atenção as mulheres falam a respeito da vivência de violência ou são instigadas pelos profissionais a fazê-lo. Para Signorelli, Auad e Pereira (2013), a dificuldade em relatar estas vivências e a falta de sensibilidade dos profissionais para abordar esta demanda podem

fazer com que as mulheres que constantemente procuram os serviços de saúde sejam julgadas, diversas vezes como clientes "poliqueixosas", devido à diversidade de sinais e sintomas físicos e psicológicos verbalizados e à dificuldade que têm estes sintomas de ser localizados, explicados, diagnosticados e tratados do ponto de vista do modelo biomédico.

Entretanto, apesar de, no trecho do discurso, a mulher fazer observações positivas com respeito à atenção à saúde, não percebemos que esta ocorreu de forma adequada, uma vez que a assistência se volta apenas para a atenção às queixas físicas apresentadas, não abarcando a magnitude do campo de atuação diante de uma mulher com vivência de violência conjugal. Assim, pode-se avaliar que a atenção dada a estas mulheres ocorreu de forma limitada, o que pode ser representado por um cuidado parcial.

Esta ocorrência pode ser percebida, uma vez que os relatos das mulheres se limitam a apresentar um atendimento em saúde norteado pela sensibilidade à problemática, já que os profissionais procuram assistir à mulher imediatamente quando esta chega ao serviço, e a uma atuação profissional sensível quanto à forma de agir, com limitações, no entanto, no que se refere à intervenção.

Uma das coisas que percebemos é que com nenhuma das mulheres se abordou a questão da obrigatoriedade de notificação da violência conjugal vivenciada. Apesar disso, desde 24 de novembro de 2003, quando foi promulgada a Lei nº 10.778, os serviços públicos e privados em saúde são obrigados a realizar a notificação compulsória de todos os casos de violência contra a mulher que for atendida na instituição (BRASIL, 2003b). Entretanto, a necessidade da notificação não deve ser entendida pelo profissional apenas como uma obrigatoriedade do seu campo de atuação, mas também como um ato necessário para trazer visibilidade para o problema, que deve servir de eixo para a avaliação e construção de políticas de atenção à mulher em situação de violência conjugal.

Diante disto, percebe-se que os profissionais de saúde se limitaram a assistir à queixa sintomatológica apresentada, mesmo nos casos das mulheres com retorno recorrente à instituição e com sérias complicações à saúde, risco acentuado de morte e inserção dos filhos no contexto da violência doméstica. Ou seja, vê-se bem que estes profissionais não compreendem as múltiplas necessidades da mulher em situação de violência, nem a importância de um atendimento qualificado, com encaminhamentos a outras instituições, como um pré-requisito para atender a todas as demandas e auxiliar a mulher a sair da situação de violência. Esta compreensão pode ser identificada quando o profissional orienta a mulher a ter atitudes individualizadas para a resolução da relação de violência, como podemos observar

no seguinte trecho: *“Veja uma forma de você ir embora, de você sair dessa violência. Procure tirar seus filhos do meio disso!”*.

Nota-se, pois, o quanto é limitada a compreensão do profissional com relação à magnitude do fenômeno da violência, impedindo ações efetivas no campo de atuação. Para Borsoi, Brandão e Cavalcanti (2009), algo que poderia alterar este tipo de atuação seria a realização de treinamentos com os profissionais, visando a alcançar a real compreensão das necessidades a serem contempladas diante da mulher em situação de violência conjugal. Além da capacitação destes para a assistência e os encaminhamentos, deve-se também inserir a compreensão dos serviços de saúde como um dos equipamentos da rede de atenção, devendo este atuar de forma associada com outras instituições.

Ideia central síntese 4B: Não se sentiu acolhida nos equipamentos da rede

O trecho do discurso a seguir mostra que as ideias centrais apresentadas pelas mulheres convergem para a ocorrência de uma assistência totalmente inadequada, o que distancia a mulher dos equipamentos de assistência e pode fazê-la desistir da procura por apoio na rede de atenção à mulher em situação de violência conjugal.

Passei por várias searas de violência da mulher, tudo em vão, não acredito em Política Pública para Mulher, não funciona! A última vez que fui na Vara da Violência me trataram como se fosse criminosa, tinha que sair de casa e não tinha direito a nada! Houve protecionismo porque o irmão dele é ex-delegado! (E13) Ele tinha amizade com uma doutora de lá e pediu para ela interceder! (E5) Na Delegacia da Mulher não levam a sério, passei a noite inteira lá, cheia de marca, ferida, chorando e ainda grávida. No dia seguinte e o delegado não fez nada, aí desisti! (E2) Disseram que deveria tá esfaqueada para ser atendida, depois de me tratar daquele jeito achei melhor ir embora! (E8) Uma vez eu tava toda ensanguentada, com um talho na cabeça, quando consegui escapar dele fui para a Delegacia em Brotas e a atendente foi desumana “Oh minha filha se afaste que você tá melando a mesa! Vá no hospital, se costure e depois você volte, a delegacia não vai fugir!” Se eu já tava mal, fiquei pior! (E14) Ainda fiz a perícia, mas não deu em nada, quando liguei eles falaram “Ah, quando ele for lhe agredir de novo você ligue para a gente”. (E9) Ainda questioneei “cadê a Lei Maria da Penha? É tudo mentira!” (E5) [...]

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 6, ideia central síntese 4B (APÊNDICE F, p. 158)

O atendimento vivenciado por estas mulheres nas instituições referência para a atenção à mulher em situação de violência vai totalmente de encontro ao que se estabelece dentro das políticas específicas de atenção a este público. Entretanto, é fundamental ressaltar que muitos dos indivíduos que atuam nestes equipamentos trazem a mesma construção social da violência como algo naturalizado, percepção que eles aplicam igualmente na sua atuação profissional durante a relação com as mulheres.

O trecho do discurso acima aponta para o fato de a procura pela atenção na rede de atendimento ser norteadada por julgamentos, frieza, benefícios para o autor da violência, situações que fizeram com que estas mulheres não mais reconhecessem nas políticas de atenção à mulher um espaço de referência adequado para romper o ciclo da violência.

É importante, portanto, reconhecer as limitações dos serviços, que apesar de planejados para atuar de forma acolhedora e como referência para as situações de violência, muitas vezes não trazem, na sua criação, a necessidade de se trabalhar os seus profissionais, independentemente do sexo, para a destituição das ideias sociais de gênero, que naturalizam as atribuições de papéis, as assimetrias de poder e os episódios de violência.

Outro elemento a ser abordado é a falta de compreensão da violência conjugal como um problema multifacetado e que necessita da intervenção de diversos setores, entre os quais o social, o policial, o jurídico e o da saúde, visto que esta falta de percepção culmina no atendimento isolado e não contempla a integralidade da atenção. Com relação a isso, Kiss, Scraiber e D'Oliveira (2007) destacam os exemplos das delegacias que, por serem responsáveis pela abordagem da violência conjugal do ponto de vista legal, acabam por minimizar as necessidades subjetivas envolvidas na vivência de violência conjugal, não as reconhecendo e não identificando as carências que a sua assistência não contempla, dessa forma devendo ser sanada por outros espaços da rede.

Esta falta de compreensão das multifacetadas necessidades para a saída do ciclo da violência se volta para a total desarticulação entre os equipamentos da rede, que passam a não atuar de forma organizada e complementar, existindo apenas dentro do planejamento político. Em outras palavras, existe, mas não é colocado em prática pelos profissionais que as integram. Para Medrado, Lemos e Brasilino (2011), devido a esta ocorrência a organização da rede é um dos principais problemas a serem enfrentados. Atualmente, o que existe é uma total desarticulação entre a atuação de alguns equipamentos de atenção à mulher em situação de violência conjugal e as demandas colocadas pelas mulheres que buscam esses serviços, culminando com uma atenção inadequada, o abandono da assistência pela mulher e a

invisibilidade do problema, fenômeno que deixa a mulher ainda mais vulnerável ao contexto da violência (BORSOI; BRANDÃO; CAVALCANTI, 2009).

Hoje, os estudos quantitativos e qualitativos constituem um importante instrumento para a compreensão da magnitude do problema e de suas multifacetadas ocorrências, constituindo um instrumento enriquecedor para a compreensão do fenômeno e o seu reconhecimento enquanto um importante problema de saúde pública e de direitos humanos. Para Medrado, Lemos e Brasilino (2011), foi através do conhecimento advindo do meio científico que se construiu um consenso sobre o problema e que se obteve a necessidade de que a assistência fosse viabilizada a partir de uma rede de serviços que contemplasse uma perspectiva interdisciplinar, dada a complexidade e magnitude do problema.

É importante destacar também que toda esta ocorrência se volta para o total abandono da mulher que procura assistência dentro dos equipamentos, principalmente os considerados referência, como as Delegacias e a vara da Mulher, uma vez que estas instituições são aquelas onde as expectativas de qualidade da assistência são maiores. No trecho do discurso a seguir, a mulher deixa isso claro:

[...] Na audiência mandaram que eu vendesse a minha casa e desse a parte dele, como eu disse que não eles disseram “Você quer morrer?”. (E6) Você começa a desacreditar em tudo! Você vai recorrer a essa justiça mais para que? (E14)[...]

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 6, ideia central síntese 4B (APÊNDICE F, p. 158).

Por aqui se percebe o quanto a mulher demonstra estar decepcionada com o tipo de atendimento, carregado de imputações de culpa, julgamentos, desrespeito e desmotivação. Vale destacar que, quando procuram por este tipo de atenção as mulheres se enchem de esperança, acreditando que os serviços de referência terão um olhar diferenciado na abordagem do problema delas, não o minimizando nem a julgando pelos relatos vivenciados, constituindo, dessa forma, sua principal forma de apoio, aquilo que vai fazê-las sair do ciclo da violência.

Provavelmente, muitas destas mulheres já vivenciam uma rotina norteadada por julgamentos e culpabilizações no meio familiar e social por conviver durante anos com a violência conjugal e, mesmo assim, permanecer inseridas no ciclo. Todo este contexto torna essas mulheres ainda mais vulneráveis e as faz permanecer no ciclo, visto como algo natural e inerente à sua condição. Baseadas, pois, na esperança de uma atenção diferenciada e qualificada, estas mulheres passam a buscar auxílio também dentro dos espaços da rede, e

mais uma vez acabam por ter seus direitos negligenciados, sofrendo uma atenção desqualificada, fato que também se apresenta dentro do campo de atuação da saúde, espaço onde, comumente, os profissionais não reconhecem a violência como um agravo a saúde da mulher.

[...] Na saúde já realizei atendimento psicológico porque eu sou diabética e eu não aceitei, mas lá eles não sabem de nada, lá é só sobre a doença mesmo e eles não têm nada a ver com a minha situação. (E3) Também faço acompanhamento com neurologista, mas a gente fala só sobre o problema da cabeça! (E4) Sobre a violência tive que procurar outro atendimento, mas eu procurava e as pessoas não me ajudavam! Com a psicóloga lá no hospital leva um tempão para conseguir consulta, quando chegava na hora ela tomava o calmante na minha frente e dentro de segundos tava cochilando, aí nem fui mais. No outro serviço só tinha terapia de grupo e eu voltava para casa pior, sofrendo pelo que tinha levado e pelas outras pessoas. Ainda tentava nos outros lugares, mas era um tumulto, gente brigando, aí eu desistia! (E2) Fui no HGE, fui no Roberto Santos, fui no Nina Rodrigues, fui em muitos espaços, mas o atendimento era de emergência, não tem um espaço apropriado, eles não estão preparados para lidar com essa situação! (14) Ninguém tem sensibilidade, tratam como algo banal. (E7)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 6, ideia central síntese 4B (APÊNDICE F, p. 158)

Aqui se percebe que estas mulheres receberam a mesma forma inadequada de atenção, mesmo a violência sendo atualmente reconhecida como um objeto de intervenção da saúde pública. Dentro da assistência dada a estas mulheres, notam-se duas vertentes: a primeira corresponde a um atendimento focado unicamente na sintomatologia apresentada, não abordando a vivência de violência como fator de influência para o desenvolvimento de patologias: este modelo se adequa unicamente ao modelo biomédico, não compreendendo a sintomatologia como uma ocorrência de multifacetadas interferências, entre as quais a violência conjugal.

A segunda vertente mostra a saga dessas mulheres pela atenção no que diz respeito à vivência de violência, culminando com equipamentos que não conseguem suportar a sobrecarga da demanda, profissionais que não são sensíveis ao que se coloca como necessidade da mulher e que não compreendem que a violência interfere no todo, não identificando, portanto, a existência de especificidades a serem colocadas pelas mulheres,

sendo inadequado abordar a assistência de forma igualitária para todas as mulheres que buscam este apoio.

Esta fragmentação de serviços, entre aqueles que assistem especificamente às mulheres com vivência de violência e outros que devem ser procurados unicamente para o tratamento das sintomatologias físicas demonstra o quanto os profissionais ainda não estão sensíveis para o atendimento da violência contra a mulher, muitos deles encarando estas vivências como algo banal e que deve ser abordado apenas por serviços de referência, dando total atenção apenas no que diz respeito à condição patológica.

Esta atuação inadequada por parte dos serviços de atenção é um elemento importante, porque também aponta para uma acentuada subnotificação dos casos de violência dentro das instituições de saúde, uma vez que estes profissionais não contemplam tal demanda e não a reconhecem enquanto algo que deva ser objeto de sua intervenção, não a investigando e identificando, o que culmina com a subnotificação dos casos apresentados. A este respeito, Vicente e Vieira (2009) destacam que apesar de a literatura trazer um grande déficit no que respeita a realização de notificação por parte dos profissionais, é importante compreender que esta se torna, dentro dessa perspectiva, um importante instrumento para dimensionar a magnitude dos casos de violência.

Entretanto, antes de reconhecer a violência como um problema de saúde, é essencial instrumentalizar os equipamentos e capacitar os profissionais para assistir a estas mulheres, construindo também um olhar diferenciado para este público. Para Borsoi, Brandão e Cavalcanti (2009), uma forma de qualificar esta atenção é realizar treinamentos com toda a equipe integrante da instituição, o que também pode acarretar um melhor acolhimento das mulheres, um atendimento resolutivo para esta demanda e a compreensão da necessidade de encaminhamento para outros equipamentos da rede, visando a assistir estas mulheres de forma integral e resolutiva.

5.2.4 O discurso das mulheres sobre o atendimento em um Centro de Referência

No que se refere à questão 5, “Você está sendo atendida em um Centro de Referência, fale dessa vivência”, foi possível construir os discursos e as ideias-centrais síntese abaixo apresentadas.

Quadro das Ideias Centrais Síntese do Discurso de Mulheres sobre o atendimento no Centro de Referência – Salvador – Jun. a Dez. 2012.

NÚMERO DE ORDEM	IDEIAS CENTRAIS SÍNTESE
01	5A – Visão positiva dos profissionais, acolhimento
02	5B – Como chegou ao serviço
03	5C – A mudança

As especificidades das mulheres em situação de violência de gênero fizeram surgir instituições especiais de atendimento, construídas, equipadas e preparadas com um olhar diferenciado para estas mulheres. Entre os serviços criados especificamente para assistir a esta demanda temos a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, a Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, os Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher e o Centro de Atendimento e Referência à Mulher em Situação de Violência, entre outros.

Segundo a SPM (BRASIL, 2013a?), o Centro de Referência constituiu um importante espaço estratégico dentro da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e visa a auxiliar na ruptura da situação de violência pela construção da cidadania norteadora por uma atenção interdisciplinar e entre setores. Entre as principais ações a serem desenvolvidas por este serviço se encontram a construção de debates sobre as relações de gênero e o enfrentamento de todas as formas de expressão da violência contra a mulher de acordo com a Lei 11.340 (BRASIL, 2006a), viabilizando também a articulação entre os serviços da rede de atendimento às mulheres vulneráveis à violência de gênero.

Este equipamento representa, pois, um espaço diferenciado de articulação dos serviços que integram a rede de atendimento a estas mulheres, criando meios para viabilizar também o acesso a outros serviços de atenção jurídica, social, educacional, da saúde e profissionalizante, buscando retirar as mulheres da situação de vulnerabilidade social, decorrente da violência de gênero. Quanto a sua finalidade, a instituição possui os seguintes objetivos:

“prestar orientação, acolhimento e acompanhamento psicológico, social, jurídico, às mulheres em situação de violência, no sentido de fortalecer sua autoestima e possibilitar que essas mulheres se tornem protagonistas de seus próprios direitos, ampliando seu nível de entendimento sobre as relações de gênero”. (BRASIL, 2013b?, p.9).”

“cessar a situação de violência vivenciada pela mulher atendida sem ferir o seu direito à autodeterminação, mas promovendo meios para que ela fortaleça sua autoestima e tome decisões relativas à situação de violência por ela vivenciada.” (BRASIL, 2003c, p.16).

Quanto aos princípios da instituição, eis o que diz a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: atender às necessidades da mulher em situação de violência, defender os direitos das mulheres e a responsabilização do agressor e dos serviços, reconhecer a diversidade de mulheres, diagnosticar o contexto onde o episódio de violência está inserido, evitar ações de intervenção que possam causar maior risco à mulher em situação de violência e articular-se com demais profissionais dos serviços da Rede e Gestão Democrática (BRASIL, 2006c).

É, portanto, um equipamento essencial ao programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher através da busca pela ruptura da situação de violência e a construção da cidadania (BRASIL, 2006b). Vale acrescentar que a institucionalização do serviço ultrapassa o pensamento idealizado de assistência de viabilizar o rompimento da vivência de violência, compreendendo que a readequação da situação da mulher só ocorrerá com o debate e a reflexão a respeito de sua condição a partir da perspectiva de gênero, voltando-se também para a construção social dos sujeitos.

De acordo com as Normas Técnicas de Padronização do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (2006c), as principais ações a serem realizadas são o aconselhamento às mulheres em situação de violência nos momentos de crises, o atendimento psicossocial, o aconselhamento e o acompanhamento jurídico, as atividades de prevenção, a qualificação dos profissionais, a articulação da rede de atendimento local e o levantamento de dados locais sobre a situação da violência contra a mulher.

Diante do exposto, percebe-se que o atendimento viabilizado pelo equipamento busca a fortalecer a autoestima das mulheres, fazendo-as protagonistas das ações e o principal elemento na mudança de sua condição, o que é alcançado por meio de uma compreensão real quanto à construção das relações de gênero.

Apesar dos visíveis avanços alcançados na prevenção e no combate à violência contra as mulheres com a implantação deste equipamento, existem outros desafios a serem conquistados, tais como, por exemplo, atuar de forma efetiva para consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Para Brasil (2011), a importância do serviço para a consolidação desta política está em seu papel de principal articulador das instituições e serviços que integram a rede de atendimento, devendo monitorar e acompanhar as ações desempenhadas pelos equipamentos da Rede.

Ideia central síntese 5A: Visão positiva dos profissionais, acolhimento.

O trecho do discurso a seguir mostra que as ideias centrais apresentadas pelas mulheres convergem para a compreensão de que a atenção realizada no Centro de Referência é reconhecida como adequada, sendo norteadada pelo respeito, acolhimento e atenção.

Eu digo que não acredito em Política Pública para Mulheres porque eu já passei por quase todas e o único lugar onde eu fui bem acolhida foi aqui! (E13) Aqui é como se fosse a minha outra casa, aqui eles apoiam, conversam comigo, me aconselha, só tenho coisa boa a falar! (E6) Aqui eu me sinto bem! (E10) Aqui eu tive atenção! (E11) Aqui tem algo especial, um olhar diferenciado. (E7) Desde o primeiro dia eu já vi o apoio, a ajuda, coisas que eu nunca tive! (E9) Eu chego e recebo aquele sorriso, aqui todo mundo tem isso! O atendimento é de respeito e eu estava precisando era disso! (E8) Um dos atrativos foi o acolhimento, aquela segurança que eu via em cada pessoa que estava me atendendo! [...] Logo no início comecei a perceber as pessoas, a que abria a porta, a que servia o cafezinho, até as que iam passando enquanto eu estava sentada esperando atendimento, eu via o acolhimento em cada um deles! [...] Um dia passou um rapaz que tem ai, e falou um tudo bem que mostrou no olhar uma sensibilidade que eu pensei “nossa, para me olhar assim? Será que ele gosta de mim de verdade? Então eu não sou detestável, ele deve ser um homem que não tem raiva de mim!”(E4). Então não é que eu não desperte nos homens raiva! (E2) [...]

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 5A (APÊNDICE F, p. 147)

Indo de encontro às referências atribuídas aos outros serviços, as mulheres, ao falar sobre a atenção no Centro de Referência, informaram que este foi o único espaço que elas reconheceram ser um meio adequado para uma assistência de forma integral. Durante os relatos, as mulheres valorizaram também um olhar e uma assistência diferenciados por parte dos profissionais que assistem no serviço; tal comportamento aponta para uma atenção norteadada pelo respeito, o acolhimento e a segurança, elementos que dirão de um comportamento relacional qualificado, respondendo aos pressupostos da Política Nacional.

Percebe-se, pois, que a vivência de violência conjugal demanda dos profissionais um aprofundamento na compreensão da complexidade do problema, sendo este o eixo para o desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento e superação do posicionamento de submissão assumido por estas mulheres. Guedes (2006) acrescenta que, por a violência ser um problema cercado por tabus, aspectos morais, sociais e ideológicos, a mulher nesta situação se vê fragilizada e impotente diante dos abusos diários cometidos pelo companheiro e passa a

assumir uma postura de silêncio e de isolamento social, o que dificulta a busca por apoio no meio social.

Para Guedes, Silva e Fonseca (2009) os grandes impactos que a vivência de violência traz para a vida da mulher fazem-na se sentir frágil e impotência. Diante disso, requer-se dos profissionais que a assistem um posicionamento sensível e eficaz durante todo o processo de atendimento. Resumindo, quando procuram estratégias sociais para sair do ciclo da violência as mulheres buscam as instituições visando a alcançar um cuidado pautado no respeito, atenção e acolhimento. É importante, então, que os profissionais que as assistem se apropriem do atendimento relacional, indo de encontro a uma atenção pautada no saber instrumental ou técnico que limita a abrangência do processo, buscando a essência da compreensão do fenômeno (GUEDES; SILVA; COELHO, 2007).

Buber (2001) ressalta a potencialidade da relação entre os sujeitos, profissional e mulher, como o principal instrumento para viabilizar o encontro com o outro. Para o filósofo, as noções de relação eu-tu propõem reflexões referentes ao lugar do profissional durante a interação com o cliente, apontando também para o diálogo e o cuidado em sua totalidade, a essência para o verdadeiro encontro genuíno com o outro. Dentro desta perspectiva, a mulher passa a ser coparticipante do processo de mudança e planejamento da assistência/cuidado.

Disso se deduz que o olhar do cuidador para o cliente deve ocorrer de forma a trazer uma abertura para a construção da relação eu-tu, ambos devendo ser colocados lado a lado no processo. Juntamente com o contexto relacional, estão os aspectos ligados ao diálogo, o profissional sensibilizado para compreender que o que se é verbalizado poderá ser um contexto cercado de consequências corporais, psicológicas, sociais e espirituais da vivência de violência, não devendo restringir a demanda unicamente aos aspectos jurídico e policial do problema, sendo este ainda um grande desafio (LUCZINSKI; ANCONA-LOPEZ, 2010).

Vale destacar que as qualidades atribuídas aos profissionais do serviço se estendem a todas as categorias, indo desde os profissionais de nível superior, que realizam os atendimentos grupais e individuais, até os que são responsáveis pela manutenção do serviço do ponto de vista administrativo e da limpeza. Em suma, percebe-se que a mulher compreende que o acolhimento não se restringe à aproximação entre elas e os profissionais que as assistem, mas engloba também todas as pessoas atuantes no serviço.

Esta compreensão da qualificação da atenção, respeito e acolhimento estendida a todos os profissionais que atuam no equipamento é um cumprimento à Norma Técnica do Centro de Referência, instrumento que normatiza a formação e organização do serviço, ressaltando a

importância atribuída ao serviço prestado na recepção, principalmente por ser esse o primeiro contato entre a mulher e o equipamento da rede de atendimento (BRASIL, 2006c).

Dessa forma, o atendimento inicial da recepção tendo por base uma relação distanciada e não acolhedora, na concepção da política para a mulher, seria uma ocorrência que desqualificaria a essência do serviço, sendo este também um ponto a ser contemplado na sua formação e nas constantes avaliações. É através de todo este contexto específico incrementado no serviço de referência que a SPM (BRASIL, 2013a?) reconhece o Centro de Referência de Atendimento à Mulher como a principal porta de entrada especializada a ser utilizada por mulheres em situação de violência de gênero ou vulneráveis a esta, fato que também é reconhecido pelas mulheres assistidas pelo serviço, conforme se evidencia no trecho do discurso abaixo:

[...] Aqui encontrei verdadeiras profissionais, elas foram mais que profissionais, foram mais do que mulheres, foram anjos que me estenderam as mãos! Foram uma tocha no meu caminho. (E1) Me ajudaram bastante a ver a vida e me dizer que eu não era tão culpada pelo que aconteceu! (E4) São os meus anjos da guarda! (E3) Essas pessoas estão tentando manter um abrigo! O centro ainda existe porque tem essas mulheres que são sensíveis a outras que estão aí fora. (E14) Foi daqui que eu resolvi toda minha vida, que eu vim ter reação, que eu tive coragem! (E12) Aqui tá sendo para mim um tudo! Aqui dá mais força para a gente para tá lutando e resolvendo essa situação que parece não ter fim. (E15) O centro de referência foi uma solução para a minha vida! (E5).

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 5A (APÊNDICE F, p. 147)

Aqui podemos ver que as mulheres afirmam que o atendimento viabilizado pelos profissionais integrantes do Centro de Referência fez com que elas tomasse a decisão de romper o ciclo da violência, fazendo-as “reagir” diante de um contexto de anulação e submissão ao companheiro. Em outras palavras, o atendimento a faz compreender que a ideia da vivência de violência como algo naturalizado e inerente à sua condição é inapropriada.

É importante compreender que a procura pelo atendimento corresponde ao primeiro passo para que estas mulheres alcancem um empoderamento, eixo para a mudança da relação com o companheiro. (ARAÚJO, 2008). Silva et al. (2013) destacam que o acolhimento deve ultrapassar a simples ideia social de receber bem: os profissionais precisam também compreender que as mulheres, quando procuram o serviço, chegam de fora totalmente

fragilizadas pelo contexto conjugal que vivenciam, e já devem reconhecerem esta realidade no primeiro momento relacional de contato.

Ideia central síntese 5B: Como chegou ao serviço.

A vivência de violência perpetrada pelo parceiro íntimo, que em muitas das mulheres se faz presente durante anos, ocasiona fragilidade e sentimentos de impotência, situações compartilhadas por estas mulheres quando da procura do serviço e apresentadas no discurso abaixo:

Já cheguei aqui chorando muito! (E9) Eu vivia com medo, amedrontada! (E15) Eu cheguei uma mulher acabada, só fazia chorar. (E12) Tinha dia que eu não parava de chorar, eu desenvolvi uma tendência suicida. (E14) Eu vim mal, eu vim ruim! [...] Vim para cá quase perdendo o juízo, porque eu fiquei muito ruim! [...] Da maneira que eu tava eu não vivia, porque era só sofrimento, tive depressão! (E4) Fiquei deprimida mesmo (E3) Cheguei aqui completamente quebrada, toda em pedaços. (E5) Cheguei aqui um trapo, sabe o que é um trapo, um lixo? Sem saber para onde ir, sem saber o que fazer, sem saber como fazer para me divorciar, sem dinheiro, sem emprego, sendo ameaçada de morte, totalmente desprotegida, desamparada! (E1) Cheguei aqui no chão mesmo, não sabia mais e nem acreditava mais na vida! Eu achava que a violência tinha consumido a minha vida por inteiro, que não tinha mais nada para eu viver, que a vida seria só aquilo. (E2)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 5B (APÊNDICE F, p. 151)

Para estas mulheres que chegaram ao atendimento procurando por apoio, a vivência de violência conjugal apontou para um comportamento submisso e de inatividade, o que ocasionou, por conseguinte, grande sofrimento psíquico e depressão, culminando com ideias suicidas, uma vez que elas não percebiam possibilidade de sair do ciclo da violência.

A percepção do risco de suicídio também é vista em um estudo realizado por Adeodato et al. (2005), que avaliou a qualidade de vida e a depressão nas mulheres vítimas da violência doméstica. O estudo mostrou que 38% delas informaram já ter pensado na possibilidade de suicídio como uma possível saída para o sofrimento, estando estas vivências de violação de direitos diretamente associadas com a má qualidade de vida, a depressão e a percepção negativa da saúde mental. Outras pesquisas que reforçam esta ideia foram realizadas por Osório et al. (2001) e Rodrigues (2006), que destacaram o suicídio como a

derradeira saída para a situação de violência conjugal na percepção das mulheres que a vivenciam.

Outro elemento que traz implicações para a saúde mental é o sentimento de desamparo carregado por estas mulheres, e a dificuldade de trabalhar sentimentos difíceis, o que as fazem buscar estratégias para solucionar rapidamente o problema, como, por exemplo, o suicídio (FENSTERSEIFER; WERLANG, 2006). Mas esta ideia só se fará presente, principalmente quando falham as outras estratégias de saída da vivência de violência, tais como o apoio de familiares e da rede social.

Reforçando esta ideia, Durkheim (1983) adiciona que a tentativa de suicídio pelo indivíduo vem demonstrar o fracasso da sociedade que não conseguiu realizar o seu papel de acolher as demandas e viabilizar subsídios para resolução do problema vivenciado.

Dessa forma, a ideia de suicídio busca a libertação de um sentimento ou uma vivência considerada insustentável, em que a mulher só reconhece como estratégia de libertação o seu próprio fim. Para Fensterseifer e Werlang (2006), o grande problema a ser superado é que a cada ano sobe o número de pessoas que encontram no suicídio a única estratégia para acabar com o sofrimento, o que aponta para a compreensão da falência das estratégias sociais de amparo ao indivíduo.

Segundo Cassorla (2004) o suicídio, bem como o seu pensamento, deve ser compreendido como a máxima ideia autodestrutiva da pessoa que desiste de viver por conta de um sentimento de fracasso. Entretanto, deve-se perceber que o suicídio é visto apenas como uma simples saída para o problema vivenciado. Dessa forma, apesar de o suicídio estar socialmente associado com a morte, é importante salientar que a pessoa suicida não quer morrer, embora encontre neste a única alternativa para se eximir de um sofrimento insustentável e a morte passa a ser considerada uma consequente libertação, algo acessório e casual, assim como a consumação na forma física das várias mortes parciais que já ocorreram (CASSORLA, 1998).

Para Giffin (1994), esta realidade se torna possível porque a vivência de violência fragiliza as mulheres. Todo este contexto faz com que as mulheres se vejam como impossibilitadas de se proteger, tornando-se inseguras, não reconhecendo seu próprio valor, cenário adequado para a aceitação da violação de direitos.

Na literatura, diversificados são os motivos citados pelas mulheres para continuar em uma relação de violência, entre os quais podemos mencionar aqueles contidos nos estudos realizados por Marques (2005), Barcellos (2003), Day e cols. (2003), que identificam como

causas o amor e a compaixão pelo companheiro, acreditar na mudança do companheiro, a presença de filhos, fatores econômicos e sociais e o medo da intensificação da violência.

Neste estudo, o principal motivo alegado pelas mulheres para não se buscar estratégias de cessação da relação de violência foi o sentimento de incapacidade de cunho emocional. É crucial, portanto, compreender que muitas destas mulheres, segundo Godinho e Costa (2006), vivenciam a violência conjugal em pleno silêncio por não se sentirem emocionalmente capazes para romper o vínculo e não reconhecerem suporte no ambiente social.

É dentro deste cenário que se ressalta a importância do Centro de Referência, equipamento que abarca as novas perspectivas para a prevenção e saída da violência conjugal, tendo como eixo norteador da atenção as atitudes integradoras, relacionais e sistêmicas. Todo este contexto é que aponta, na percepção de Falcke et al. (2009), para a viabilidade de um serviço que dá conta de assistir ao fenômeno da ocorrência da violência conjugal, demanda que envolve múltiplos fatores e que se baseia na necessidade de mudança da compreensão de gênero por parte de quem as vivencia.

Ideia central síntese 5C: A mudança

A ideia central síntese, no discurso abaixo, demonstra que o atendimento realizado pelo Centro de Atendimento e Referência à Mulher apontou para o empoderamento destas mulheres, tornando-se este a base para o rompimento com o posicionamento de submissão e a saída da relação de violência:

O centro foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. (E3) Por causa daqui hoje eu estou determinada, estou disposta a lutar, me sinto forte, confiante e com plena certeza que vou vencer! (E1) Depois do centro de referência eu me sinto feliz! Feliz porque ajudou na minha libertação em relação a relacionamentos com homens. Hoje eu penso completamente diferente do que eu pensava antes! (E5) Mudei bastante, agora eu sou mais alegre, é uma resposta do atendimento né? (E6) O centro me ajudou a me reencontrar comigo mesma, olhar para mim e saber que eu sou muito, muito além do que eu pensava, do que as pessoas me fizeram acreditar com tanta violência. (E2) Eu só falava em morrer, mas hoje eu aprendi que tudo isso passa, tudo passa, a gente tem é que se valorizar e amar a gente e a vida. [...] Onde eu melhorei bastante, mudei mesmo foi aqui, aprendi que a gente não deve ser culpada de tudo a vida toda. (E4) Aqui você se sente forte, se você tiver lá embaixo você cresce, você sobe! [...] Depois que eu caí aqui dentro foi que eu subi, eu cresci! (E12) Embora eu viva

essa situação de guerra há muito tempo, eu quero agora viver uma situação nova e sei que aqui é o ponto de partida para novamente não errar tanto. (E11)

Discurso do sujeito coletivo, pergunta 2, ideia central síntese 5C (APÊNDICE F, p. 153)

Percebe-se que as mulheres, antes vulnerabilizadas pelo contexto da violência conjugal, durante a assistência no Centro de Referência passaram por um processo de empoderamento, fato que apontou para a saída da relação de violência. Para Léon (2001), a palavra empoderar, na dimensão individual, deve ser compreendida como o reconhecimento das restrições sociais a que a pessoa está submetida e da necessidade de modificar esta situação, tendo como algumas das estratégias o aumento da autoestima, o alcance da autonomia e a reorganização do cenário doméstico.

Entretanto, anteriormente ao processo de empoderamento, estas mulheres, mesmo diante de um contexto social que as julgam ou vitimizam pela vivência da violência conjugal, se dispuseram a arriscar sair deste cenário, pautado em restrições de direitos, e foram em busca de mudanças. A busca pelo apoio já é um passo essencial e que reflete a tomada de consciência e o início do rompimento dos limites impostos pelo relacionamento conjugal e pautado em valores tradicionais e patriarcais. Para Cortez e Souza (2008), o momento de procura pelo atendimento já deve ser compreendido como o primeiro passo, o momento inicial, de construção do empoderamento.

As mulheres, antes deste processo, viviam sem ter direito à possibilidade de realizar escolhas, sendo a tomada de decisão feita pelo companheiro. Segundo Kabeer (2005), o empoderamento é compreendido também como o inverso desta realidade, ou seja, é o processo em que as mulheres retomam a habilidade de realizar escolhas, fato que necessita ser precedido por uma reflexão quanto às anteriores relações de poder estabelecidas na relação conjugal.

Juntamente com a reflexão acerca das questões de gênero viabilizadas pelo atendimento psicológico e o jurídico para o embasamento legal, o atendimento dirigido a estas mulheres também deve albergar o suporte social, principalmente diante daquelas com poucos anos de estudo, desempregadas e dependentes financeiramente do companheiro, conforme ficou evidenciado por Gomes et al. (2012). Todo este contexto de necessidade é colocado como norma da instituição, o que a faz ser considerada referência para o tipo de atenção que viabiliza.

Percebemos pois, nos relatos dessas mulheres, a essencial mudança ocorrida em suas vidas após serem assistidas no Centro de Referência, ao encontro do que foi estabelecido por

Brasil (2006b), que coloca como principal objetivo da intervenção cessar a situação de violência sem ferir o direito à autodeterminação, fortalecendo a autoestima e a tomada de decisão, mudanças identificadas no discurso destas mulheres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a vivência de mulheres em situação de violência conjugal assistidas no Centro de Referência, indo desde o seu contexto relacional familiar até a busca de apoio para sair da vivência de violência conjugal. Respondeu, portanto, ao objetivo de analisar o discurso de mulheres sobre a vivência e o processo de enfrentamento da violência conjugal, utilizando uma abordagem qualitativa, compreendido como método adequado quando se busca chegar à essência de um fenômeno.

As participantes do estudo tinham, predominantemente, entre 31 e 50 anos: eram negras, católicas e evangélicas, com ensino médio completo, parcialmente dependentes, com renda de até um salário mínimo, não residindo mais com o ex-companheiro, com filhos e com uma vivência de violência superior a 15 anos.

A pesquisa mostrou que para a maioria das mulheres a relação familiar foi norteadada por ações desrespeitosas, discriminação, anulação, vulnerabilidade, violência e abandono. Isto decorre principalmente de um modelo familiar que cultua o individualismo entre os sujeitos e a não valorização do apego nas relações familiares, fato que tende a ser naturalizado e reproduzido nos atuais contextos familiares.

Este isolamento no espaço familiar favorece uma redução no círculo de apoio, uma vez que se faz inexistente o primeiro elo de ajuda dessas mulheres para sair da vivência de violência conjugal, ou seja, a família. Outro fato a ser identificado e levado em consideração é o caráter intergeracional da cultura da violência vivenciada por estas mulheres e seus companheiros nas suas famílias de origem e na atual relação conjugal. Ressaltam-se pois, igualmente, que estas ocorrências estão pautadas nas relações de gênero, reforçando a ideia de submissão da mulher e de domínio do homem, fatos que estavam presentes no ambiente familiar de origem e passam a ser reafirmadas na conjugabilidade.

Tendo uma forte influência na herança cultural familiar, que naturaliza a violência de gênero, as mulheres entrevistadas se referiram a uma vivência de violência conjugal média de 17 anos. Vale destacar que as formas sutis de violência estavam presentes na relação conjugal desde o seu início, mas, pela construção social que naturaliza o poder do homem sobre a mulher, acabava também por se expressar de forma silenciosa, sendo percebida como algo natural e esperado no cenário conjugal.

Ou seja, a relação conjugal passou a ser um espaço de constantes violações de direito e reafirmação da violência, vulnerabilizando ainda mais estas mulheres que, no seu contexto familiar, já vivenciavam estes episódios.

Para estas mulheres, a relação com o companheiro passou a ser um elemento insustentável em suas vidas. Algumas delas permaneceram na relação devido à cultura social que valoriza a mulher casada e pela compreensão da necessidade de uma família com pais e mães residindo com os filhos. Esta vivência levou à fragilidade destas mulheres, comprometendo sua autoestima e desencadeando sentimentos de insegurança, abandono e medo, algumas chegando ao adoecimento físico e mental, levando à depressão e a pensamentos suicidas.

Diante de um suporte familiar frágil estas mulheres passam, pois, a identificar a rede social de apoio como importante elemento para a saída desta vivência. Entretanto, percebemos que diversos serviços da rede, inclusive os considerados referência para esta assistência, foram de encontro ao que objetivavam, julgando a história das mulheres e negligenciando a assistência.

É importante compreender que esta abordagem durante a assistência se dá em decorrência da cultura patriarcal de gênero, que julga e naturaliza as relações de poder entre os homens e as mulheres. Dessa forma, percebe-se a necessidade da reavaliação da assistência, principalmente diante de serviços de referência que não conseguem alcançar seus objetivos, ou seja, viabilizar uma assistência pautada nas políticas de atenção à mulher em situação de violência.

Indo de encontro à assistência recebida na maioria dos serviços da rede, as mulheres deram destaque ao Centro de Referência em decorrência da qualidade da assistência, o que denota o alcance do objetivo determinado na política e na norma técnica do serviço.

Assim, este estudo aponta para a necessidade de se avaliar a rede de atendimento à mulher em situação de violência conjugal no sentido de se alcançar os seus objetivos.

REFERÊNCIAS

- ADEODATO, VANESSA GURGEL et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista de Saúde Pública**, v.39, n.1, p. 108-13. 2005.
- ANDRADE, CLARA DE JESUS MARQUES. **As equipes de saúde da família e a violência doméstica contra a mulher: um olhar de gênero**. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2009.
- ARAÚJO, FRANCISCA SOCORRO. **Feminismo**. 2007. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/feminismo/>> Acesso em: 05 nov. 2011.
- ARAÚJO, MARIA DE FÁTIMA. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia para a América Latina**, México, n.14, out. 2008.
- ARIES, PHILIPPE. **História social da criança e da família**. 2. ed. São Paulo: LTC, 1981.
- AUDI, CELENE APARECIDA FERRARI et al. Violência doméstica na gravidez: prevalência e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, v.42, n.5, p. 877-885, jul. 2008
- AZEREDO, VERÔNICA GONÇALVES. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.103, jul./set.2010.
- BANCO MUNDIAL. **Violência Contra a Mulher**. 2006. Disponível em: <<http://www.Bancomundial.com>>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- BANDEIRA, LOURDES. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.24, n.2, mai./ago. 2009.
- BARCELLOS, GILSA HELENA. Atuação das delegacias especializadas da mulher no estado do Espírito Santo. In: CAMACHO, THIMÓTEO. (Org.). **Ensaio sobre Violência**. Vitória: Edufes, 2003. p.115-167.
- BARROS, ADIL JESUS DA SILVA SILVEIRA; LEHFELD, NEIDE APARECIDA DE SOUZA. A pesquisa e a iniciação científicas. In: BARROS, ADIL JESUS DA SILVA SILVEIRA; LEHFELD, NEIDE APARECIDA DE SOUZA (Org.). **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p.81-104.
- BENTO, MARIA APARECIDA SILVA. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, IRAY; BENTO, MARIA APARECIDA SILVA BENTO (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.
- BERGER, PETER; KELLNER, HANSFRIED . Marriage and the construction of reality. In: DREIAZEL, P. H. (Org.). **Recent sociology**. New York: The Mac Millow Company. 1970.

BORSOI, TATIANA DOS SANTOS; BRANDÃO, ELAINE REIS; CAVALCANTI, MARIA DE LOURDES TAVARES. Ações para o enfrentamento da violência contra a mulher em duas unidades de atenção primária à saúde no município do Rio de Janeiro. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.13, n.28, p.165-74, jan./mar. 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 dezembro de 1940. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102343>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

_____. Decreto nº 23.769, de 6 de agosto de 1985. Cria a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 6 agosto de 1985. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/194816/decreto-23769-85-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 23 jun. 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, 13 de julho de 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8069.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 196. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos. **Revista Bioética**, Rio de Janeiro, v. 4, p.15-25. 1996.

_____. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 mai. 2003a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/secom/normas/10683.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

_____. Lei 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 nov. 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.778.htm>. Acesso em: 13 jun. 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2011.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 agosto de 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 04 jun. 2011.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília. 2006b. Disponível em:

<<http://200.130.7.5/spmu/docs/Plano%20Nacional%20Políticas%20Mulheres.pdf>>. Acesso em: 04 de jun. 2011.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização**: centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência. Presidência da República. 2006c. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/documentos/norma-tecnica-centros-de-referencia.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

_____. Instituto de pesquisa econômica aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2008a. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/Mailings/12/184/Mailing184.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

_____. Superintendência de Políticas para as Mulheres. **Centro de Referência Loreta Valadares**. 2008b. Disponível em: <http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=59&Itemid=97>. Acesso em: 24 ago. 2011.

_____. Secretaria de Políticas Para as Mulheres. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília. 2010a. 52 p.

_____. DATASUS. **População Residente – Bahia - Salvador**. 2010b. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popba.def>> Acesso em: 15 nov. 2011.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília. 2011. Disponível em: <<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/politica-nacional>. Acesso em 24.06.2013>. Acesso em: 14 set. 2012.

_____. **Presidenta fixa Salário Mínimo em R\$678,00. 2012a**. Disponível em: <<http://www20.planalto.gov.br/imprensa/releases/presidenta-fixa-salario-minimo-em-r-678-00-e-zera-ir-sobre-participacao-nos-lucros-de-ate-r-6-mil>>. Acesso em 05/07/2013.

_____. **Direitos do trabalhador**. Ministério do trabalho e emprego. 2012b? Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/para/servicos/direitos-do-trabalhador/salario-minimo>> Acesso em: 22 abr. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012c. 318 p.

_____. **O que é o Centro de referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. 2013a. Acesso em: <<http://www.spm.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/violencia/o-que-e-centro-de-referencia-de-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia>>. Disponível em: 21 jun. 2013.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentamento da Violência contra as Mulheres**. 2013b? Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/documentos/tr-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

BLAY, EVA ALTERMAN. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n.49, sept./sec. 2003.

BUBER, MARTIN. **Eu e tu**. 8ª edição. São Paulo: Centauro, 2001.

BUENOL, MARIA EMÍLIA NUNES et al. Paternidade na adolescência: a família como rede social de apoio. **Texto & contexto – enfermagem**, v.21, n.2, p. 313-319. 2012.

CAGATAY, NILUFER. Gender Budgets and Beyond: Feminist Fiscal Policy in the Context of Globalization. **Gender and Development**, v.11, n.1, p.15-24, may. 2003.

CAMPOS, MARTA SILVA; TEIXEIRA, SOLANGE MARIA. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista katálysis**, Florianópolis, v.13, n.1, p.20-28, jun. 2010.

CARINHANHA, JOANA IABRUDI. I.; PENNA, LUCIA HELENA GARCIA. Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigamento. **Texto & contexto – enfermagem**, v.21, n.1, p. 68-76. 2012.

CARONE, IRAY. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, IRAY; BENTOS, MARIA APARECIDA DA SILVA. (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

CARVALHO, CRISTIANE A. P. et al. Acolhimento aos usuários: uma revisão sistemática do atendimento no Sistema Único de Saúde. **Arquivos de Ciência da Saúde**, v.15, n.2, p. 93-5, abr/jun. 2008.

CARVALHO, QUITÉRIA CLARICE MAGALHÃES; GALVAO, MARLI TERESINHA GIMENEZ; CARDOSO, MARIA VERA LÚCIA MOREIRA LEITÃO. Abuso sexual infantil: percepção de mães em face do abuso sexual de suas filhas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.17, n.4, p. 501-506. 2009.

CASSORLA, ROOSEVELT MOISES SMEKE. O suicídio. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.7-34, jan./mar. 1998.

CASSORLA, ROOSEVELT MOISES SMEKE. Comportamento suicida. In: WERLANG, BLANCA GUEVARA; BOTEGA, NEURY JOSÉ. **Suicídio e autodestruição humana**. Porto Alegre: Artmed. 2004. p.21-33.

CHAN, KO LING. Sexual violence against women and children in Chinese societies. **Trauma Violence & Abuse**, v.10, n.1, p.69–85. 2009.

CHAUÍ, MARILENA. Senso comum e transparência. In: LERNER, JULIO. (Org.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1997. p.115-132.

COELHO, LEILA MACHADO; BAPTISTA, MARISA. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Revista de psicologia política**, v.9, n.17, p. 85-99. 2009.

COKER, ANN; SANDERSON, MAUREEN; DONG, BEILI. Partner violence during pregnancy and risk of adverse pregnancy outcomes. **Pediatric Perinat Epidemiology**, v.18, n.4, p.260-269. 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. **DECRETO Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002**. 1979.

CORTEZ, MIRIAN BÉCCHERI; SOUZA, LÍDIO DE. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.24, n.2, p. 171-180. 2008.

COSTA, MARIA CONCEIÇÃO OLIVEIRA et al. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência e saúde coletiva**, v.12, n.5, p.1129-1141. 2007.

CUNHA, JANICE MACHADO; ASSIS, SIMONE GONÇALVES DE; PACHECO, SANDRA TEIXEIRA DE ARAÚJO. A enfermagem e a atenção à criança vítima de violência familiar. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.58, n.4, jul./ago. 2005.

D'OLIVEIRA, ANA FLÁVIA PIRES LUCAS et al. Factors associated with intimate partner violence against Brazilian women. **Revista de Saúde Pública**, v.43, n.2, p. 299-311. 2009.

DAY, VIVIAN PERES et al. Violência Doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v.25, suplemento 1, p.9-21. 2003.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA. **Conferência Mundial sobre Direitos Humanos**. Viena, p.14-25, jun. 1993. Disponível em: <www.cedin.com.br>. Acesso em: 01 jun. 2011.

DESLAURIERS, JEAN-PIERRE; KÉRISIT, MICHELE. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, JEAN et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p.127-153.

DINIZ, NORMÉLIA MARIA FREIRE et al. Aborto provocado e violência doméstica entre mulheres atendidas em uma maternidade pública de Salvador-BA. **Revista brasileira de enfermagem**, v.64, n.6, p.1010-1015. 2011.

DURAND, JÚLIA GARCIA et al. Repercussão da exposição à violência por parceiro íntimo no comportamento dos filhos. **Revista de Saúde Pública**, v.45, n.2, p. 355-364. 2011.

DURKHEIM, ÉMILE. **O suicídio**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ENRIQUEZ, EUGÈNE. O vínculo grupal. In: LEVY, ANDRÉ. et al. (Orgs.). **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.56-69.

FALCKE, DENISE et al. Violência conjugal: um fenômeno interacional. **Contextos Clínicos**, v.2, n.2, p. 81-90. 2009.

FENSTERSEIFER, LIZA; WERLANG, BLANCA SUSANA GUEVARA. Comportamentos autodestrutivos, subprodutos da pós-modernidade? **Psicologia Argumento**, v.24, n.47, p.35-44, out./dez. 2006.

FÉRES-CARNEIRO, TEREZINHA. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v.1, n.2. 1998.

FERREIRA, KÁTIA MARIA MAIA. Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: nossa realidade. In: SILVA, LYGIA MARIA PEREIRA DA (Org.). **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Recife: EDUPE, 2002. p.123-7.

FLEIG, MARIO. O pai moderno dilapidado: efeito do declínio patriarcado, 2008. **Revista do Instituto Humanista da Unisimos** [On-line], São Leopoldo, n.8. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1201>. Acesso em: 20 fev. 2013.

FONSECA, ROSA MARIA GODOY SERPA DA. **Gênero como categoria para a compreensão e a intervenção no processo saúde-doença**. Porto Alegre: Artmed/Panamericana, 2008. p.9-39.

FONSECA, DENIRE HOLANDA DA; RIBEIRO, CRISTIANE GALVÃO; LEAL, NOÊMIA SOARES BARBOSA. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**. [online], v.24, n.2, p. 307-314. 2012.

FRANZOI, NEUMA MARIA; FONSECA, ROSA MARIA GODOY SERPA DA; GUEDES REBECA NUNES. Violência de gênero: concepções de profissionais das equipes de saúde da família. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.19, n.3, mai./jun. 2011.

FREIRE, PAULO. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. Ago. 2010. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/galeria/violencia-domestica>>. Acesso: 03 jul. 2011.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/ SESC. **Módulo de Violência da Pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado**. 2011. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/sites/default/files/cap5.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2011.

GASKELL, GEORGE; BAUER, MARTIN W. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ª Edição, Petrópolis: Editora Vozes, 2004. 516p.

GAZMARARIAN, JULIE. et al. Prevalence of Violence Against Pregnant Women. **JAMA**, v.275, n.24, p.1915-1920. 1996.

GIFFIN, KAREN. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.10, suplemento 1, p.146-155. 1994.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Edição, São Paulo: Atlas, 2010.

GIROTTI, ELISA GIROTTI. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável. In: ALMEIDA, MARIA DA GRAÇA BLAYA (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 161f.

GODINHO, TATAU; COSTA, MARIA LUIZA DA. Para discutir uma política nacional de combate à violência contra a mulher. In: LEOCÁRDIO, ELCYLENE; LIBARDONI, MARLENE. (Org.) **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: AGENDE, 2006. 186p.

GOMES, CARLA DE CASTRO. A operação da Lei Maria da Penha e a Construção Social da “Violência Contra a Mulher” em um Juizado do Rio de Janeiro. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278299792_ARQUIVO_comunicacao_fazendogenero.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2011.

GOMES, NADIRLENE PEREIRA et al. Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. **Revista Gaúcha de Enfermagem** [online], v.33, n.2, p.109-116. 2012.

GUEDES, REBECA NUNES. **Violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

GUEDES, REBECA NUNES; SILVA, ANA TEREZA MEDEIROS CAVALCANTI DA; COELHO, EDMÉIA DE ALMEIDA CARDOSO. Violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v.09, n.2, p.362-378. 2007.

GUEDES, R. N.; SILVA, ANA TEREZA MEDEIROS CAVALCANTI DA; FONSECA, ROSA MARIA GODOY SERPA DA. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v.13, n.3, p.625-31, jul./set. 2009.

HEISE LORI. **Gender based abuse: the global epidemic**. Caderno de Saúde Pública, v.10, suplemento 1, p.135-145. 1994.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA. **Cidades**. 2000.

Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=292740&idtema=16>>. Acesso em: 13 jan. 2013

INÁCIO, ELISANGELA DE OLIVEIRA. O processo de implantação da Política Especial para Mulheres em João Pessoa – PB. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 2010.

Disponível em:

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1267405612_ARQUIVO_TrabalhoCompleto-Elisangela_FazendoGenero-2010_.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

KABEER, NAILA. Gender equality and women's empowerment: a critical analysis of the third Millennium Development Goal. **Gender and Development**, v.13, n.1, p.13-24. 2005.

KISS, LÍGIA BITTENCOURT; SCHRAIBER, LILIA BLIMA; D'OLIVEIRA, ANA FLÁVIA PIRES LUCAS. Possibilidades de uma rede intersetorial de atendimento à mulher em situação de violência. **Interface – comunicação, saúde, educação**, São Paulo, v.11, n.23, p.485-501. 2007.

LAMOGLIA, CLÁUDIA VALÉRIA ABDALA; MINAYO, MARÍLIA CECÍLIA DE SOUZA. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n. 2, p.595-604, abril. 2009.

LASCH, CHRISTOPHER. Refúgio **num mundo sem coração**: a família: santuário ou instituição sitiada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEAL, SANDRA MARIA CEZAR; LOPES, MARTA JÚLIA MARQUES. A violência como objeto da assistência em um hospital de trauma: o olhar da enfermagem. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v.2, n.10, p. 419-431. 2005.

LEAL, S. M. C.; LOPES, M. J. M.; GASPAR, MARIA FILOMENA MENDES. Representações sociais da violência contra a mulher na perspectiva da enfermagem. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Rio de Janeiro, v.15, n.37, p.409-424, jun. 2011.

LEFEVRE, FERNANDO; LEFEVRE, ANA MARIA CAVALCANTE. **Discurso do Sujeito Coletivo**: um novo enfoque na pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Educus, 2005. 256p.

LEFEVRE, FERNANDO; LEFEVRE, ANA MARIA CAVALCANTE; MARQUES, MARIA CRISTINA DA COSTA. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, jul./ago. 2009.

LEFEVRE, FERNANDO; LEFEVRE, ANA MARIA CAVALCANTE. **Curso teórico prático de introdução ao discurso do sujeito coletivo e ao software qualiquantisoft**. São Paulo: Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo, 2010. 43p.

LEÓN, MAGDALENA. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. **La ventana**, v.13, n.94-106. 2001. Disponível em: <<http://publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/laventana/Ventana13/vetana13-4.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2011.

LOPES, CLAUDIO BARTOLOMEU. Violência das armas, violência no gênero: campo fértil das desigualdades. **Revista katálysis**, Florianópolis, v.13, n.1, jan./jun. 2010.

LUCZINSKI, GIOVANA FAGUNDES; ANCONA-LOPEZ, MARÍLIA. A psicologia fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.27, n.1, p.75-82, jan./mar. 2010.

LUIZ, IVAN. **Centro de Referência Loreta Valadares**: Seis anos de conquista para as mulheres. 2011. Disponível em: <<http://www.novo.vivafavela.com.br/node/3545>>. Acesso em: 18 Jun. 2013.

MACIEL, CARLOS ALBERTO BATISTA. A modernidade da família moderna. **Revista NUFEN** [online], v.1, n.1, p. 60-78. 2009.

MADUREIRA, VALÉRIA SILVANA FAGANELLO; TRENTINI, MERCEDES. Relações de poder na vida conjugal e prevenção da AIDS. **Revista brasileira de enfermagem** [online], v.61, n.5, p. 637-642. 2008.

MALDONADO, MARIA TEREZA. **Psicologia da gravidez, parto e puerpério**. 15ª edição. São Paulo: Saraiva, 2000. p.232.

MARQUES, TÂNIA MENDONÇA. **Violência conjugal: Estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005, 300p.

MEDINA, ANA BEATRIZ CAMPOS; PENNA, LUCIA HELENA GARCIA. A percepção de enfermeiras obstétricas acerca da violência intrafamiliar em mulheres grávidas. **Texto Contexto em Enfermagem** [online], v.17, n.3, p.466-473. Jul./set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n3/a07v17n3.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

MEDRADO, BENEDITO; LEMOS, ANA RENATA; BRASILINO, JULLYANE. Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. **Psicologia em estudo**. [online], v.16, n.3, p. 471-478. 2011.

MERHY, EMERSON ELIAS. Em busca da qualidade dos serviços de saúde: os serviços de porta aberta para a saúde e o modelo tecnoassistencial em defesa da vida. In: CECÍLIO, LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA (Org.) **Inventando a mudança na saúde**. São Paulo:Hucitec, 1994. p.117-160.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. O conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica. In: GUARESCH, PEDRINHO; JOVCHELOVITCH, SANDRA (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008. 406p.

MIRANDA, CLARA FELDMAN; MIRANDA, MÁRCIO LÚCIO. **Construindo a relação de ajuda**. 6ª Edição. Belo Horizonte: Editora Crescer, 1990.

MOCHNACZ, SIDNEIA. **Caracterização do atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica pela rede intersetorial de serviços**. Conclusão de Curso de Pós-Graduação, Centro Universitário Ítalo Brasileiro, São Paulo, 2009.

MONTEIRO, CLAUDETE FERREIRA DE SOUZA et al. A violência contra a mulher atendida em unidade de urgência: uma contribuição da enfermagem. **Revista da Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, ago. 2006.

MONTEIRO, CLAUDETE FERREIRA DE SOUZA; SOUZA, IVIS EMÍLIA DE OLIVEIRA. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. **Texto Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v.16, n.1, jan./mar. 2007.

MORAES, CLÁUDIA LEITE; ARANA, FLÁVIA DIAS NOGUEIRA; REICHENHEIM, MICHAEL EDUARDO. Violência física entre parceiros íntimos na gestação como fator de risco para a má qualidade do pré-natal. **Revista de Saúde Pública** [online], v.44, n.4, p. 667-676. 2010.

MORAIS, SCHEIL COELHO RAMALHO VASCONCELOS; MONTEIRO, CLAUDETE FERREIRA DE SOUSA; ROCHA, SILVANA SANTIAGO DA. O cuidar em enfermagem à mulher vítima de violência sexual. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.19, n.1, p. 155-160, jan./mar. 2010.

NARDI, SUZANA CAITANO DOS SANTOS; BENETTI, SILVIA PERIERA DA CRUZ. Violência conjugal: estudo das características das relações objetivas em homens agressores. **Boletim de psicologia** [online], v.62, n.136, p. 53-66. 2012.

NARVAZ, MARTHA GIUDICE; KOLLER, SÍLVIA HELENA. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **PSICO**, Porto Alegre, v. 37, n.1, p.7-13, jan./abr. 2006.

NICOLAU, GINA VALBÃO STROZZI. **Família moderna**: ruptura sem drama. 2013a? Disponível em: <http://www.teologica.br/theo_new/pagina.php?p=artigos.php>. Acesso em: 4 abr. 2013.

OKABE, IRENE. **Violência contra a mulher: uma proposta de indicadores de gênero**. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, LUIZ CARDOSO. Racismo, direitos e cidadania. **Estudos Avançados** [online], v.18, n.50, p. 81-93. 2004.

OLIVEIRA, KÁTIA LENZ CESAR DE.; GOMES, ROMEU. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.5, p.2401-2413, mai. 2011.

OLIVEIRA, ROSISKA DARCY DE. **Elogio da diferença**: o feminino emergente. Rio de Janeiro: Rocco, 2012. 167p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Organização Mundial de Saúde. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Genebra, 2002.

_____. **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher**: ação e produção de evidência. Organização mundial da saúde. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. 1979. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/mulher/lex121.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2011.

_____. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**. 1994. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/mulher2.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

_____. **Plataforma de Ação de Beijing**. Conferência Mundial sobre as Mulheres. 1995.

Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_4_conferencia_mundial_mulher.pdf>.

Acesso em: 03 jun. 2011.

OSÓRIO, ANDREA. **O que é violência contra a mulher**. 2005. Disponível em:

<<http://www.ibam.org.br/viamulher/inforel9.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2012.

PASINATO, WÂNIA; SANTOS, CECÍLIA MACDOWELL. Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil. **Núcleo de Estudos de Gênero Pagu**, Universidade Estadual de Campinas PAGU/UNICAMP, 2008.

PAZO, CONCEPÇION GANDARA; AGUIAR, ADRIANA CAVALCANTE. Sentidos da violência conjugal: análise do banco de dados de um serviço telefônico anônimo. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.22, suplemento 1, p.253-273. 2012.

PEIXOTO, CLARICE EHLERS. As transformações familiares e o olhar do sociólogo. In: SINGLY, FRANÇOIS (Org.) **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2007, 208p.

PINTO, CELI REGINA JARDIM. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 120p.

POLIT, DENISE F.; BECK, CHERYL TATANO; HUNGLER, BERNADETTE. **Essentials of nursing research: Methods, appraisal & utilization**. Philadelphia: Lippincott. 2010.

QUINTAIROS, PATRÍCIA; BRANCO, LUCIANA PINTO S. C.; SILVA, MÁRCIA REGINY V. Construindo estratégias de enfrentamento à violência doméstica contra criança e o adolescente. **Revista do NUFEN** [online], v.1, n.1, p. 188-197. 2009.

RABELLO, PATRÍCIA MOREIRA; CALDAS JUNIOR, ARNALDO DE FRANÇA. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. **Revista de Saúde Pública** [online], v.41, n.6, p. 970-978. 2007.

RAMOS, DANIELLE MARQUES DOS; NASCIMENTO, VIRGÍLIO GOMES DO. A família como instituição moderna. **Fractal: Revista de psicologia**, v.20, n.2, p.461-472, jul/dez. 2008.

RENNER, LYNETTE M.; SLACK, KRISTEN SHOOK. Intimate partner violence and child maltreatment: Understanding intra - and intergenerational connections. **Child Abuse Neglect**, v.30, n.6, p.599-617. 2006.

RIBEIRO, CRISTIANE GALVÃO; COUTINHO, MARIA DA PENHA DE LIMA. Representações Sociais de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica na Cidade de João Pessoa-PB. **Revista Psicologia e Saúde**, v.3, n.1, pp. 52-59, jan./jun. 2011.

ROCHA, ANA CAROLINA ROCHA PEIXOTO et al. O discurso coletivo de ex-hanseniano morador de um antigo leprosário no nordeste do Brasil. **Interface**, Rio de Janeiro, v.15, n.36, jan./mar. 2011.

RODRIGUES, ADRIANA DINIZ. **Violência conjugal**: vivência de traumas em mulheres queimadas. 2006. 149f. Dissertação (Mestrado em enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

RODRIGUES, LARISSA SILVA ABREL et al. Vulnerabilidade de mulheres em união heterossexual estável à infecção pelo HIV/Aids: estudo de representações sociais. **Revista da escola de enfermagem da USP** [online], v.46, n.2, p. 349-355. 2012.

ROUDINESCO, ELISABETH. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar. 2003. 199p.

SAFFIOTI, HELEIETH IARABONGIOVANI. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, ALBERTINA DE OLIVEIRA; BRUSCHINI, CRISTINA. (Orgs.) **Uma Questão de gênero**. São Paulo/Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SALVADOR. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Denúncias de violência doméstica contra mulher crescem 112% em 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=597:03082010-denuncias-de-violencia-domestica-contramulher-crescem-112-em-2010-g1&catid=36:pesquisas>. Acesso em: 03 set. 2011.

SANTI, LILIANE NASCIMENTO DE; NAKANO, ANA MÁRCIA SPANÓ; LETTIERE, ANGELINA. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.19, n.3, jul./set. 2010.

SCHRAIBER, LILIA BLIMA. et al. **Violência dói e não é direito**: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Unesp, 2005. 184 p.

SCHRAIBER, LILIA BLIMA; D'OLIVEIRA, ANA FLÁVIA PIRER LUCAS; COUTO, MÁRCIA THEREZA. "Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher". **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p.205-216. 2009.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. London: Sage, 1996.

SERON, CAMILA; MILANI, RUTE GROSSI. A construção da identidade feminina: um enfoque na relação mãe e filha. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.13, n.1, p.154-164. 2011.

SIGNORELLI, MARCOS CLÁUDIO; AUAD, DANIELA; PEREIRA, PEDRO PAULO GOMES. Violência doméstica contra mulheres e a atuação profissional na atenção primária à saúde: um estudo etnográfico em Matinhos, Paraná, Brasil. **Caderno de Saúde Pública** [online], v.29, n.6, p.1230-1240. 2013.

SILVA, SÉRGIO GOMES DA. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: ciência e profissão**. [online], v.30, n.3, p.556-571. 2010.

SILVA, CAMILA DAIANE et al. Epidemiologia da violência contra a mulher: características do agressor e do ato violento. **Revista de enfermagem da UFPE** [on-line], Recife, v.7, n.1, p.8-14, jan. 2013.

SILVA, GRAZIELLA MORAES; LEAO, LUCIANA T. DE SOUZA. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista brasileira de Ciências Sociais** [online], v.27, n.80, p.117-133. 2012.

SINGLY, FRANÇOIS DE. Sociologie de la famille contemporaine. Paris: **Nathan**, 1993.

SINGLY, François de. Sociologia da família contemporânea. Trad. Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: **Editora FGV**, 2007. 208 p

SOUTO, CLÁUDIA MARIA RAMOS MEDEIROS et al. Tendências das pesquisas de enfermagem em saúde da mulher no período de 2001 a 2005. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.4, n.16, p.719-726. 2007.

SOUTO, CLÁUDIA MARIA RAMOS MEDEIROS; BRAGA, VIOLANTE AUGUSTA BATISTA. Vivências da vida conjugal: posicionamento das mulheres. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.62, n.5, set./out. 2009.

TONELI, MARIA JURACY FILGUEIRAS et al. Programas de atenção a homens que cometem agressão contra mulheres: propostas latino-americanas e estadunidenses, debates em torno a propostas feministas e judiciais. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo Violência e Poder, 2008, Florianópolis. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo Violência e Poder**. São Paulo, 2008, p.7. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST21/Toneli-Lago-Beiras-Lodetti-Climaco_21.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2013.

VICENTE, LUCIANA DE MORAES; VIEIRA, ELISABETH MELONI. M. O conhecimento sobre a violência de gênero entre estudantes de medicina e médicos residentes. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v.33, n.1, p.63-71. 2009.

VIEIRA, LETÍCIA BECKER et al. Perspectivas para o cuidado de enfermagem às mulheres que denunciam a violência vivida. **Escola Anna Nery** [online], v.15, n.4, p.678-685. 2011.

VILLELA, WILZA VIEIRA et al. Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.20, n.1, p.113-123, mar. 2011.

VITORELLO, MÁRCIA APARECIDA. Família contemporânea e as funções parentais: há nela um ato de amor? **Psicologia da Educação**, São Paulo, v.32, 1º semestre, p.7-24. 2011.

XAVIER, IONE APARECIDA. Psicoterapia breve familiar em casos de famílias em situação de violência. **Revista da SPAGESP** [online], v.8, n.1, p. 51-65, jan./jun. 2007.

ZOBOLI, ELMA LOURDES CAMPOS PAVONE. O sujeito da saúde e da doença e sua autonomia: enfoque bioético. In: LEFÈVRE, FERNANDO; LEFÈVRE, ANA MARIA CAVALCANTE; IGNARA, REGINA MARIA (Org.) **O conhecimento de intersecção: uma nova proposta para as relações entre a academia e a sociedade**. São Paulo: Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo, 2007.

WATTS CHARLOTTE; ZIMMERMAN, CATHY. Violence against women: global scope and magnitude. **Lancet**, v.359, n.9313, p.1232-1237. 2002.

WALKER, LOREN. **The Battered Woman Syndrome**. Spring Publishing Company LLC, Nova York: 2009.

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Autorizamos a mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, **MILCA RAMAIANE DA SILVA CARVALHO**, realizar atividade de pesquisa acadêmica orientada pela professora Dr.^a Normélia Maria Freire Diniz, para elaboração da Dissertação “Discursos de mulheres em situação conjugal no espaço de uma política pública”, a ser desenvolvida no Centro de Referência Loreta Valadares (CRLV) em conformidade ao objeto, prazo e metodologia apresentados no projeto.

Salvador, 20 de dezembro de 2011


Lídia Maria Millet Lasserre
Gerente CRLV

Centro de Referência Loreta Valadares (CRLV)
Rua Aristides Novis, 44, Federação CEP. 40210-360 Salvador-Ba
Tel/Fax 31176770/6769 centroreferencialv@salvador.ba.gov.br

APÊNDICE B - INSTRUÇÃO AS PARTICIPANTES E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra está sendo convidada a participar de uma pesquisa intitulada “Discursos de mulheres em situação de violência conjugal no espaço de uma política pública” que tem como objeto de estudo a vivência e o processo de enfrentamento da violência conjugal e o objetivo de analisar o discurso de mulheres sobre a vivência e o processo de enfrentamento da violência conjugal. Trata-se de um projeto de pesquisa desenvolvido por mim, Milca Ramaiane da Silva Carvalho, como atividade do Curso de Mestrado em enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Profa. Dra. Normélia Maria de Freire Diniz.

A Sra poderá participar ou não da pesquisa, bem como desistir em qualquer fase do estudo, sem qualquer prejuízo. Caso a Sra aceite, todas as informações coletadas serão estritamente confidenciais, de modo que os sujeitos serão identificados por nomes fictícios, garantindo o sigilo e o anonimato e assegurando a privacidade.

As informações poderão ser gravadas com o auxílio de um gravador portátil em um local onde a Sra poderá falar livremente sobre a sua experiência, caso aceite. A coleta de dados será realizada de acordo com a sua disponibilidade e mediante a sua prévia autorização por escrito. Concorde em participar da entrevista, a Sra poderá ouvir a fita e retirar ou acrescentar quaisquer informações. O material de gravação será por mim arquivado no arquivo virtual do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Qualidade de Vida, no qual integro.

Ao participar desta pesquisa, a Sra não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada será pago por sua participação. O possível risco será de a Sra ficar constrangida ou relembrar momentos que não sejam bons, e nesse caso, contamos com o apoio de uma Psicóloga do serviço que estará dando um suporte psicológico, podendo a mesma, ajudá-la sempre que necessário.

Este estudo não traz e não haverá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo possibilite maior compreensão acerca do fenômeno da violência conjugal, de forma a contribuir com subsídios para promoção de estratégias de enfrentamento da violência conjugal por meio de implementação e construção de Políticas Públicas. Os resultados deste estudo serão divulgados em meio acadêmico e científico através de apresentações em eventos e publicações de dissertação e artigos científicos em revistas, e também em instituições que atendem pessoas em situação de violência doméstica e conjugal.

Os aspectos acima mencionados respeitam a Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos. Sempre que quiser poderá pedir informações sobre a pesquisa através da própria pesquisadora ou pelo telefone da instituição vinculada a pesquisa (Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia) (71) 33324452.

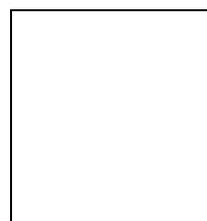
Diante do exposto, pedimos a sua permissão para participar desta pesquisa. Caso esteja bem informada e aceite participar, favor assinar esse documento em 02 (duas) vias, sendo que uma ficará com você e a outra ficará com as pesquisadoras.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que entendi todas as informações relacionadas à minha participação nesta pesquisa intitulada **Discursos de mulheres em situação de violência conjugal no espaço de uma Política Pública**, que li ou que foram lidas por mim. Conversei com a Enfermeira Milca Ramaiane da S. Carvalho. Sobre a minha participação voluntária no estudo. Não tenho dúvida de que não receberei benefícios financeiros. Concordo em participar, de forma voluntária, podendo desistir em qualquer etapa e retirar meu consentimento, sem penalidades, ou prejuízo, ou perda de benefícios aos quais tenho direito conforme a resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196, de 10 de outubro de 1996. Terei acesso aos dados registrados e reforço que não fui submetida à coação, indução ou intimidação.

Salvador, ___/___/_____

Assinatura da participante



Impressão dactiloscópica

Declaro que recebi de forma voluntária e apropriada o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para participação nesta pesquisa.

Salvador, ___/___/_____

Assinatura da pesquisadora

**APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DOS DADOS SOCIAIS,
ECONÔMICOS E CONJUGAIS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

Idade:

Cor ou raça: () preto () branco () amarela () parda () indígena

Religião:

() Católica	() Evangélica	() Espírita	() Não tem
--------------	----------------	--------------	-------------

Grau de Escolaridade:

() Nunca estudou	() Alfabetizada	() Antigo primário
() Fundamental ou 1º grau incompleto	() Fundamental ou 1º grau completo	
() Ensino médio ou 2º grau incompleto	() Ensino médio ou 2º grau completo	
() Superior incompleto	() Superior completo	

Situação Conjugal:

() Casada/ União estável	() Divorciada
() Viúva	() União Consensual
() Solteira	() desquitada/ separada

Filhos:

Número: _____

Filhos do atual parceiro: _____

Filhos de parceiros anteriores: _____

Trabalho:

Profissão: _____

Trabalho fora de casa? () Sim () Não

O que faz? _____

Onde? _____

Condição financeira:

Dependência Financeira:

() Independente () Parcialmente dependente () Totalmente dependente

Quem ajuda você financeiramente:

() marido/esposo/companheiro	() ex-marido/esposo/companheiro
() Pai/mãe	() Parentes _____
() Amigos	() Outros _____

Renda Familiar: _____

Renda Pessoal: _____

PERÍODO QUE VIVENCIAU/VIVÊNCIA A VIOLÊNCIA?

() menos de 1 ano	() 1 a cinco anos	() 5 a 10 anos	() mais de 10 anos
--------------------	--------------------	-----------------	---------------------

APÊNDICE D – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA

1. Fale da relação com sua família.
2. Fale da relação com a família do seu companheiro.
3. Fale da relação com seu companheiro (atual)
4. Fale da procura de atendimento em outros serviços, no que diz respeito a violência.
5. Você esta sendo atendida em um Centro de Referência, fale dessa vivência.

APÊNDICE E - QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA

Participante	Idade anos	Cor	Religião	Escolaridade	Condição financeira	Situação conjugal	Filho	Profissão	Emprego	Vivencia de Violência	Renda Pessoal	Renda Familiar
E1	49	Parda	Evangélica	Médio Incompleto	Totalmente Dependente	Casada	Dois	-	-	10 anos	-	1000,00
E2	40	Parda	Católica	2º Grau Completo	Parcialmente dependente	Divorciada	Três	Empregada Doméstica	Empregada Doméstica	11 anos	330,00	580,00
E3	66	Parda	Espírita	2º Grau Completo	Parcialmente dependente	Casada	Dois	Cozinheira	Cozinheira	43 anos	1090,00	1500,00
E4	45	Parda	Católica	2º Grau Incompleto	Parcialmente Dependente	Casada	Três	Manicure	Manicure	20 anos	300,00	1000,00
E5	50	Parda	Evangélica	2º Grau Completo	Totalmente dependente	Divorciada	Dois	Secretaria	-	21 anos	-	650,00
E6	62	Parda	Católica	Médio Incompleto	Totalmente dependente	União Estável	Dois	Costureira	-	26 anos	-	1300,00
E7	37	Parda	Espírita	Superior Completo	Parcialmente Dependente	Solteira	Um	Assistente Social	Assistente social	3 anos	2.600,00	4.600,00
E8	48	Parda	Evangélica	2º Grau Completo	Totalmente Independente	Divorciada	-	Técnica de Enfermagem	Técnica de Enfermagem	4 anos	1.000,00	1.000,00
E9	41	Parda	Espírita	Médio Incompleto	Parcialmente Dependente	Divorciada	Dois	Cuidadora de Idosos	Cuidadora de Idosos	6 anos	500,00	750,00
E10	43	Parda	Católica	Pós Graduada	Parcialmente Dependente	Divorciada	Um	Pedagoga	Pedagoga	12 anos	575,00	900,00
E11	51	Branca	Evangélica	2º Grau	Parcialmente	Casada	Um	Tosa	Tosa de	31 anos	450,00	1000,00

				Completo	Dependente			Animais	Animais			
E12	54	Preta	Católica	Médio Incompleto	Totalmente Independente	Divorciada	Três	Empregada Doméstica	Empregada Doméstica	20 anos	860,00	860,00
E13	35	Preta	Testemunha de Jeová	Superior Incompleto	Totalmente Dependente	Solteira	Um	Vendedora	-	10 anos	-	1600,00
E14	48	Negra	-	Médio Incompleto	Totalmente Independente	Casada	Um	Costureira	Costureira	30 anos	1.800,00	2.000,00
E15	31	Parda	Católica	Superior Incompleto	Parcialmente dependente	Solteira	Um	Pedagoga	Pedagoga	4 anos	675,00	1.800,00

APÊNDICE F – QUADRO DE DISCURSOS

QUESTÃO 1: Fale da relação com a sua família.

QUADRO 1A - Ideia central síntese: Relação de violência com a família.

DSC

Minha mãe foi toda marcada, surrada por que a madrasta não prestava. [...] Ela ficava debaixo da mesa esperando os enteados comer e jogar o resto que não prestava pra ela, tinham ela como um nada, ela era lavadeira, baba, cozinheira. [...] Ela (madrasta) não podia dar amor porque ela não sabia! (E14) Uma coisa que eu esquecesse de fazer me batiam, era pancada! [...] Eu fui criada desorientada, via meu pai fazendo sexo com minha madrasta. (E12) Meu pai era violento, ele batia em minha mãe, cuspiam, eu vi várias vezes ele querer esfaquear ela. Uma vez ele raspou a cabeça dela só de um lado para ela não ir trabalhar. (E3) Então ela traduziu isso em mim e fazia algumas violências comigo, talvez até involuntárias. (E13) Ela sempre foi muito rude, ela batia mesmo, ela batia de cinto, de fivela, ela tinha prazer em me bater no rosto. [...] Eu vivia com meu pai e ele me batia, me batia mesmo, eu apanhava muito! Nunca achei carinho, nunca achei nada! [...] Eu não tinha família para me defender, quando ele (companheiro) me maltratava, eu não tinha ninguém para me apoiar, eles não falavam nada! (E4) Não tive um apoio familiar para prosseguir os estudos, comecei a trabalhar cedo. (E1) Durante oito anos trabalhei para sustentar minha mãe e mais quatorze pessoas dentro de casa. Quando chegou aos quatorze anos me apaixonei por uma pessoa, o caseiro da fazenda do meu pai, e ela (mãe) não aceitou, casei com essa pessoa que ela escolheu só para me livrar de eu voltar para a roça e casar com a aquela pessoa que eu sempre gostei (E2) Minha tia com quem eu tinha muita afeição foi embora, saiu de casa, me abandonou quando eu tava grávida! Acho que ela teve um caso com meu companheiro, a história é meio triste, grotesca! (E13) Somadas vezes tentei me separar, mas não tinha para onde ir! Tinha mãe, irmãos, irmãs, assistiam, viam meu desespero e nunca foram solidários. O silêncio ajudou a compactuar com a violência que eu sofri. [...] Minha mãe ela era contra verbalmente, mas não se posicionava. (E14) Uma das minhas irmãs delas foi amante dele e isso foi que mais me machucou. Meus irmãos

<i>diziam que se eu aguentei 46 anos podia aguentar mais 20, mais 30. Acharam que eu separei porque queria homem. [...]. Mas eu não ligo não, do jeito que tá, tá bom! Já nem sinto falta deles. Eles me abandonaram! (E3)</i>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
E1: <i>Não tive um apoio familiar para prosseguir os estudos, comecei a trabalhar cedo.</i>	3ª Ideia: Sem apoio da família deixou de estudar para trabalhar.
E2: <i>Durante oito anos trabalhei para sustentar minha mãe e mais quatorze pessoas dentro de casa. Quando chegou aos quatorze anos me apaixonei por uma pessoa, o caseiro da fazenda do meu pai, e ela (mãe) não aceitou, casei com essa pessoa que ela escolheu só para me livrar de eu voltar para a roça e casar com a aquela pessoa que eu sempre gostei.</i>	3ª Ideia: Trabalhava para sustentar a família. 2ª Ideia: Mãe não aceitou a relação, obrigou a casar com outro.
E3: <i>Meu pai era violento, ele batia em minha mãe, cuspiam, eu vi várias vezes ele querer esfaquear ela. Uma vez ele raspou a cabeça dela só de um lado para ela não ir trabalhar. [...] Uma das minhas irmãs delas foi amante dele e isso foi que mais me machucou. Meus irmãos diziam que se eu aguentei 46 anos podia aguentar mais 20, mais 30. Acharam que eu separei porque queria homem. [...]. Mas eu não ligo não, do jeito que tá, tá bom! Já nem sinto falta deles. Eles me abandonaram!</i>	1ª Ideia: Pai era violento com a mãe. 2ª Ideia: Irmã foi amante do companheiro 3ª Ideia: Irmãos a abandonaram por não aceitarem a separação.
E4: <i>Ela sempre foi muito rude, ela batia mesmo, ela batia de cinto, de fivela, ela tinha prazer em me bater no rosto. [...] Eu vivia com meu pai e ele me batia, me batia mesmo, eu</i>	1ª Ideia: Sofria violência dos pais.

apanhava muito! Nunca achei carinho, nunca achei nada! [...] Eu não tinha família para me defender, quando ele (companheiro) me maltratava, eu não tinha ninguém para me apoiar, eles não falavam nada!

E12: *Uma coisa que eu esquecesse de fazer me batiam, era pancada! [...] Eu fui criada desorientada, via meu pai fazendo sexo com minha madrasta.*

E13: *Então ela traduziu isso em mim e fazia algumas violências comigo, talvez até involuntárias. [...] Minha tia com quem eu tinha muita afeição foi embora, saiu de casa, me abandonou quando eu tava grávida! Acho que ela teve um caso com meu companheiro, a história é meio triste, grotesca!*

E14: *Minha mãe foi toda marcada, surrada por que a madrasta não prestava. [...] Ela ficava debaixo da mesa esperando os enteados comer e jogar o resto que não prestava pra ela, tinham ela como um nada, ela era lavadeira, baba, cozinheira. [...] Ela (madrasta) não podia dar amor porque ela não sabia! [...] Somadas vezes tentei me separar, mas não tinha para onde ir! Tinha mãe, irmãos, irmãs, assistiam, viam meu desespero e nunca foram solidários. O silêncio ajudou a compactuar com a violência que eu sofri. [...] Minha mãe ela era contra verbalmente, mas não se posicionava.*

2ª Ideia: Não tinha a quem pedir apoio na família.

1ª Ideia: Sofria violência se deixasse de fazer algo.

2ª Ideia: Presenciava relação sexual do pai.

1ª Ideia: Mãe era violenta porque sofria violência do companheiro.

2ª Ideia: Tia teve um caso com companheiro e a abandonou.

1ª Ideia: Mãe sofreu violência da madrasta.

3ª Ideia: Queria se separar, mas não tinha apoio.

QUADRO 1B - Ideia central síntese: Vivência de discriminação racial e econômica pela família

DSC	
<p><i>Sofri muito preconceito porque os filhos dela não me aceitavam porque eu era branca como o meu pai, sofri muita discriminação. [...] Minha mãe nunca teve preocupação comigo, ela tinha preocupação com os filhos mais velhos, eles eram o carinho dela, tanto que ela dizia que amava os filhos negros. (E1) Foi muito sofrimento, muito choro, muita injustiça, muita desigualdade! Porque ao que eles tinham direitos eu não tinha, tudo era diferente! [...] Ela tirou de mim tudo, direito de ficar dentro de casa, de comer, de ir para a escola, eu fiquei muito tempo em um castigo cruel, não podia sair de casa para nada e ainda ficava dentro de casa com fome e, às vezes, desmaiava de fome. Um dos pontos que eu percebia, é que eu sou negra e ela não gosta de filho negro. Ela não gosta! Ela fala claramente! (E2) Às vezes me sinto excluída, não sei se é coisa da minha cabeça, tem alguma coisa assim que incomoda. [...] Minha tia fala umas coisas e eu me sinto mal com isso. Eu não sei se é baixa estima, só sei que me incomoda e que não é bom. [...] Talvez eu me sinta mal porque com a minha formação era para eu tá em outra situação. (E10).</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E1: <i>Sofri muito preconceito porque os filhos dela não me aceitavam porque eu era branca como o meu pai, sofri muita discriminação. [...] Minha mãe nunca teve preocupação comigo, ela tinha preocupação com os filhos mais velhos, eles eram o carinho dela, tanto que ela dizia que amava os filhos negros.</i></p>	<p>1ª Ideia: Sofria preconceito da família por ser de outra cor.</p>
<p>E2: <i>Foi muito sofrimento, muito choro, muita injustiça, muita desigualdade! Porque ao que eles tinham direitos eu não tinha, tudo era diferente! [...] Ela tirou de mim tudo, direito de</i></p>	<p>1ª Ideia: Era discriminada, tratada de forma diferente dos irmãos por ser de outra cor.</p>

ficar dentro de casa, de comer, de ir para a escola, eu fiquei muito tempo em um castigo cruel, não podia sair de casa para nada e ainda ficava dentro de casa com fome e, às vezes, desmaiava de fome. Um dos pontos que eu percebia, é que eu sou negra e ela não gosta de filho negro. Ela não gosta! Ela fala claramente!

E10: *Às vezes me sinto excluída, não sei se é coisa da minha cabeça, tem alguma coisa assim que incomoda. [...] Minha tia fala umas coisas e eu me sinto mal com isso. Eu não sei se é baixa estima, só sei que me incomoda e que não é bom. [...] Talvez eu me sinta mal porque com a minha formação era para eu tá em outra situação.*

2ª Ideia: Se sente excluída pela a família.

QUADRO 1C - Ideia central síntese: Afastamento da família por causa da violência e resgate da relação com a separação

DSC	
<p><i>É um relacionamento de família, de um ajudar o outro, em outro tempo perdi isso, no período que vivi com meu ex-marido ficou esquecida porque ele não aceitava que me relacionasse com minha família. [...] Mas resgatei o vínculo e tenho o apoio deles, me ajudam muito! Ainda separei várias vezes, mas voltei e com isso minha família foi descreditando. Minha mãe falou que se eu voltasse podia esquecer que tinha família. (E5) Meu pai não queria eu que casasse porque ele sabia que não ia dar certo, que ele não tinha condições de me sustentar, mas eu não entendia. (E10) Meus familiares quando andava lá eram maltratados pelo marido, por isso eles não vão na minha casa, ficam usando a desculpa que é muito longe. (E11) Quando eu fui morar com ele minha família ficou contra, mas não proibiu, minha mãe me orientou, achou que não ia dar certo, minha irmã pensava da mesma forma, achava que a gente era muito diferente de valores, crenças e comportamentos. [...] Na separação, no que eles puderam me apoiar apoiaram. Depois descobrir que estava grávida e mesmo assim eles me acolheram. O apoio da minha família foi fundamental, se eu não tivesse não sei o que teria acontecido. (E7) Hoje a relação é normal, é uma família tranquila! Eles foram um apoio para mim e estão sendo até hoje, foi onde eu pude me apoiar! (E15) Minha mãe sempre me dá um conselho e tudo. (E9) A relação com a família é boa! Com meu filho e filha também. (E6) Um ajuda o outro, eles me defendem! (E8).</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E5: <i>É um relacionamento de família, de um ajudar o outro, em outro tempo perdi isso, no período que vivi com meu ex-marido ficou esquecida porque ele não aceitava que me relacionasse com minha família. [...] Mas resgatei o vínculo e tenho o apoio deles, me ajudam muito! Ainda separei várias vezes, mas voltei e com isso minha família foi</i></p>	<p>1ª Ideia: Não tinha relação com a família durante o período que estava com o companheiro, mas resgatou após separação.</p>

<p><i>desacreditando. Minha mãe falou que se eu voltasse podia esquecer que tinha família.</i></p>	<p>2ª Ideia: Família descreditou quando retornou para o companheiro.</p>
<p>E6: <i>A relação com a família é boa! Com meu filho e filha também.</i></p>	<p>1ª Ideia: Tem boa relação com a família.</p>
<p>E7: <i>Quando eu fui morar com ele minha família ficou contra, mas não proibiu, minha mãe me orientou, achou que não ia dar certo, minha irmã pensava da mesma forma, achava que a gente era muito diferente de valores, crenças e comportamentos. [...] Na separação, no que eles puderam me apoiar apoiaram. Depois descobrir que estava grávida e mesmo assim eles me acolheram. O apoio da minha família foi fundamental, se eu não tivesse não sei o que teria acontecido.</i></p>	<p>1ª Ideia: Família não concordava com a relação.</p> <p>2ª Ideia: Achou fundamental o apoio da família na separação e gravidez</p>
<p>E8: <i>Um ajuda o outro, eles me defendem!</i></p>	<p>1ª Ideia: Tem boa relação.</p>
<p>E9: <i>Minha mãe sempre me dá um conselho e tudo.</i></p>	<p>1ª Ideia: Recebe conselho da mãe.</p>
<p>E10: <i>Meu pai não queria eu que casasse porque ele sabia que não ia dar certo, que ele não tinha condições de me sustentar, mas eu não entendia.</i></p>	<p>1ª Ideia: Pai não aceitava relação por questões econômicas.</p>
<p>E11: <i>Meus familiares quando andava lá eram maltratados pelo marido, por isso eles não vão na minha casa, ficam usando a desculpa que é muito longe.</i></p>	<p>3ª Ideia: Família não a visita porque é maltratada pelo companheiro.</p>

E15: *Hoje a relação é normal, é uma família tranquila! Eles foram um apoio para mim e estão sendo até hoje, foi onde eu pude me apoiar!*

1ª Ideia: Família é o apoio.

QUADRO 1D - Ideia central síntese: Relação desrespeitosa com os filhos

DSC	
<p><i>Eu me negava a ter filhos! (E14) Antes eu xingava muito meus filhos! (E12) Cada vez que tinha que ter um filho era horrível, era um sofrimento, um tormento! (E2) Minha menina se separou de mim quando meu ex companheiro começou a mexer com ela (violência sexual), foi para casa da minha mãe e tá lá até hoje. (E9) A relação com meus filhos são relações que não é muito agradável eles fazem o que querem. (E4) Meu filho é um adolescente que tem medo do pai, para o pai ele não diz nada, mas comigo ele responde! (E10) Minha filha quando estava longe de mim extravasava, bebia. [...] Quando ia reclamar ela sempre corria para ele. (E11) Minha filha quando vai para a casa dele vem totalmente diferente. Agora me chama de maluca, com comportamento agressivo. (E15) O menino mais velho depois que chegou da casa do pai começou a me tratar como o pai me tratava. Ficou muito agressivo, é como se tudo aquilo que o pai fez ele tivesse mandando para mim. A menina ficou fria, diferente, arrumou um trabalho na igreja, foi embora de casa. [...] Tento falar com ele para procurar atendimento psicológico e ele não quer. (E2)</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E2: <i>Cada vez que tinha que ter um filho era horrível, era um sofrimento, um tormento! [...] O menino mais velho depois que chegou da casa do pai começou a me tratar como o pai me tratava. Ficou muito agressivo, é como se tudo aquilo que o pai fez ele tivesse mandando para mim. A menina ficou fria, diferente, arrumou um trabalho na igreja, foi embora de casa. [...] Tento falar com ele para procurar atendimento psicológico e ele não quer.</i></p>	<p>4ª Ideia: Não quis ter filhos.</p> <p>5ª Ideia: Os filhos são agressivos, não a tratam bem.</p>
<p>E4: <i>A relação com meus filhos são relações que não é muito agradável eles fazem o que querem.</i></p>	<p>3ª Ideia: Não tem boa relação com os filhos.</p>

<p>E9: <i>Minha menina se separou de mim quando meu ex companheiro começou a mexer com ela (violência sexual), foi para casa da minha mãe e tá lá até hoje.</i></p>	<p>2ª Ideia: Filha saiu de casa quando foi violentada pelo padrasto.</p>
<p>E10: <i>Meu filho é um adolescente que tem medo do pai, para o pai ele não diz nada, mas comigo ele responde!</i></p>	<p>3ª Ideia: Filho tem medo do pai e a enfrenta.</p>
<p>E11: <i>Minha filha quando estava longe de mim extravasava, bebia. [...] Quando ia reclamar ela sempre corria para ele.</i></p>	<p>2ª Ideia: Quando reclamava com a filha ela recorria ao pai.</p>
<p>E12: <i>Antes eu xingava muito meus filhos!</i></p>	<p>3ª Ideia: Xingava os filhos.</p>
<p>E14: <i>Eu me negava a ter filhos!</i></p>	<p>2ª Ideia: Não queria ter filhos.</p>
<p>E15: <i>Minha filha quando vai para a casa dele vem totalmente diferente. Agora me chama de maluca, com comportamento agressivo.</i></p>	<p>2ª Ideia: Filha fica diferente quando tem contato com o pai.</p>

QUADRO 1E - Ideia central síntese: Anulação e dedicação aos filhos

DSC	
<p><i>Me dediquei 100% a meus filhos! Parei a minha vida e foquei na dos meus filhos. (E1) Devido à situação de saúde da minha filha eu parei de trabalhar para cuidar dela, porque ela tem um problema de saúde de renite alérgica muito sério. (E11) Meu filho sempre foi o meu amigo, eu não tinha muito com quem conversar, então eu conversava muito com ele. (E5) O mais novo todo dia faz assim alguma coisa que me agrada para poder compensar, demonstrar que ele tá agradecido por ter tirado ele de onde ele sofria tanto, da casa do pai. (E2) Hoje só tenho agora o meu filho. [...] Sou a meu ver uma mãe boa porque não saíu com ele para bar, ele não me ver com homem. Não sou uma mulher promiscua, eu sou uma mulher que toma conta só de meu filho, que se pode dizer dentro do traçado para mulher! Então eu acho que ele não tem muito o que reclamar! (E13) Hoje minha filha vive dizendo para arranjar um namorado, diz que o meu casamento já morreu e eu insisto em usar o luto. Digo que não é assim, largar um e pegar outro, comigo não é assim! (E11) Mas não quero atrapalhar a vida de ninguém, não quero atrapalhar os programas dos meus filhos. Não quero incomodar ninguém. (E3)</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
E1: <i>Me dediquei 100% a meus filhos! Parei a minha vida e foquei na dos meus filhos.</i>	2ª Ideia: Se dedicou integralmente aos filhos.
E2: <i>O mais novo todo dia faz assim alguma coisa que me agrada para poder compensar, demonstrar que ele tá agradecido por ter tirado ele de onde ele sofria tanto, da casa do pai.</i>	6ª Ideia: Filho é grato por ter o tirado da situação de violência.
E3: <i>Mas não quero atrapalhar a vida de ninguém, não quero atrapalhar os programas dos meus filhos. Não quero incomodar ninguém.</i>	4ª Ideia: Não quer atrapalhar a vida dos filhos.
E5: <i>Meu filho sempre foi o meu amigo, eu não</i>	3ª Ideia: Filho é um amigo.

tinha muito com quem conversar, então eu conversava muito com ele.

E11: *Devido à situação de saúde da minha filha eu parei de trabalhar para cuidar dela, porque ela tem um problema de saúde de renite alérgica muito sério. [...] Hoje minha filha vive dizendo para arranjar um namorado, diz que o meu casamento já morreu e eu insisto em usar o luto. Digo que não é assim, largar um e pegar outro, comigo não é assim!*

E13: *Hoje só tenho agora o meu filho. [...] Sou a meu ver uma mãe boa porque não saiu com ele para bar, ele não me ver com homem. Não sou uma mulher promiscua, eu sou uma mulher que toma conta só de meu filho, que se pode dizer dentro do traçado para mulher! Então eu acho que ele não tem muito o que reclamar!*

1ª Ideia: Deixou de trabalhar para cuidar da filha.

4ª Ideia: Filha quer que arranje um companheiro.

3ª Ideia: É uma boa mãe, filho não tem o que reclamar.

QUESTÃO 2: Fale da relação com a família do seu companheiro.

QUADRO 2A - Ideia central síntese: Boa relação com a família do companheiro e apoio durante separação.

DSC	
<p><i>Até hoje é uma boa relação! Me dou muito bem com eles. (E10) A mãe dele se tornou como se fosse uma mãe. [...] Dos irmãos dele não tenho o que falar, quando ele começava a fazer as artes de me bater eles mandavam que eu largasse. Eles me davam apoio. Diziam que eu só apanhei porque eu continuava com ele, porque não ia embora. (E12) O irmão dele também chamava a atenção dele. (E9) Eles sempre me faziam bem, me ajudavam e na hora da violência sempre me defendiam. A irmã dele era um pouco mais velha e era uma mãe para mim, me defendia, me acolhia, trazia comida, dava apoio! [...] A mãe dele vivia me dando conselho para eu largar ele por conta do jeito que ele me tratava, da violência, por eu estar doente, todas as vezes que eu separava ela dava o maior apoio e quando acontecia de voltar ela chegava ao ponto de ficar sem falar comigo, ela dizia que eu era burra. (E2) Com a tia e prima dele minha relação também é ótima. (E6) A mãe dele desde o primeiro momento que ela me conheceu ela me avisou, ela dizia que ele sempre foi assim, o tipo de pessoa que não leva desaforo! (E4)</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E2: <i>Eles sempre me faziam bem, me ajudavam e na hora da violência sempre me defendiam. A irmã dele era um pouco mais velha e era uma mãe para mim, me defendia, me acolhia, trazia comida, dava apoio! [...] A mãe dele vivia me dando conselho para eu largar ele por conta do jeito que ele me tratava, da violência, por eu estar doente, todas as vezes que eu separava ela dava o maior apoio e quando acontecia de voltar ela chegava ao ponto de ficar sem falar comigo, ela dizia que eu era burra.</i></p>	<p>1ª Ideia: Teve boa relação e recebia apoio quando sofria violência.</p> <p>3ª Ideia: Família apoiava separação e não concordavam quando voltava para o companheiro.</p>

<p>E4: <i>A mãe dele desde o primeiro momento que ela me conheceu ela me avisou, ela dizia que ele sempre foi assim, o tipo de pessoa que não leva desaforo!</i></p>	<p>2ª Ideia: A mãe dele avisou que ele era agressivo.</p>
<p>E6: <i>Com a tia e prima dele minha relação também é ótima.</i></p>	<p>1ª Ideia: Tinha boa relação com familiares.</p>
<p>E9: <i>O irmão dele também chamava a atenção dele.</i></p>	<p>1ª Ideia: Genro aconselhava companheiro.</p>
<p>E10: <i>Até hoje é uma boa relação! Me dou muito bem com eles.</i></p>	<p>1ª Ideia: Tem boa relação.</p>
<p>E12: <i>A mãe dele se tornou como se fosse uma mãe. [...] Dos irmãos dele não tenho o que falar, quando ele começava a fazer as artes de me bater eles mandavam que eu largasse. Eles me davam apoio. Diziam que eu só apanhei porque eu continuava com ele, porque não ia embora.</i></p>	<p>1ª Ideia: Davam apoio e não concordavam com a violência realizada pelo companheiro.</p>

QUADRO 2B - Ideia central síntese: Família do companheiro era contra a separação.

DSC	
<i>A sogra ela ligava e falava comigo praticamente todos os dias. Ele gostava de dar almoço, a família dele não saía de lá (E3) Ela ficava calada, ela não se metia, mas também não falava mal, ficava na dela. (E2) A família dele, tia, tios, primos nunca brigaram comigo por causa dele, (E6) mas quando eu disse que ia dar queixa, ai tudo se virou contra mim, tanto a mãe, quanto os irmãos, quanto as irmãs. Hoje a gente não tem nenhum contato, nenhum diálogo, nem com a família e nem com ele. (E15) Depois da separação ela cortou a relação comigo. (E8) Ninguém nunca mais me procurou, também eu nunca procurei ninguém. Não quero contato com ninguém, nem quero mais saber! (E3)</i>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
E2: <i>Ela ficava calada, ela não se metia, mas também não falava mal, ficava na dela.</i>	2ª Ideia: A família se silenciava diante da violência.
E3: <i>A sogra ela ligava e falava comigo praticamente todos os dias. Ele gostava de dar almoço, a família dele não saía de lá. [...] Ninguém nunca mais me procurou, também eu nunca procurei ninguém. Não quero contato com ninguém, nem quero mais saber!</i>	1ª Ideia: Tinha contato frequente com a sogra, mas após a separação ninguém a procurou.
E6: <i>A família dele, tia, tios, primos nunca brigaram comigo por causa dele.</i>	3ª Ideia: Família não brigava com ela por causa com companheiro.
E8: <i>Depois da separação ela cortou a relação comigo.</i>	2ª Ideia: Não teve contato com a sogra após separação.
E15: <i>mas quando eu disse que ia dar queixa, ai tudo se virou contra mim, tanto a mãe, quanto os irmãos, quanto as irmãs. Hoje a gente não tem nenhum contato, nenhum diálogo, nem com a família.</i>	1ª Ideia: Tinha boa relação, mas quando decidiu dar a queixa todos ficaram contra.

**QUADRO 2C - Ideia central síntese: Relação discriminatória com família do
companheiro**

DSC	
<p><i>No início do relacionamento eu frequentava a casa da mãe dele, mas eu sentia que não era uma relação bacana, saudável! Era uma relação de inveja, eu não me sentia a vontade! [...] Eles ficavam comentando porque eu era branca, de dizer que eu era patricinha, isso incomodava! Parecia que eu era culpada por ser de uma condição diferente, por ser branca, como se eu fosse culpada por meu pai morar em um lugar melhor, por ter uma condição melhor. (E7) A própria mãe dele dizia que eu não era para ele, que ele deveria ter uma pessoa da cor dele. Ela sempre frisava que eu ia ter com ele um monte de macaquinho, que eu não ia aceitar os meus filhos. (E8) Eu sentia que existia discriminação e me mantive afastada, não quis proximidade, não procurei impor a minha presença! (E14).</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E7: <i>No início do relacionamento eu frequentava a casa da mãe dele, mas eu sentia que não era uma relação bacana, saudável! Era uma relação de inveja, eu não me sentia a vontade! [...] Eles ficavam comentando porque eu era branca, de dizer que eu era patricinha, isso incomodava! Parecia que eu era culpada por ser de uma condição diferente, por ser branca, como se eu fosse culpada por meu pai morar em um lugar melhor, por ter uma condição melhor.</i></p>	<p>1ª Ideia: Família tinha inveja dela.</p> <p>2ª Ideia: Sofria discriminação por ser branca e ter boa condição econômica.</p>
<p>E8: <i>A própria mãe dele dizia que eu não era para ele, que ele deveria ter uma pessoa da cor dele. Ela sempre frisava que eu ia ter com ele um monte de macaquinho, que eu não ia aceitar os meus filhos.</i></p>	<p>1ª Ideia: Família não queria relacionamento por causa da diferença racial.</p>

E14: <i>Eu sentia que existia discriminação e me mantive afastada, não quis proximidade, não procurei impor a minha presença!</i>	2ª Ideia: Sofria discriminação e por isso se afastei.
--	---

QUADRO 2D - Ideia central síntese: Relação de violência com família do companheiro.

DSC	
<p><i>Nunca fui muito próxima da família dele. (E8) A relação era péssima! (E1) A família dele não gosta de mim, sempre quis que a gente se separasse, [...] Eu era maltratada por eles, é uma situação muito ruim, muito infernal! [...] Já tinha uma que eu tinha dado uma queixa porque uma vez ela pegou, botou meu braço para trás na casa dela e queria me jogar da escadaria abaixo. (E11) Todo mundo só fazia para me derrotar. (E4) O pai dele é uma pessoa maldosa, perversa! (E10) A irmã já me disse um monte de coisa. (E6) Já sofri violência por parte deles, ficavam me xingando. [...] Eram pessoas ríspidas, grossas, aquilo assustava! (E2) Quando meu esposo chegava do trabalho não vinha em casa, ele passava na casa da mãe, de lá elas já faziam com as filhas aquelas fuxicaradas e quando ele chegava em casa já chegava brigando, isso foi a vida inteira! (E4)[...] Ele dizia que o irmão tava certo de me bater, que mulher tinha que ser tratada assim, ficava incentivando! (E2) Ele só tem um irmão, um ex delegado e tenho uma relação péssima! Na cabeça deles eu engravidei para dar o golpe do baú! Esse irmão me ameaçava de morte, a gente brigava! Era tudo um inferno, um inferno! (E13) Estavam unidos contra mim. Descobri que estava grávida, comuniquei e ninguém da família fez contato, nada! Com o tempo eu até achei melhor romper este contato. (E7) Eu não os procuravam, não mantinha contato, não existiam para mim! (E14)</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E1: <i>A relação era péssima!</i></p> <p>E2: <i>Já sofri violência por parte deles, ficavam me xingando. [...] Eram pessoas ríspidas, grossas, aquilo assustava! [...] Ele dizia que o irmão tava certo de me bater, que mulher tinha que ser tratada assim, ficava incentivando!</i></p> <p>E4: <i>Todo mundo só fazia para me derrotar. [...] Quando meu esposo chegava do trabalho não vinha</i></p>	<p>2º Ideia: Tinha péssima relação.</p> <p>3ª Ideia: Sofria violência, eram pessoas grossas e apoiavam agressão do companheiro.</p> <p>1ª Ideia: Sofria violência conjugal por causa dos familiares do</p>

<p><i>em casa, ele passava na casa da mãe, de lá elas já faziam com as filhas aquelas fuxicaradas e quando ele chegava em casa já chegava brigando, isso foi a vida inteira!</i></p>	<p>companheiro.</p>
<p>E6: <i>A irmã já me disse um monte de coisa.</i></p>	<p>2ª Ideia: Não tem boa relação com a cunhada.</p>
<p>E7: <i>Estavam unidos contra mim. Descobri que estava grávida, comuniquei e ninguém da família fez contato, nada! Com o tempo eu até achei melhor romper este contato.</i></p>	<p>3ª Ideia: Comunicou que estava grávida e não demonstraram interesse, achou melhor manter distância.</p>
<p>E8: <i>Nunca fui muito próxima da família dele.</i></p>	<p>3ª Ideia: Não era próxima a família.</p>
<p>E10: <i>O pai dele é uma pessoa maldosa, perversa!</i></p>	<p>2ª Ideia: O sobro é uma pessoa perversa.</p>
<p>E11: <i>A família dele não gosta de mim, sempre quis que a gente se separasse, [...] Eu era maltratada por eles, é uma situação muito ruim, muito infernal! [...] Já tinha uma que eu tinha dado uma queixa porque uma vez ela pegou, botou meu braço para trás na casa dela e queria me jogar da escadaria abaixo.</i></p>	<p>1ª Ideia: A família dele sempre quis a separação. 2ª Ideia: Sofria agressão por familiares do companheiro.</p>
<p>E13: <i>Ele só tem um irmão, um ex delegado e tenho uma relação péssima! Na cabeça deles eu engravidei para dar o golpe do baú! Esse irmão me ameaçava de morte, a gente brigava! Era tudo um inferno, um inferno!</i></p>	<p>1ª Ideia: Tinha uma péssima relação, era ameaçada pelo cunhado.</p>
<p>E14: <i>Eu não os procuravam, não mantinha contato, não existiam para mim!</i></p>	<p>1ª Ideia: Não tinha contato, não os procurava.</p>

QUESTÃO 3: Fale da relação com seu companheiro.

QUESTÃO 3A - Ideia central síntese: O cotidiano de violência.

DSC

Quando eu conheci, ele não demonstrou nada! (E9) Depois que a gente começou a morar junto é que ele passou a ficar um pouco agressivo, me xingava, me humilhava. (E12) Ele começou a mudar o comportamento dele comigo, a me tratar mal. (E10) Agora não posso dizer que sempre foi uma relação de companheirismo, porque companheirismo é troca e isso nunca existiu, ele sempre determinou o que ele queria. [...] Após as agressões ele nunca me pedia desculpa, o tempo ia passando, a gente ficava sem se falar um bom tempo e aí depois ele ia me dirigindo à palavra, eu ia respondendo, mas não havia um pedido de desculpa. [...] Quando eu voltava tinha a promessa que não ia fazer mais, que não ia agredir mais! Eu largava e ele que me procurava, vinha pedindo para voltar, dizendo que gostava de mim, me amava e que não queria mais fazer aquilo. [...] Era a questão da esperança, que ele ia mudar! (E5) Eu percebia que ao mesmo tempo que ele fazia algo que era perverso, ele fazia algo que me atraía, me seduzia, como se nada tivesse acontecido. (E7) Eu sei que a violência começou a se intensificar depois que comecei a buscar independência financeira! (E14) Ele passou a me agredia por bobagem! (E5) Ele me agrediu muito psicologicamente. (E13) Ele saía, tomava todas e quando chegava me chamava de puta, cachorra e vagabunda. (E3) Tinha vezes de chegar com raiva da comida, aí ele pegava a comida, ou o mingal da criança, e jogava para cima. Pegava minhas coisas e quebrava, minhas roupas rasgava, até a roupa que tava no meu corpo. (E15) Ele já chegava quebrando tudo! Dizia que ia me matar, que ia sair para comprar um revolver. (E6) Ele me chamava de vagabunda, dizia que eu era pior que uma vagabunda porque eu não queria fazer sexo anal com ele, praticamente me forçava. Era um sofrimento! (E8) Ele queria sexo a todo custo, me batia, me mordida! Cada vez que começava a fazer sexo e eu não queria ele ia ficando muito violento comigo e eu acaba sempre na emergência. [...] Ele até já me trancou e me amarrou para fazer sexo a pulso, foi a cena pior! [...] Ele me enforcava muitas vezes, eu vivia com o corpo cheio de marcas, era ruim demais, era corpo, coração, a alma, tudo! (E2) Ele começava com insinuações, “alguém tá

pegando! Deve ter outro!”, aí você é obrigada a ceder para evitar ouvir certas coisas. Porque para mim me feria mais ouvir isso do que ter relação com ele. [...] Até que um dia ele chegou a tentar me matar com uma tesoura, para me defender fiquei com a mão toda perfurada! (E1) Eu entrava em luta corporal, ele me batia e eu batia nele, ele me tirava sangue e eu tirava sangue dele! Foram diversas tentativas de assassinato, tanto da minha parte quanto da dele porque eu não aceitava mais ele querer impor a presença dele na minha vida. Eu tomei a decisão de mata-lo, de mata-lo! (E14) Eu fico triste porque durante um tempo eu descobri essas coisas e não tomei providencias, é como se eu tivesse permitindo essa situação por achar que ele ia mudar, achava que era uma coisa passageira e me submeti! Na realidade as coisas aconteceram porque eu não tomei providencia, tudo não começou de vez. [...] Hoje eu vejo os meus erros, vejo que eu não me posicionei, não fui mais clara. [...] Hoje, avaliando, eu tive muitas falhas, eu fui uma pessoa omissa, apagada, não me coloquei nessa situação. (E11) Hoje nós somos inimigos, ele não fala comigo e nem eu falo com ele. (E6)

EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E1: <i>Ele começava com insinuações, “alguém tá pegando! Deve ter outro!”</i>, aí você é obrigada a ceder para evitar ouvir certas coisas. Porque para mim me feria mais ouvir isso do que ter relação com ele. [...] Até que um dia ele chegou a tentar me matar com uma tesoura, para me defender fiquei com a mão toda perfurada!</p> <p>E2: <i>Ele queria sexo a todo custo, me batia, me mordida! Cada vez que começava a fazer sexo e eu não queria ele ia ficando muito violento comigo e eu acaba sempre na emergência. [...] Ele até já me trancou e me amarrou para fazer sexo a pulso, foi a cena pior! [...] Ele me enforcava muitas vezes, eu vivia com o corpo cheio de marcas, era ruim demais, era corpo,</i></p>	<p>3ª Ideia: Tinha relação sexual sem vontade para não ouvir julgamentos do companheiro.</p> <p>4ª Ideia: Companheiro já tentou matá-la.</p> <p>1ª Ideia: Sofria violência sexual.</p> <p>2ª Ideia: Sofria violência física.</p>

coração, a alma, tudo!

E3: *Ele saía, tomava todas e quando chegava me chamava de puta, cachorra e vagabunda.*

E5: *Ele passou a me agredia por bobagem! [...] Agora não posso dizer que sempre foi uma relação de companheirismo, porque companheirismo é troca e isso nunca existiu, ele sempre determinou o que ele queria. [...] Após as agressões ele nunca me pedia desculpa, o tempo ia passando, a gente ficava sem se falar um bom tempo e aí depois ele ia me dirigindo à palavra, eu ia respondendo, mas não havia um pedido de desculpa. [...] Quando eu voltava tinha a promessa que não ia fazer mais, que não ia agredir mais! Eu largava e ele que me procurava, vinha pedindo para voltar, dizendo que gostava de mim, me amava e que não queria mais fazer aquilo. [...] Era a questão da esperança, que ele ia mudar!*

E6: *Ele já chegava quebrando tudo! Dizia que ia me matar, que ia sair para comprar um revólver. [...] Hoje nós somos inimigos, ele não fala comigo e nem eu falo com ele.*

E7: *Eu percebia que ao mesmo tempo que ele fazia algo que era perverso, ele fazia algo que me atraía, me seduzia, como se nada tivesse acontecido.*

E8: *Ele me chamava de vagabunda, dizia que*

3ª Ideia: Companheiro bebia e depois a violentava moralmente.

1ª Ideia: Companheiro a agredia por qualquer motivo.

6ª Ideia: Desde o início o companheiro era possessivo, após as agressões nunca pedia desculpa.

7ª Ideia: Voltava por acreditar na mudança do companheiro.

2ª Ideia: Ele quebrava tudo dentro de casa, me ameaçava de morte.

5ª Ideia: Hoje não tem mais nenhum contato com ex companheiro.

1ª Ideia: Vivia inserida no ciclo da violência.

1ª Ideia: Ele me xingava porque não

eu era pior que uma vagabunda porque eu não queria fazer sexo anal com ele, praticamente me forçava. Era um sofrimento!

E9: *Quando eu conheci, ele não demonstrou nada!*

E10: *Ele começou a mudar o comportamento dele comigo, a me tratar mal.*

E11: *Eu fico triste porque durante um tempo eu descobri essas coisas e não tomei providencias, é como se eu tivesse permitindo essa situação por achar que ele ia mudar, achava que era uma coisa passageira e me submeti! Na realidade as coisas aconteceram porque eu não tomei providencia, tudo não começou de vez. [...] Hoje eu vejo os meus erros, vejo que eu não me posicionei, não fui mais clara. [...] Hoje, avaliando, eu tive muitas falhas, eu fui uma pessoa omissa, apagada, não me coloquei nessa situação.*

E12: *Depois que a gente começou a morar junto é que ele passou a ficar um pouco agressivo, me xingava, me humilhava.*

E13: *Ele me agrediu muito psicologicamente.*

E14: *Eu entrava em luta corporal, ele me batia e eu batia nele, ele me tirava sangue e eu tirava sangue dele! Foram diversas tentativas de assassinato, tanto da minha parte quanto da*

queria fazer sexo anal.

1ª Ideia: Quando o conheceu não percebeu que ele era agressivo.

2ª Ideia: Ele mudou o comportamento, passou a distratar.

4ª Ideia: As coisas aconteceram e não tomou providencias, permitiu que o companheiro a violentasse.

1ª Ideia: As agressões apareceram quando foram morar juntos.

3ª Ideia: Foi muito agredida psicologicamente

2ª Ideia: Rebatia as agressões físicas.

3ª Ideia: Queria a separação e companheiro não aceitava por isso

<p><i>dele porque eu não aceitava mais ele querer impor a presença dele na minha vida. Eu tomei a decisão de mata-lo, de mata-lo! [...] Eu sei que a violência começou a se intensificar depois que comecei a buscar independência financeira!</i></p>	<p>decidiu matá-lo.</p>
<p>E15: <i>Tinha vezes de chegar com raiva da comida, aí ele pegava a comida, ou o mingal da criança, e jogava para cima. Pegava minhas coisas e quebrava, minhas roupas rasgava, até a roupa que tava no meu corpo.</i></p>	<p>4ª Ideia: Violência se intensificou quando passou a busca independência financeira.</p> <p>4ª Ideia: Companheiro rasgava as roupas, jogava a comida fora.</p>

QUESTÃO 3B - Ideia central síntese: A posse

DSC

Ele queria mandar em mim! (E13) Na época de namoro mesmo eu tentei terminar o namoro com ele e ele não aceitava, ele já me ameaçava e isso foi indo. [...] Eu perdi empregos por causa dele, ele chegava na empresa e ficava lá o tempo todo, tinha muito ciúmes. (E5) Depois do casamento foi que veio piorar toda a minha vida com ele porque ele achava que passou a ser meu dono, que eu era um objeto, uma coisa que ele comprou, eu não tinha voz ativa dentro de casa, tudo era ele que mandava! Fiquei sendo mais propriedade dele! [...] Eu não tinha direito de sair, de me arrumar, quando ia para o trabalho não tinha o direito de passar um ferro no cabelo, não podia pintar a unha, não podia nada! Quando saía do trabalho eu vinha fedendo, porque se me arrumasse um pouco ele dizia que eu tava com homem na rua. (E12) Eu nunca pude ir fazer um mercado porque ele nunca permitiu que eu fosse, nunca permitiu que eu fizesse nada! Eu era como se fosse o robozinho dele. [...] Mas ele nunca negou nada, nunca negou nada aos filhos, e era isso que me fazia segurar dentro de casa. [...] O negócio dele era manter a gente, deixar todo mundo debaixo dos pés, mas eu sempre aceitei porque eu dependia dele e porque tinha os meus filhos. (E3) Então ia aceitando tudo! (E4) Ele era uma pessoa limitada em todos os sentidos e isso fazia com que ele tivesse baixo estima, é como se não tivesse confiança nele mesmo e isso deixava ele mais inseguro e mais violento. (E14) Todas as vezes que a gente discutia, brigava, eu ficava querendo ir embora e ele trancava o portão, pegava a chave, trancava e saía. (E15) Ele não me deixava sair de casa, não deixava visitar parentes, não deixava parentes vir me visitar. (E2) Uma vez ele chegou em casa e eu não estava, quando eu chego que abro a porta lá vem ele com o pau para enfiar na minha barriga, eu fechei a porta ligeiro, aí ele por cima da janela enfiou o pau na minha cabeça. (E6)

EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
E2: <i>Ele não me deixava sair de casa, não deixava visitar parentes, não deixava parentes vir me visitar.</i>	3ª Ideia: Ele me isolava dos meus familiares.

<p>E3: <i>Eu nunca pude ir fazer um mercado porque ele nunca permitiu que eu fosse, nunca permitiu que eu fizesse nada! Eu era como se fosse o robzinho dele. [...] Mas ele nunca negou nada, nunca negou nada aos filhos, e era isso que me fazia segurar dentro de casa. [...] O negócio dele era manter a gente, deixar todo mundo debaixo dos pés, mas eu sempre aceitei porque eu dependia dele e porque tinha os meus filhos.</i></p>	<p>1ª Ideia: Ele me controlava, não podia sair de casa.</p> <p>2ª Ideia: Continuou na relação por que não trabalhava e o companheiro era o provedor.</p>
<p>E4: <i>Então ia aceitando tudo!</i></p>	<p>1ª Ideia: Aceitou a submissão.</p>
<p>E5: <i>Na época de namoro mesmo eu tentei terminar o namoro com ele e ele não aceitava, ele já me ameaçava e isso foi indo. [...] Eu perdi empregos por causa dele, ele chegava na empresa e ficava lá o tempo todo, tinha muito ciúmes.</i></p>	<p>2ª Ideia: Tentou terminar o relacionamento e ele não aceitou.</p> <p>3ª Ideia: Perdeu empregos por causa dele, era vigiada por causa do ciúmes.</p>
<p>E6: <i>Uma vez ele chegou em casa e eu não estava, quando eu chego que abro a porta lá vem ele com o pau para enfiar na minha barriga, eu fechei a porta ligeiro, aí ele por cima da janela enfiou o pau na minha cabeça.</i></p>	<p>1ª Ideia: Sofri agressão porque companheiro chegou em casa e eu não estava.</p>
<p>E12: <i>Depois do casamento foi que veio piorar toda a minha vida com ele porque ele achava que passou a ser meu dono, que eu era um objeto, uma coisa que ele comprou, eu não tinha voz ativa dentro de casa, tudo era ele que mandava! Fiquei sendo mais propriedade dele! [...] Eu não tinha direito de sair, de me</i></p>	<p>3ª Ideia: A violência intensificou após o casamento.</p> <p>5ª Ideia: Vivia desarrumada para não</p>

<p><i>arrumar, quando ia para o trabalho não tinha o direito de passar um ferro no cabelo, não podia pintar a unha, não podia nada! Quando saía do trabalho eu vinha fedendo, porque se me arrumasse um pouco ele dizia que eu tava com homem na rua.</i></p>	<p>sofrer acusações do companheiro.</p>
<p>E13: <i>Ele queria mandar em mim!</i></p>	<p>4ª Ideia: Ele queria mandar em mim!</p>
<p>E14: <i>Ele era uma pessoa limitada em todos os sentidos e isso fazia com que ele tivesse baixo estima, é como se não tivesse confiança nele mesmo e isso deixava ele mais inseguro e mais violento.</i></p>	<p>1ª Ideia: Companheiro era inseguro e isso aumentava a violência.</p>
<p>E15: <i>Todas as vezes que a gente discutia, brigava, eu ficava querendo ir embora e ele trancava o portão, pegava a chave, trancava e saía.</i></p>	<p>1ª Ideia: Quando dizia que ia embora ele me trancava em casa.</p>

QUESTÃO 3E - Ideia central síntese: A humilhação.

DSC	
<p><i>Sempre fui fiel! Respeitei (E1) e ele desde o começo me destratava. Ele me reduzia a nada como mulher e isso era mais danoso do que apanhar! (E13) Um dia ele virou para mim e falou “ninguém mais te quer, você já tá velha, acabada!”. Ele acabava me destratando, me colocava lá em baixo. (E7) Ele dizia coisas terríveis, que eu era inútil, não servia para nada, que era pior que as vagabundas da rua porque não fazia o que ele queria. (E8) Quando é agora ele me arranjou uma mulher. (E6) Passava praticamente por frente da porta e quando eu ia falar alguma coisa ele ainda achava ruim. [...] Ele ficava dizendo que eu era uma mulher doente porque eu tirei o útero. Ainda vinha dizer que ele pegava outra na rua porque eu não fazia o que elas faziam com ele, eu não era mulher para ele! (E12) Ele tinha várias, ele nunca deixou de ter. [...] Já chamei diversas vezes para conversar e ele não mostra o menor interesse, ele só queria ficar na boa, com aquela presença humilhante (E11).</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E1: <i>Sempre fui fiel! Respeitei</i></p>	<p>2ª Ideia: Sempre respeitei, foi fiel.</p>
<p>E6: <i>Quando é agora ele me arranjou uma mulher.</i></p>	<p>4ª Ideia: ele arranjou outra mulher.</p>
<p>E7: <i>Um dia ele virou para mim e falou “ninguém mais te quer, você já tá velha, acabada!”. Ele acabava me destratando, me colocava lá em baixo.</i></p>	<p>2ª ideia: Ele me distrata, me coloca lá em baixo.</p>
<p>E8: <i>Ele dizia coisas terríveis, que eu era inútil, não servia para nada, que era pior que as vagabundas da rua porque não fazia o que ele queria.</i></p>	<p>2ª ideia: Ele me destratava, dizia que eu era pior que uma vagabunda.</p>

<p>E11: <i>Ele tinha várias, ele nunca deixou de ter. [...] Já chamei diversas vezes para conversar e ele não mostra o menor interesse, ele só queria ficar na boa, com aquela presença humilhante.</i></p>	<p>3ª Ideia: Ele tinha várias mulheres, tentava conversar, mas ele continuava com as humilhações.</p>
<p>E12: <i>Passava praticamente por frente da porta e quando eu ia falar alguma coisa ele ainda achava ruim. [...] Ele ficava dizendo que eu era uma mulher doente porque eu tirei o útero. Ainda vinha dizer que ele pegava outra na rua porque eu não fazia o que elas faziam com ele, eu não era mulher para ele!</i></p>	<p>2ª Ideia: Ele achava ruim quando eu falava algo. Dizia que pegava outras porque eu era doente.</p>
<p>E13: <i>e ele desde o começo me distratava. Ele me reduzia a nada como mulher e isso era mais danoso do que apanhar!</i></p>	<p>1ª Ideia: Ser distratava era mais danoso que apanhar.</p>

QUESTÃO 3C - Ideia central síntese: A violência durante a gestação.

DSC	
<p><i>No início eram flores, era tudo muito bem, mas ele não me avisou que ele não queria filhos! [...] Eu não podia tomar remédio porque eu tinha displasia e ele não queria usar preservativo. Quando engravidei, ele não queria, ele me ameaçava, dizia que se eu tivesse filho eu perdia o marido e assim aconteceu! (E10) Para dizer a verdade foi desde que eu engravidei, ele começou a me maltratar, a me xingar, a me bater. (E9) Aí eu fui levando porque eu engravidei. Tive que manter o casamento, não quis fazer o aborto e depois o filho nasceu, preferia me submeter a isso, sabendo que meus filhos iam ter certo conforto. (E1) Teve uma vez mesmo que eu fui fazer a consulta do pré-natal só que nesse dia a médica atrasou, quando cheguei em casa já era quase uma hora da tarde, ele estava plantado na esquina me esperando, quando nós entramos ele fechou o portão, eu com um barrigão e ele me deu um tapa nas costas tão grande que eu chega senti aquela coisa, pensei até que eu ia perder o meu bebê! (E5) Ele me jogava no chão e quase pisava na minha barriga. (E15) Então eu vivi uma gestação com medo, é tanto que o meu filho nasceu prematuro, com sete meses. (E7)</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E1: <i>Aí eu fui levando porque eu engravidei. Tive que manter o casamento, não quis fazer o aborto e depois o filho nasceu, preferia me submeter a isso, sabendo que meus filhos iam ter certo conforto.</i></p> <p>E5: <i>Teve uma vez mesmo que eu fui fazer a consulta do pré-natal só que nesse dia a médica atrasou, quando cheguei em casa já era quase uma hora da tarde, ele estava plantado na esquina me esperando, quando nós entramos ele fechou o portão, eu com um barrigão e ele me deu um tapa nas costas tão</i></p>	<p>1ª Ideia: Continuei no casamento porque engravidei.</p> <p>5ª Ideia: Sofreu violência durante a gestação porque demorou durante uma consulta de pré-natal.</p>

grande que eu chega senti aquela coisa, pensei até que eu ia perder o meu bebê!

E7: *Então eu vivi uma gestação com medo, é tanto que o meu filho nasceu prematuro, com sete meses.*

E9: *Para dizer a verdade foi desde que eu engravidei, ele começou a me maltratar, a me xingar, a me bater.*

E10: *No início eram flores, era tudo muito bem, mas ele não me avisou que ele não queria filhos! [...] Eu não podia tomar remédio porque eu tinha displasia e ele não queria usar preservativo. Quando engravidei, ele não queria, ele me ameaçava, dizia que se eu tivesse filho eu perdia o marido e assim aconteceu!*

E15: *Ele me jogava no chão e quase pisava na minha barriga.*

3ª Ideia: Na gestação vivia com medo, por isso meu filho nasceu prematuro.

2ª Ideia: A violência começou quando engravidou.

1ª Ideia: Ele não queria filhos, quando engravidei ele me ameaçou, disse que ia se separar.

2ª Ideia: Ele me jogou no chão e quase pisava na minha barriga.

QUESTÃO 3D - Ideia central síntese: O cotidiano de violência com os filhos

DSC

Ele disse que não ia registra a criança, que se eu quisesse que fosse para a justiça. (E7) Quando minha filha nasceu a gente brigava até com a menina no colo, ele impedia que eu desse mama, puxava meu cabelo, dava tapa no meu rosto eu com a criança no colo. (E15) Com um tempo esse homem começou a machucar a menina, pegava a menina pelo o pé e eu tinha aquela preocupação do que ele ia fazer com ela. (E6) Teve uma vez que minha filha tava com fome e aí eu fui pegar mais comida para ela, aí ele chegou, apertou ela pelo o braço, jogou ela lá longe e ficou reclamando porque aquela comida era dele e era para colocar só para ele. Ele já chegou a agredir a minha menina, minha menina tomava a frente para ele não me agredir e acabava sendo agredida, ela já chegou a tomar um murro! Ele (companheiro) também ficava muito olhando para ela (filha) quando ela ia se arrumar para ir para a escola. (E9) Ele não dava amor, ele só dava porrada. Qualquer coisa que o menino (filho) fazia era motivo para porrada e era pancada de dar em homem! (E12) Ele renega, maltrata sorrateiramente, de modo que a criança às vezes nem percebe. [...] O menino hoje já mostra problemas psicológicos com relação à agressão. (E13) Na verdade, ele nunca botou autoridade como pai, e sim como um ditador, gritando, com violência, que ela (filha) não é nada, que ele que banca tudo! Como se o dinheiro dele desse autoridade dele fazer o que faz com a gente. [...] No final foi ela que prensou ele para ele sair de casa. [...] Ela não quer que ele volte e ela me disse que se eu permitir que ele volte quem vai sair é ela. (E11)

EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E6: <i>Com um tempo esse homem começou a machucar a menina, pegava a menina pelo o pé e eu tinha aquela preocupação do que ele ia fazer com ela.</i></p>	<p>3ª Ideia: Ele começou a maltratar a filha.</p>
<p>E7: <i>Ele disse que não ia registra a criança, que se eu quisesse que fosse para a justiça.</i></p>	<p>4ª Ideia: Ele disse que não iria registrar a filha, se eu quisesse que procurasse a justiça.</p>

<p>E9: <i>Teve uma vez que minha filha tava com fome e aí eu fui pegar mais comida para ela, aí ele chegou, apertou ela pelo o braço, jogou ela lá longe e ficou reclamando porque aquela comida era dele e era para colocar só para ele. Ele já chegou a agredir a minha menina, minha menina tomava a frente para ele não me agredir e acabava sendo agredida, ela já chegou a tomar um murro! Ele também ficava muito olhando para ela quando ela ia se arrumar para ir para a escola.</i></p>	<p>3ª Ideia: Ele regrava a alimentação para minha filha.</p> <p>4ª Ideia: Ele já agrediu fisicamente minha filha e também ficava só olhando ela se arrumar.</p>
<p>E11: <i>Na verdade, ele nunca botou autoridade como pai, e sim como um ditador, gritando, com violência, que ela (filha) não é nada, que ele que banca tudo! Como se o dinheiro dele desse autoridade dele fazer o que faz com a gente. [...] No final foi ela que prensou ele para ele sair de casa. [...] Ela não quer que ele volte e ela me disse que se eu permitir que ele volte quem vai sair é ela.</i></p>	<p>1ª Ideia: Ele botava autoridade de um ditador porque era o provedor.</p> <p>2ª Ideia: Minha filha colocou ele para fora e não aceita mais que ele retorne.</p>
<p>E12: <i>Ele não dava amor, ele só dava porrada. Qualquer coisa que o menino (filho) fazia era motivo para porrada e era pancada de dar em homem!</i></p>	<p>4ª Ideia: Por qualquer motivo ele agredia fisicamente o filho.</p>
<p>E13: <i>Ele renega, maltrata sorratamente, de modo que a criança às vezes nem percebe. [...] O menino hoje já mostra problemas psicológicos com relação à agressão.</i></p>	<p>2ª Ideia: Ele maltrata o filho.</p> <p>5ª Ideia: Filho hoje é agressivo.</p>
<p>E15: <i>Quando minha filha nasceu a gente</i></p>	<p>3ª Ideia: Os filhos presenciavam as</p>

<i>brigava até com a menina no colo, ele impedia que eu desse mama, puxava meu cabelo, dava tapa no meu rosto eu com a criança no colo.</i>	brigas e também sofria violência.
---	-----------------------------------

QUESTÃO 4: Fale da procura de atendimento em outros serviços no que diz respeito à violência

QUADRO 4A – Ideia central síntese: Se sentiu acolhida nos equipamentos da rede.

DSC	
<p><i>Eu gostei, as pessoas foram bem atenciosas, se preocuparam muito comigo, com meu estado, estava naquela fase inicial, tava perdida mesmo, não sabia o que fazer e aí me orientaram. (E15) Fui muito bem atendida. (E1) Eu tava cheia de marcas, toda ferida, cheguei lá na delegacia e um rapaz veio me atender, comecei a relatar o caso e ele paciente, não ficou de mau humor, ficou até três horas da tarde me atendendo. (E8) Fui também no Conselho Tutelar e (E5) os serviços foram muito acolhedor! [...] Quando sofri a violência sexual fui para o IML, lá a assistente social foi muito cuidadosa com o atendimento, o exame é constrangedor, mas o médico também foi acolhedor. Fui na DEAM para dar queixa e a delegada foi super cuidadosa na forma de abrir a queixa, no sigilo, ela tinha muito cuidado ao telefonar para a minha casa, de não dizer de onde era, porque eu não queria que os meus pais soubessem. (E7) No serviço de saúde encontrei um médico maravilhoso, ele foi um ser humano maravilhoso, o gesto marcou! (E14) Quanto à emergência eles me tratavam muito bem, iam me atendendo imediatamente porque já sabiam do meu caso. [...] Inclusive uma das médicas sentou comigo numa madrugada e conversou: “Olha, se você continuar assim você vai morrer! Se aqui não tá dando vá para a casa dos seus pais. Veja uma forma de você ir embora, de você sair dessa violência. Procure tirar seus filhos do meio disso!” (E2)</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E1: <i>Eu fui na DEAM, na Delegacia Civil pegar o papel da medida protetiva e na 1ª Vara da Família e fui muito bem atendida.</i></p>	<p>1ª Ideia: Foi bem atendida na DEAM e na 1ª vara da família.</p>
<p>E2: <i>Quanto à emergência eles me tratavam muito bem, inclusive já iam me atendendo imediatamente porque já sabiam do meu caso.</i></p>	<p>5ª Ideia: Era bem atendida na emergência, todos os profissionais já sabiam do meu caso.</p>

[...] Inclusive uma das médicas sentou comigo numa madrugada e conversou: “Olha, se você continuar assim você vai morrer! Se aqui não tá dando vá para a casa dos seus pais. Veja uma forma de você ir embora, de você sair dessa violência. Procure tirar seus filhos do meio disso!”

E5: *Fui no Conselho Tutelar, porque se ele fosse dizer que eu tinha abandonado o lar eu já tava respaldada, expliquei tudo o que aconteceu e me deram um documento dizendo que fui forçada a sair de casa por causa da violência, mas que aquilo não caracterizava abandono do lar!*

E7: *Os serviços foram muito acolhedor! [...] Quando sofri a violência sexual fui para o IML, para o VIVER. Fui na DEAM para dar queixa e a delegada foi super cuidadosa na forma de abrir a queixa, no sigilo, ela tinha muito cuidado ao telefonar para a minha casa, de não dizer de onde era, porque eu não queria que os meus pais soubessem. [...] No IML a assistente social foi super bacana, muito cuidadosa com o atendimento, o exame é constrangedor, mas o médico também foi super acolhedor também.*

E8: *Passei na DEAM, o atendimento de lá foi muito bom, me trataram muito bem! [...] Eu tava cheia de marcas, toda ferida, cheguei e um rapaz veio me atender, um rapaz muito alegre, me ofereceu até um cafezinho e comecei a relatar o caso e ele paciente, não ficou de mau humor,*

6ª Ideia: Um médica me orientou a sair de casa, voltar para casa dos meus pais.

1ª Ideia: Foi atendida no Conselho Tutelar e lá me deram um papel justificando que sai de casa por causa da violência.

1ª Ideia: Tive um atendimento acolhedor no IML, VIVER, DEAM.

1ª Ideia: Fui bem atendida na DEAM.

ficou até três horas da tarde me atendendo.

E14: *Dei sorte porque encontrei um médico maravilhoso, ele foi um ser humano maravilhoso, o gesto marcou! Naquele momento ele parecia que estudou para aquilo, queria fazer aquilo e fazia aquilo por amor e não por dinheiro.*

E15: *Eu gostei, as pessoas foram bem atenciosas, se preocuparam muito comigo, com meu estado, estava naquela fase inicial, tava perdida mesmo, não sabia o que fazer e aí me orientaram a ir para a defensoria.*

4ª Ideia: Fui atendida por um médico maravilhoso. O gesto dele marcou.

1ª Ideia: estava perdida e foi orientada.

QUADRO 4B – Ideia central síntese: Não se sentiu acolhida nos equipamentos da rede.

DSC

Passei por várias searas de violência da mulher, tudo em vão, não acredito em Política Pública para Mulher, não funciona! A ultima vez que fui na Vara da Violência me trataram como se fosse criminosa, tinha que sair de casa e não tinha direito a nada! Houve protecionismo porque o irmão dele é ex delegado! (E13) Ele tinha amizade com uma doutora de lá e pediu para ela interceder! (E5) Na Delegacia da Mulher não levam a sério, passei a noite inteira lá, cheia de marca, ferida, chorando e ainda grávida. No dia seguinte e o delegado não fez nada, aí desisti! (E2) Disseram que deveria tá esfaqueada para ser atendida, depois de me tratar daquele jeito achei melhor ir embora! (E8) Uma vez eu tava toda ensanguentada, com um talho na cabeça, quando consegui escapar dele fui para a Delegacia em Brotas e a atendente foi desumana “Oh minha filha se afaste que você tá melando a mesa! Vá no hospital, se costure e depois você volte, a delegacia não vai fugir!” Se eu já tava mal, fiquei pior! (E14) Ainda fiz a perícia, mas não deu em nada, quando liguei eles falaram “Ah, quando ele for lhe agredir de novo você ligue para a gente”. (E9) Ainda questionei “cadê a Lei Maria da Penha? É tudo mentira!” (E5) No final o processo nem desceu! Na audiência mandaram que eu vendesse a minha casa e desse a parte dele, como eu disse que não eles disseram “Você quer morrer?”. (E6) Você começa a desacreditar em tudo! Você vai recorrer a essa justiça mais para que? (E14) Na saúde já realizei atendimento psicológico porque eu sou diabética e eu não aceitei, mas lá eles não sabem de nada, lá é só sobre a doença mesmo e eles não têm nada haver com a minha situação. (E3) Também faço acompanhamento com neurologista, mas a gente fala só sobre o problema da cabeça! (E4) Sobre a violência tive que procurar outro atendimento, mas eu procurava e as pessoas não me ajudavam! Com a psicóloga lá no hospital leva um tempão para consegui consulta, quando chegava na hora ela tomava o calmante na minha frente e dentro de segundos tava cochilando, aí nem fui mais. No outro serviço só tinha terapia de grupo e eu voltava para casa pior, sofrendo pelo o que tinha levado e pela as outras pessoas. Ainda tentava nos outros lugares, mas era um tumulto, gente brigando, aí eu desistia! (E2) Fui no HGE, fui no Roberto Santos, fui no Nina Rodrigues, fui em muitos espaços, mas o atendimento era de emergência, não tem um espaço apropriado, eles não estão preparados para lhe dar com essa situação! (14) Ninguém têm sensibilidade, tratam

<i>como algo banal. (E7)</i>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E2: <i>Na Delegacia da Mulher não levam a sério, passei a noite inteira lá, cheia de marca, ferida, chorando e ainda grávida. No dia seguinte e o delegado não fez nada, aí desisti! [...] Sobre a violência tive que procurar outro atendimento, mas eu procurava e as pessoas não me ajudavam! Com a psicóloga lá no hospital leva um tempão para conseguir consulta, quando chegava na hora ela tomava o calmante na minha frente e dentro de segundos tava cochilando, aí nem fui mais. No outro serviço só tinha terapia de grupo e eu voltava para casa pior, sofrendo pelo o que tinha levado e pela as outras pessoas. Ainda tentava nos outros lugares, mas era um tumulto, gente brigando, aí eu desistia!</i></p> <p>E3: <i>Na saúde já realizei atendimento psicológico porque eu sou diabética e eu não aceitei, mas lá eles não sabem de nada, lá é só sobre a doença mesmo e eles não têm nada haver com a minha situação.</i></p> <p>E4: <i>Também faço acompanhamento com neurologista, mas a gente fala só sobre o problema da cabeça!</i></p> <p>E5: <i>Ele tinha amizade com uma doutora de lá e pediu para ela interceder! [...] Ainda questionei “cadê a Lei Maria da Penha?”</i></p>	<p>1ª Ideia: Não foi levada a sério na DEAM, desistiu do atendimento.</p> <p>2ª Ideia: Procurava atendimento, mas não me ajudavam, procurei atendimento psicológico, mas não fui bem atendida.</p> <p>3ª Ideia: Não me senti bem na terapia de grupo, piorou meu sofrimento.</p> <p>4ª Ideia: Tinha lugares que era um tumulto, aí eu desisti.</p> <p>1ª Ideia: Faço um acompanhamento psicológico porque não aceito minha doença, lá eles não sabem de nada da violência.</p> <p>1ª Ideia: Faço acompanhamento com neurologista, mas lá é só sobre a cabeça, não falamos sobre a violência.</p> <p>2ª Ideia: Ele tinha amizade com uma doutora, aí ela intercedeu.</p> <p>3ª Ideia: Questionei na DEAM se a Lei Maria da Penha não funcionava.</p>

<p>E6: <i>No final o processo nem desceu! Na audiência mandaram que eu vendesse a minha casa e desse a parte dele, como eu disse que não eles disseram “Você quer morrer?”.</i></p>	<p>1ª Ideia: O processo nem desceu, mandaram que eu vendesse a minha casa, perguntara se eu queria morrer durante a audiência.</p>
<p>E7: <i>Ninguém têm sensibilidade, tratam como algo banal.</i></p>	<p>2ª Ideia: Os profissionais tratam como algo banal.</p>
<p>E8: <i>Disseram que deveria tá esfaqueada para ser atendida, depois de me tratar daquele jeito achei melhor ir embora!</i></p>	<p>2ª Ideia: Achei melhor ir embora porque disseram que eu deveria tá esfaqueada para ser atendida.</p>
<p>E9: <i>Ainda fiz a perícia, mas não deu em nada, quando liguei eles falaram “Ah, quando ele for lhe agredir de novo você ligue para a gente”.</i></p>	<p>1ª Ideia: Fiz a perícia e não deu em nada, mandaram ligar novamente quando ele for me agredir.</p>
<p>E13: <i>Passei por várias searas de violência da mulher, tudo em vão, não acredito em Política Pública para Mulher, não funciona! A ultima vez que fui na Vara da Violência me trataram como se fosse criminosa, tinha que sair de casa e não tinha direito a nada! Houve protecionismo porque o irmão dele é ex delegado!</i></p>	<p>1ª Ideia: Não acredito em política pública para mulher 2ª Ideia: Na Vara da Violência fui tratada como um criminosa. 3ª Ideia: Ele foi protegido porque o irmão é ex delegado.</p>
<p>E14: <i>Uma vez eu tava toda ensanguentada, com um talho na cabeça, quando consegui escapar dele fui para a Delegacia em Brotas e a atendente foi desumana “Oh minha filha se afaste que você tá melando a mesa! Vá no hospital, se costure e depois você volte, a delegacia não vai fugir!” Se eu já tava mal, fiquei pior![...] Você começa a desacreditar em tudo! Você vai recorrer a essa justiça mais para que?[...] Fui no HGE, fui no Roberto Santos, fui no Nina Rodrigues, fui em</i></p>	<p>1ª Ideia: Cheguei na Delegacia em Brotas toda ensanguentada e fui maltratada. 2ª Ideia: Desacreditei desses serviços, não tem porque recorrer novamente à justiça. 3ª Ideia: no HGE, Roberto Santos,</p>

muitos espaços, mas o atendimento era de emergência, não tem um espaço apropriado, eles não estão preparados para lhe dar com essa situação!

Nina Rodrigues não tem atendimento apropriado, eles não estão preparados para lhe dar com essa situação.

QUESTÃO 5: Você esta sendo atendida em um Centro de referência, fale dessa vivência.

QUESTÃO 5A - Ideia central síntese: Visão positiva dos profissionais, acolhimento.

DSC	
<p><i>Eu digo que não acredito em Política Publica para Mulheres porque eu já passei por quase todas e o único lugar onde eu fui bem acolhida foi aqui! (E13) Aqui é como se fosse a minha outra casa, aqui eles apoiam, conversam comigo, me aconselha, só tenho coisa boa a falar! (E6) Aqui eu me sinto bem! (E10) Aqui eu tive atenção! (E11) Aqui tem algo especial, um olhar diferenciado. (E7) Desde o primeiro dia eu já vi o apoio, a ajuda, coisas que eu nunca tive! (E9) Eu chego e recebo aquele sorriso, aqui todo mundo tem isso! O atendimento é de respeito e eu estava precisando era disso! (E8) Um dos atrativos foi o acolhimento, aquela segurança que eu via em cada pessoa que estava me atendendo! [...] Logo no inicio comecei a perceber as pessoas, a que abria a porta, a que servia o cafezinho, até as que iam passando enquanto eu estava sentada esperando atendimento, eu via o acolhimento em cada um deles! [...] Um dia passou um rapaz que tem ai, e falou um tudo bem que mostrou no olhar uma sensibilidade que eu pensei “nossa, para me olhar assim? Será que ele gosta de mim de verdade? Então eu não sou detestável, ele deve ser um homem que não tem raiva de mim!”, então não é que eu não desperte nos homens raiva! (E2) Aqui encontrei verdadeiras profissionais, elas foram mais que profissionais, foram mais do que mulheres, foram anjos que me estenderam as mãos! Foram uma tocha no meu caminho. (E1) Me ajudaram bastante a ver a vida e me dizer que eu não era tão culpada pelo o que aconteceu! (E4) São os meus anjos da guarda! (E3) Essas pessoas estão tentando manter um abrigo! O centro ainda existe porque tem essas mulheres que são sensíveis a outras que estão aí fora. (E14) Foi daqui que eu resolvi toda minha vida, que eu vim ter reação, que eu tive coragem! (E12) Aqui tá sendo para mim um tudo! Aqui dá mais força para a gente para tá lutando e resolvendo essa situação que parece não ter fim. (E15) O centro de referência foi uma solução para a minha vida! (E5).</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E1: <i>Aqui encontrei verdadeiras profissionais, elas foram mais que profissionais foram mais do que</i></p>	<p>1ª Ideia: Os profissionais do Centro de Referência foram uma tocha no meu</p>

<p><i>mulheres, foram verdadeiros anjos que me estenderam as mãos! [...] Essas pessoas foram uma tocha no meu caminho.</i></p>	<p>caminho.</p>
<p>E2: <i>Um dos atrativos foi o acolhimento, aquela segurança que eu via em cada pessoa que estava me atendendo! [...] São pessoas que me olham com respeito, e que não estão me olhando como e eu fosse do tamanho de um grão de areia. [...] Logo no início comecei a perceber as pessoas, a que abria a porta, a que servia o cafezinho, até as que iam passando enquanto eu estava sentada esperando atendimento, as pessoas que iam passando me chamavam muito atenção, eu via o acolhimento em cada um deles! [...] Um dia passou um rapaz que tem ai, e falou um tudo bem, mas o tudo bem dele mostrou no olhar uma sensibilidade que eu pensei “nossa, para me olhar assim é porque... será que ele gosta de mim de verdade? Então eu não sou detestável, ele deve ser um homem que não tem raiva de mim!”, então não é que eu mereça, eu não desperto nos homens raiva!</i></p>	<p>2ª Ideia: o que chamou mais atenção do Centro de Referência foi o acolhimento.</p> <p>3ª Ideia: Aqui percebi que eu não despertava ódio nos homens.</p>
<p>E3: <i>São os meus anjos da guarda!</i></p>	<p>2ª Ideia: Os profissionais são meus anjos da guarda.</p>
<p>E4: <i>Elas me ajudaram bastante a ver a vida e me dizer que eu não era tão culpada, que eu não era culpada do que aconteceu!</i></p>	<p>2ª Ideia: Me ajudaram a perceber que eu não era a culpada.</p>
<p>E5: <i>O centro de referência foi uma solução para a minha vida.</i></p>	<p>1ª Ideia: O centro de referência foi uma solução para a minha vida.</p>
<p>E6: <i>Aqui é como se fosse a minha outra casa, aqui</i></p>	<p>1ª Ideia: É um local de apoio, só tem</p>

eles apoiam, conversam comigo, me aconselha, então é ótimo, só tenho coisa boa a falar!

coisas boas a falar.

E7: *Aqui tem algo especial, tem um olhar diferenciado.*

1ª Ideia: O Centro de Referência tem um olhar diferenciado.

E8: *Logo que eu chego eu sou bem tratada, eu chego e recebo aquele sorriso, aqui todo mundo tem isso! [...] O atendimento é de respeito e eu tava precisando era mesmo disso!*

1ª Ideia: O atendimento é de respeito, era este o atendimento que estava precisando.

E9: *Desde o primeiro dia eu já vi o apoio, a ajuda, coisas que eu nunca tive!*

1ª Ideia: Primeira vez que teve apoio foi no Centro de Referência.

E10: *Eu gosto daqui, aqui eu me sinto bem!*

1ª Ideia: se sente bem no Centro de Referência.

E11: *Aqui eu tive atenção, porque às vezes eu não tinha nem com quem conversar.*

1ª Ideia: Aqui teve atenção, teve com quem conversar.

E12: *Foi daqui que eu resolvi toda a minha vida, que eu vim ter reação, que eu tive coragem!*

1ª Ideia: Foi o espaço que viabilizou reagir contra a violência.

E13: *Eu digo que não acredito em Política Pública para Mulheres porque eu já passei por quase todas e o único lugar onde eu fui bem acolhida foi aqui!*

1ª Ideia: Foi o único lugar que foi bem atendida.

E14: *Essas pessoas estão tentando manter um abrigo! [...] Elas fazem muito além da obrigação de trabalho, de vínculo de trabalho! [...] O centro ainda existe porque tem essas mulheres que são sensíveis a outras que estão aí fora. [...] Elas cuidam! Elas passam a viver e a se colocar na situação da outra.*

1ª Ideia: Os profissionais são sensíveis, estão mantendo um abrigo.

E15: *Aqui tá sendo para mim um tudo! Aqui dá mais força para a gente para tá lutando mesmo e resolvendo essa situação que parece não ter fim.*

1ª Ideia: é o local que dá forças para lutar contra a violência.

QUESTÃO 5B - Ideia central síntese: Como chegou ao serviço.

DSC	
<p><i>Já cheguei aqui chorando muito! (E9) Eu vivia com medo, amedrontada! (E15) Eu cheguei uma mulher acabada, só fazia chorar. (E12) Tinha dia que eu não parava de chorar, eu desenvolvi uma tendência suicida. (E14) Eu vim mal, eu vim ruim! [...] Vim para cá quase perdendo o juízo, porque eu fiquei muito ruim! [...] Da maneira que eu tava eu não vivia, porque era só sofrimento, tive depressão! (E4) Fiquei deprimida mesmo (E3) Cheguei aqui completamente quebrada, toda em pedaços. (E5) Cheguei aqui um trapo, sabe o que é um trapo, um lixo? Sem saber para onde ir, sem saber o que fazer, sem saber como fazer para me divorciar, sem dinheiro, sem emprego, sendo ameaçada de morte, totalmente desprotegida, desamparada! (E1) Cheguei aqui no chão mesmo, não sabia mais e nem acreditava mais na vida! Eu achava que a violência tinha consumido a minha vida por inteiro, que não tinha mais nada para eu viver, que a vida seria só aquilo.</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E1: <i>Cheguei aqui um trapo, sabe o que é um trapo, um lixo? Sem saber para onde ir, sem saber o que fazer, sem saber como fazer para me divorciar, sem dinheiro, sem emprego, sendo ameaçada de morte, totalmente desprotegida, desamparada!</i></p>	<p>2ª Ideia: Chegou ao Centro de referência desamparada, desprotegida.</p>
<p>E2: <i>Cheguei aqui no chão mesmo, não sabia mais e nem acreditava mais na vida! Eu achava que a violência tinha consumido a minha vida por inteiro, que não tinha mais nada para eu viver, que a vida seria só aquilo.</i></p>	<p>1ª Ideia: Chegou ao centro achando que a vida era só violência.</p>
<p>E3: <i>Fiquei deprimida mesmo!</i></p>	<p>3ª Ideia: Fiquei deprimida.</p>
<p>E4: <i>Eu vim mal, eu vim ruim! [...] Vim para cá quase perdendo o juízo, porque eu fiquei ruim,</i></p>	<p>1ª Ideia: Chegou ruim, achava que a vida era só sofrimento.</p>

<p><i>muito ruim! [...] Da maneira que eu tava eu não vivia, porque era só sofrimento, tive depressão também!</i></p>	
<p>E5: <i>Cheguei aqui completamente quebrada, toda em pedaços.</i></p>	<p>3ª Ideia: Estava toda em pedaços.</p>
<p>E9: <i>Já cheguei aqui chorando muito!</i></p>	<p>2ª Ideia: Cheguei chorando muito.</p>
<p>E12: <i>Eu cheguei uma mulher acabada, só fazia chorar.</i></p>	<p>3ª ideia: Eu só fazia chorar quando cheguei.</p>
<p>E14: <i>Tinha dia que eu não parava de chorar, eu desenvolvi uma tendência suicida.</i></p>	<p>2ª Ideia: Só chorava, desenvolvi uma tendência suicida.</p>
<p>E15: <i>Eu vivia com medo, amedrontada!</i></p>	<p>2ª Ideia: Eu vivia com medo, amedrontada!</p>

QUADRO 5C - Ideia central síntese: A mudança

DSC	
<p><i>O centro foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. (E3) Por causa daqui hoje eu estou determinada, estou disposta a lutar, me sinto forte, confiante e com plena certeza que vou vencer! (E1) Depois do centro de referência eu me sinto feliz! Feliz porque ajudou na minha libertação em relação a relacionamentos com homens. Hoje eu penso completamente diferente do que eu pensava antes! (E5) Mudei bastante, agora eu sou mais alegre, é uma resposta do atendimento né? (E6) O centro me ajudou a me reencontrar comigo mesmo, olhar para mim e saber que eu sou muito, muito além do que eu pensava, do que as pessoas me fizeram acreditar com tanta violência. (E2) Eu só falava em morrer, mas hoje eu aprendi que tudo isso passa, tudo passa, a gente tem é que se valorizar e amar a gente e a vida. [...] Onde eu melhorei bastante, mudei mesmo foi aqui, aprendi que a gente não deve ser culpada de tudo a vida toda. (E4) Aqui você se sente forte, se você tiver lá embaixo você cresce, você sobe! [...] Depois que eu cai aqui dentro foi que eu subi, eu cresci! (E12) Embora eu viva essa situação de guerra há muito tempo, eu quero agora viver uma situação nova e sei que aqui é o ponto de partida para novamente não errar tanto. (E11)</i></p>	
EXPRESSÕES-CHAVES	IDEIAS CENTRAIS
<p>E1: <i>Por causa daqui hoje eu estou determinada, estou disposta a lutar, me sinto forte, confiante e com plena certeza que vou vencer!</i></p>	<p>3ª Ideia: Se fortaleceu com o Centro de referência.</p>
<p>E2: <i>O centro me ajudou a me reencontrar comigo mesmo, olhar para mim e saber que eu sou muito, muito além do que eu pensava, do que as pessoas me fizeram acreditar com tanta violência.</i></p>	<p>4ª Ideia: Mudou a forma de pensar.</p>
<p>E3: <i>O centro foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida.</i></p>	<p>1ª Ideia: o Centro de Referência foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida.</p>

<p>E4: <i>Eu só falava em morrer, mas hoje eu aprendi que tudo isso passa, tudo passa, a gente tem é que se valorizar e amar a gente e a vida. [...] Onde eu melhorei bastante, mudei mesmo foi aqui, aprendi que a gente não deve ser culpada de tudo a vida toda.</i></p>	<p>3ª Ideia: Só falava em morri, mas hoje esta melhor, já não se sente culpada por tudo.</p>
<p>E5: <i>Depois do Centro de Referência eu me sinto feliz! Feliz porque ajudou na minha libertação em relação a relacionamentos com homens. Hoje eu penso completamente diferente do que eu pensava antes!</i></p>	<p>2ª Ideia: O Centro ajudou a mudar o pensamento quanto aos relacionamentos conjugais.</p>
<p>E6: <i>Mudei bastante, agora eu sou mais alegre, é uma resposta do atendimento né?</i></p>	<p>2ª Ideia: Hoje sou mais alegre.</p>
<p>E11: <i>Embora eu viva essa situação de guerra a muito tempo, eu quero agora viver uma situação nova e sei que aqui é o ponto de partida para novamente não errar tanto.</i></p>	<p>2ª Ideia: O centro é o ponto de partida para a mudança.</p>
<p>E12: <i>Aqui você de sente forte, se você tiver lá embaixo você cresci, você sobe! [...] Depois que eu cai aqui dentro foi que eu subi, eu cresci!</i></p>	<p>2ª Ideia: O centro faz a pessoa crescer.</p>

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO

PROTOCOLO: Nº 52/2011

PROJETO DE PESQUISA: Discurso de mulheres em situação de violência conjugal no espaço de uma política pública.

PESQUISADORA: Milca Ramaiane da Silva Carvalho.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Normélia Maria freire Diniz

Trata-se de um projeto de pesquisa apresentado ao mestrado em enfermagem da EE-UFBA que tem por objetivo “analisar o discurso de mulheres sobre a vivência e o processo de enfrentamento da violência conjugal” (p.8). Fundamentado em sólido capítulo teórico onde aborda as relações entre desigualdades de gênero e violência contra a mulher, a políticas públicas de atendimento a mulher e a relação entre violência contra mulher e a saúde, bem como num capítulo metodológico em que especifica a natureza da pesquisa (estudo exploratório, descritivo com abordagem qualitativa), seus instrumentos adequados (formulário identificativo e entrevista estruturada a ser gravada e transcrita), a técnica de processamento dos depoimentos (DSC); os sujeitos (30 mulheres) e local da pesquisa (Centro de referencia Loreta Valadares, em Salvador).

Considerando que o projeto apresenta toda a documentação exigida pelo CEP_EEUFBA (Folha de rosto, devidamente preenchida, diretamente da página do SISNEP, assinada pelo pesquisador principal embora sem representante da instituição onde será desenvolvida a coleta, carimbada, com cargo e função do representante institucional; Carta de Encaminhamento do Protocolo ao CEP; Declaração de que não foi iniciada a coleta de dados; Carta de comprometimento para atender ao disposto na resolução 196/96 MS e para entregar relatório final; Carta de anuência da instituição -- com logotipo/marca e carimbo-- onde será realizada a pesquisa); considerando que o TCLE, elaborado em linguagem acessível, assegura aos “sujeitos” da pesquisa sua autonomia plena para recusar tanto a participar da pesquisa como um todo quanto par responder as questões que não queiram; considerando que os *curricula* evidenciam a capacidade técnica e ética da orientadora e da pesquisadora para a realização da pesquisa, sou de parecer favorável a aprovação do projeto. Salvador, 02 de fevereiro de 2012

Darci Oliveira Santa Rosa 7/3/12

Darci de Oliveira Santa Rosa

Coordenador do CEP-EEUFBA

COREN-BA 10113